



Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

JACSON BALDOINO SILVA

**EFEITOS DA MUDANÇA SINTÁTICA NA REALIZAÇÃO DO SUJEITO
PRONOMINAL NO PORTUGUÊS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA *MUSSUCA***

Feira de Santana-BA
2023

JACSON BALDOINO SILVA

**EFEITOS DA MUDANÇA SINTÁTICA NA REALIZAÇÃO DO SUJEITO
PRONOMINAL NO PORTUGUÊS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA *MUSSUCA***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida.

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

S578c Silva, Jacson Balduino
Efeitos da mudança sintática na realização do sujeito pronominal no português da comunidade quilombola *Mussucaá*/ Jacson Balduino Silva . – Feira de Santana, 2023.

130f.: il.

Orientadora: Norma Lúcia Fernandes de Almeida

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, 2023.

1. Português brasileiro 2. Sujeito pronominal - Mussuca-Laranjeiras (SE) 3. Transmissão linguística - Remarcação paramétrica. 4. Duarte, Maria Eugênia L. (1995) - Parâmetro I. Almeida, Norma Lúcia Fernandes de, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 806.90(81)-085

Tatiane Souza Santos: Bibliotecária CRB5/1634

JACSON BALDOINO SILVA

**EFEITOS DA MUDANÇA SINTÁTICA NA REALIZAÇÃO DO SUJEITO
PRONOMINAL NO PORTUGUÊS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA *MUSSUCA***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Data de aprovação: 10 de fevereiro de 2023.

Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida – Orientadora
Universidade Estadual de Feira de Santana

Assinatura:



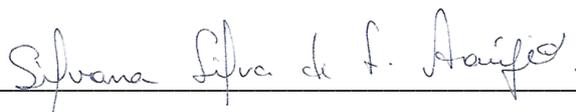
Profa. Dra. Maria Eugenia Lammoglia Duarte – Membro externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Assinatura:



Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo – Membro interno
Universidade Estadual de Feira de Santana

Assinatura:



RESUMO

O português brasileiro, com relação ao português europeu, possui estratégias que privilegiam o preenchimento do sujeito pronominal e poucas situações nas quais o sujeito pronominal nulo é preferido – as quais já se caracterizam como contextos de resistência (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a). Entre os autores que investigam os processos de variação e mudança do *princípio “evite pronome”*, como parte do Parâmetro do Sujeito Nulo, a tese de doutorado de Duarte (1995) é considerada um marco para os estudos desse fenômeno no português brasileiro, importância que se desdobra nos demais trabalhos da autora (DUARTE, 1993, 2018a, 2018b, 2019a, 2020). Assim, a partir de uma revisão dos estudos duartinos (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a), demonstrando os fatores que contribuíram para a remarcação paramétrica do *princípio “evite pronome”* no português brasileiro desde a segunda metade do século XIX, bem como de uma revista sobre o processo de Transmissão Linguística Irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2009), colocando-o como um dos elementos que contribuíram para a mudança paramétrica nessa variedade, este estudo busca responder à questão-problema: *o processo de Transmissão Linguística Irregular é um parâmetro sócio-histórico que contribui para uma maior variação do traço linguístico de realização ou apagamento do sujeito pronominal no português afro-brasileiro da comunidade Mussuca (Laranjeiras/SE)?* Tendo em vista essa pergunta, seguindo uma metodologia quantitativa (GUY; ZILLES, 2007) e os pressupostos da sociolinguística paramétrica (TARALLO, 1987; TARALLO; KATO, 1989; DUARTE, 2016, 2019), este trabalho busca *investigar a realização ou o apagamento do sujeito pronominal no português afro-brasileiro da comunidade Mussuca como um traço linguístico que possibilita entender a história dos contatos do português no Brasil com línguas africanas e o processo de aprendizado dessa língua – através da Transmissão Linguística Irregular – dos filhos dos africanos escravizados*. Considerando esse objetivo, descreveu-se o português afro-brasileiro da Mussuca, tentando entender a Transmissão Linguística Irregular por meio do controle da faixa etária dos 10 participantes da pesquisa, comparando os resultados com os dados de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) – principalmente, Almeida (2005), Lucchesi (2009c). Seguindo a tendência de mudança no português do Brasil, os 1056 dados do *corpus* apresentaram uma nítida preferência pela realização fonética do sujeito pronominal. Contudo, diferente dos estudos desses autores, o maior índice de sujeito pronominal nulo foi na segunda pessoa (singular/plural). Esse percentual pode ser explicado pela presença de um número significativo de sentenças interrogativas do tipo *sim/não*, e situações equivalentes, como um contexto de resistência do sujeito pronominal nulo (DUARTE, 1993, 2018a). O programa estatístico utilizado para a rodar os dados, *Goldvarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), selecionou como grupos de fatores relevantes para a ocorrência do sujeito nulo: *caracterização semântica do sujeito, tipo de oração, pessoa gramatical, desinência número-pessoal, sexo e escolaridade*. Contudo, assim como em Lucchesi (2009c), a *faixa etária* não foi selecionada como significativa, indicando que, no atual estágio da mudança e em razão do nivelamento linguístico (LUCCHESI, 2017), as marcas dos contatos linguísticos se apagaram no português afro-brasileiro, sendo os fatores linguísticos mais significativos dos que os sociais no processo de finalização da remarcação paramétrica – como apontou Duarte (2019a).

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito Pronominal. Português (Afro-)Brasileiro. Remarcação Paramétrica. Variedades Sergipanas.

ABSTRACT

Brazilian Portuguese, with respect to European Portuguese, has strategies that privilege pronominal subject completion and few situations in which the null pronominal subject is preferred - which are already characterized as resistance contexts (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a). Among the authors who investigate the processes of variation and change of the "avoid pronoun" principle, as part of the Null Subject Parameter, Duarte's (1995) doctoral thesis is considered a milestone for studies of this phenomenon in Brazilian Portuguese, an importance that unfolds in the author's other works (DUARTE, 1993, 2018a, 2018b, 2019a, 2020). Thus, based on a review of duartine studies (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a), demonstrating the factors that contributed to the parametric remarking of the "avoid pronoun" principle in Brazilian Portuguese since the second half of the nineteenth century, as well as a review of the process of Irregular Linguistic Transmission (LUCCHESI; BAXTER, 2009), placing it as one of the elements that contributed to parametric change in this variety, this study seeks to answer the problem-question: *is the process of Irregular Linguistic Transmission a socio-historical parameter that contributes to a greater variation of the linguistic feature of realization or deletion of the pronominal subject in Afro-Brazilian Portuguese of the Mussuca community (Laranjeiras/SE)?* In view of this question, following a quantitative methodology (GUY; ZILLES, 2007) and the assumptions of parametric sociolinguistics (TARALLO, 1987; TARALLO; KATO, 1989; DUARTE, 2016, 2019), this paper seeks to *investigate the realization or deletion of the pronominal subject in Afro-Brazilian Portuguese of the Mussuca community as a linguistic trait that makes it possible to understand the history of the contacts of Portuguese in Brazil with African languages and the learning process of this language - through Irregular Linguistic Transmission - of the children of enslaved Africans.* Considering this goal, Afro-Brazilian Portuguese from Mussuca was described, trying to understand the Irregular Linguistic Transmission by controlling the age range of the 10 research participants, comparing the results with data from Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) - mainly, Almeida (2005), Lucchesi (2009c). Following the trend of change in Brazilian Portuguese, the 1056 data in the *corpus* showed a clear preference for the phonetic realization of the pronominal subject. However, unlike the studies of these authors, the highest rate of null pronominal subject was in the second person (singular/plural). This percentage can be explained by the presence of a significant number of interrogative sentences of the yes/no type, and equivalent situations, as a context of resistance of the null pronominal subject (DUARTE, 1993, 2018a). The statistical program used to run the data, Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), selected as groups of factors relevant to the occurrence of the null subject: *semantic subject characterization, sentence type, grammatical person, number-personal desinence, gender and education.* However, as in Lucchesi (2009c), *age group* was not selected as significant, indicating that, at the current stage of change and due to linguistic leveling (LUCCHESI, 2017), the marks of linguistic contacts have been erased in Afro-Brazilian Portuguese, with linguistic factors being more significant than social ones in the process of finalizing parametric remeasurement - as pointed out by Duarte (2019a).

KEY WORDS: Pronominal Subject. (Afro-)Brazilian Portuguese. Parametric remarking. Sergipan Varieties.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sujeito nulo (vs. pronomes expressos) nas três pessoas do discurso	20
Gráfico 2: Sujeitos nulos nos textos escrito e oral da peça de <i>No coração do Brasil</i> (1992)	23
Gráfico 3: Sujeito nulo segundo o tipo sintático da oração	26
Gráfico 4: Sujeitos nulos de terceira pessoa segundo a faixa etária nos dados sincrônicos do PB e do PE	29
Gráfico 5: Fator do tipo de verbo e a realização da marcação de CV padrão quanto à pessoa gramatical	46
Gráfico 6: Realização da CV padrão em relação à idade dos participantes	50
Gráfico 7: Sujeito pronominal expresso e nulo no <i>corpus</i>	94
Gráfico 8: Sujeito pronominal expresso e nulo e o traço de animacidade	108

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Esquema de aquisição linguística com base no gerativismo	35
Imagem 2: Situação de contato de línguas no Brasil Colônia	37
Imagem 3: Modelo de aquisição para a situação de contato afro-brasileira	38
Imagem 4: Aquisição entre os grupos na situação de contato afro-brasileira	39
Imagem 5: Realização da marca de concordância quanto à pessoa gramatical	44
Imagem 6: Vista da Mussuca de Cima	66
Imagem 7: Grupo de Samba de Pareia da Mussuca	72
Imagem 8: Homem e mulher no São Gonçalo	72
Imagem 9: Caminhos de formiga da Mussuca vistos de cima	76
Imagem 10: Caminhos de formiga da Mussuca vistos de baixo	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: O <i>corpus</i> de Duarte (1993, 2018a)	19
Quadro 2: Mudança no paradigma flexional nos séculos XIX e XX	19
Quadro 3: Procedência dos dados utilizados na análise de Duarte (1995)	24
Quadro 4: Relação entre sujeito nulo, desinência e pessoa	25
Quadro 5: Fatores selecionados como significantes para a ocorrência de sujeito nulo	27
Quadro 6: Sujeitos nulos de terceira pessoa segundo o padrão sintático	30
Quadro 7: Sujeitos nulos de terceira pessoa segundo o traço semântico	30
Quadro 8: Ilustração da mudança do PSN durante a aquisição linguística na situação afro-brasileira	39
Quadro 9: Distribuição geral dos dados de CV na Mussuca	44
Quadro 10: Relevância da saliência fônica na CV padrão na Mussuca	45
Quadro 11: Tempo verbal e categoria vazia na posição de sujeito em três comunidades afro-brasileiras da Bahia	45
Quadro 12: Relevância do tipo de verbo na CV padrão na Mussuca	46
Quadro 13: Tipo verbal e categoria vazia na posição de sujeito em três comunidades afro-brasileiras da Bahia	47
Quadro 14: Relevância da especificidade do sujeito na CV padrão na Mussuca	47
Quadro 15: Relevância do sexo na CV padrão na Mussuca	48
Quadro 16: Relevância da escolaridade na CV padrão na Mussuca	48
Quadro 17: Relevância da faixa etária na CV padrão na Mussuca	49
Quadro 18: <i>Continuum</i> da norma popular brasileira	57
Quadro 19: Números de pessoas escravizadas entre 1850-1888 na Província de Sergipe Del Rey	69
Quadro 20: Números de escravizados nos municípios da capitania em 1858/1859	69
Quadro 21: Características de moradia e renda da comunidade Mussuca	73
Quadro 22: Composição dos arranjos familiares da comunidade Mussuca	75
Quadro 23: Dados dos informantes	83
Quadro 24: Percentuais de sujeitos pronominais, desinências e pessoas gramaticais	101
Quadro 25: Sujeitos pronominais nulos no vernáculo de quadro comunidades rurais isoladas da Bahia segundo a flexão verbal	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentuais de sujeitos nulos com relação às pessoas gramaticais separadamente	95
Tabela 2: Percentuais de sujeitos nulos com relação às pessoas gramaticais	96
Tabela 3: Percentuais de sujeitos nulos com relação ao tipo de frase	99
Tabela 4: Percentuais de sujeitos nulos com relação à desinência número-pessoal do verbo	102
Tabela 5: Percentuais de sujeitos nulos com relação ao tipo de oração	104
Tabela 6: Percentuais de sujeitos pronominais nulos com relação ao tipo de oração nas comunidades de Barra/Bananal e Matinha	105
Tabela 7: Percentuais de sujeitos nulos com relação à animacidade do sujeito	107
Tabela 8: Percentuais de sujeitos nulos com relação à faixa etária dos participantes	109
Tabela 9: Percentuais de sujeitos nulos com relação à escolaridade dos participantes	110
Tabela 10: Percentuais de sujeitos nulos com relação ao sexo dos participantes	111
Tabela 11: Percentuais de sujeitos nulos com relação aos participantes	112
Tabela 12: Fatores selecionados como significantes para a ocorrência de sujeito pronominal nulo	113
Tabela 13: Comparação dos percentuais de nulos com relação ao tipo de oração com Duarte (1995)	115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OS ESTUDOS DUARTINOS SOBRE O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	15
2.1	UMA PRIMEIRA VIAGEM DIACRÔNICA PELO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DUARTE (1993, 2018a)	17
2.2	A PERDA DO PRINCÍPIO “EVITE PRONOME”: DUARTE (1995)	23
2.3	UMA SEGUNDA VIAGEM DIACRÔNICA PELO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DUARTE (2019a)	28
3	A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR COMO ELEMENTO DA REMARCAÇÃO PARAMÉTRICA	33
3.1	TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR, APRENDIZAGEM E MUDANÇA LINGUÍSTICA	35
3.2	A CONCORDÂNCIA VERBAL NA MUSSUCA: MACÊDO (2022)	42
4	POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DA MUSSUCA – LARANJEIRAS (SE)	51
4.1	A PRESENÇA AFRICANA NA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL	56
4.2	A MUSSUCA: <i>NÓS SOMO QUILOMBOLA</i>	62
5	O PERCURSO METODOLÓGICO	80
5.1	O <i>CORPUS</i> E AS ETAPAS DE PESQUISA	81
5.2	OS FATORES CONDICIONANTES LINGUÍSTICOS	87
5.3	OS FATORES CONDICIONANTES SOCIAIS	91
6	O SUJEITO PRONOMINAL NA COMUNIDADE MUSSUCA	94
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

Especialmente, espero aduzir novas informações sobre os referidos aspectos, valendo-me de uma perspectiva sociolinguística, isto é, com maior ênfase nos usos da língua do que na forma propriamente (BORTONIRICARDO, 2021, p. 12).

Há uma contínua necessidade de acrescentar informações sociolinguísticas sobre as variedades do português utilizadas na África, no Brasil e em Portugal, principalmente considerando os contatos entre povos e línguas que se deram nos dois primeiros, que sustentem a distinção entre essas variedades linguísticas. Acrescente-se a isso a necessidade de se descrever e analisar as variedades linguísticas do Estado de Sergipe, particularmente as variedades afro-brasileiras, como apontado por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b).

Assim, considerando-se os abruptos e massivos contatos entre línguas ocorrido em todo o território brasileiro (LUCCHESI, 2009a), é fundamental que se desenvolvam estudos com variedades do português afro-brasileiro – como o proposto neste trabalho, possibilitando, de certa forma, a reconstrução da identidade sociolinguística do português brasileiro (PB), bem como a compreensão de seus processos de variação e mudança linguísticas (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b).

A partir da questão-problema *o processo de Transmissão Linguística Irregular é um parâmetro sócio-histórico que contribui para uma maior variação do traço linguístico de realização ou apagamento do sujeito pronominal no português afro-brasileiro da comunidade Mussuca?*, e norteando-se pelos estudos de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), Almeida (2005) e Lucchesi (2009c), trabalha-se com as seguintes hipóteses: (i) o sujeito pronominal é mais realizado nas duas primeiras pessoas (singular/plural), sendo a terceira pessoa (singular/plural) um contexto de resistência, no qual se prefere o sujeito nulo e esse fator é favorecido em decorrência da “existência de um referente em posição de sujeito no contexto discursivo” (DUARTE, 1995, p. 85). Isso aponta para o fato de que não é mais a morfologia o elemento responsável por recuperar o sujeito (ALMEIDA, 2005; DUARTE, 2019a); (ii) a redução da morfologia verbal, provocada pelo aparecimento das formas *você(s)* e *a gente* (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a) e pelos intensos contatos entre línguas (LUCCHESI, 2009c) – controlado aqui por meio da TLI, alterou quantitativamente a realização ou apagamento do sujeito pronominal, uma vez que, no português afro-brasileiro, a mudança está avançada em razão do maior contato.

Tendo em vista essas questões, este trabalho busca *investigar a realização ou o apagamento do sujeito pronominal* – como em (1) e (2) – *no português afro-brasileiro da comunidade Mussuca (Laranjeiras/SE) como um traço linguístico que possibilita entender a história dos contatos do português no Brasil com línguas africanas e o processo de aprendizado dessa língua – através da Transmissão Linguística Irregular – dos filhos dos africanos escravizados*. Considerando esse objetivo geral, define-se como específicos: (i) descrever a realização ou o apagamento do sujeito pronominal no português afro-brasileiro da comunidade de Mussuca (Laranjeiras/SE); (ii) investigar a atuação do processo de Transmissão Linguística Irregular na realização ou não do sujeito pronominal; (iii) comparar os dados linguísticos de realização ou apagamento do sujeito pronominal da Mussuca com os dados de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a).

- (1) Por exemplo, nesse trabalho que **pro**¹ **apresentou** sobre poesia, **pro** é capaz de me dizer o que é **pro aproveitou** do contato com os alunos?
- (2) Mesmo que **eu** não fizesse o vestibular, **eu** acho que **eu** passaria por causa da base que **eu** tinha

(DUARTE, 1995, p. 11 e 26; grifos da autora)

Do ponto de vista pessoal, a presente pesquisa se justifica pelos estudos desenvolvidos na área de sintaxe do PB, com uma variedade afro-brasileira, pelo autor deste trabalho (SILVA, 2017, 2021; SILVA; PARCERO, 2017, 2019). Essas pesquisas se centralizaram no estudo das construções de tópico no PB, dentre as quais está a de Duplo Sujeito – como em (3) e (4), estrutura que é considerada exclusiva de línguas que privilegiam a utilização de pronomes na posição de sujeito da oração. A frequência de sentenças com Duplo Sujeito evidencia o encaixamento da mudança na realização do sujeito pronominal no PB (DUARTE, 1995).

- (3) **A Clarinha**_i *ela*_i cozinha que é uma maravilha.
- (4) Então **o instituto F**_i *ele*_i manda os piores professores... **Os melhores**_i *eles*_i dão aula no curso de M.

(DUARTE, 1995, p. 108; grifos meus).

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa se justifica porque visa uma discussão dos fatores linguísticos e socioculturais que influenciam a realização ou não do sujeito pronominal a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança

¹ Esse *pro*, utilizado pela autora, equivale ao símbolo da *categoria vazia* (∅) utilizado neste trabalho.

(WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]; LUCCHESI, 2009c) e da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY; LASNICK, 2021[1993]). Assim, a pertinência deste trabalho está na consideração da heterogeneidade linguística do PB, uma vez que busca apresentar uma descrição de uma variedade do português afro-brasileiro, que também contribuirá para o processo de documentação, descrição e análise do português afro-brasileiro em Sergipe (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b).

Do ponto de vista acadêmico, acredita-se que a pesquisa é relevante para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (UEFS) – particularmente para linha *Variação e mudança linguística no português*, que engloba o estudo dos processos de estabilização, variação e mudança linguística dessa língua – por propor a descrição, em tempo aparente, de uma comunidade rural afro-brasileira. Acrescente-se também as contribuições para os estudos linguísticos no que se refere aos contatos do português com línguas africanas, resultando, assim, no que se denomina português afro-brasileiro (LUCCHESI, 2009a; TARALLO, 2018b[1993]; SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b). Além disso, a pesquisa desenvolvida contribuirá para a reconstituição da história sociolinguística do país, uma vez que as mudanças da língua são consequência de anos de variação/mudança.

Por fim, esta dissertação apresenta, na próxima seção, uma revisão histórico-crítica dos estudos duartinos sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a). Na terceira seção, argumenta-se sobre o caráter histórico da teoria gerativa e defende-se a TLI como elemento da mudança na marcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo no PB. Depois, também por meio de uma revisão bibliográfica, constrói-se a história social da comunidade remanescente de quilombo Mussuca. Em seguida, apresenta-se o percurso metodológico utilizado para análise e a maneira como os dados foram tratados. Por fim, na sexta seção desta dissertação, discute-se os dados encontrados na amostra e a relevância dos fatores linguísticos e sociais apresentados pelo programa estatístico Goldvarb-X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), seguida das considerações finais.

2 OS ESTUDOS DUARTINOS SOBRE O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Hoje podemos e devemos usar a distinção português europeu e português brasileiro com muita propriedade, porque não estamos sendo influenciados por ideologias ou sentimentos patrióticos, mas estamos embasados em evidências que nos vêm dos dados (DUARTE *apud* MARCIOLINO, 2021, s.p.²).

A teoria gerativa é muito importante para compreensão daquilo que se conhece como linguagem, pois seus estudos se direcionam para o conhecimento dos estados da mente/cérebro que fazem o ser humano ter determinada capacidade linguística (CHOMSKY, 1998). Compreendendo a linguagem como um conhecimento inato/capacidade linguística, Chomsky (1998) aborda o aprendizado da língua como algo produzido por uma Gramática Universal (GU) que é formada a partir de um “estado inicial” e pelas experiências linguísticas do ser humano, que podem ser auditivas, no caso de ouvintes, ou visuais, no caso de surdos.

É a partir dessa concepção universal da linguagem e de um estado zero que a teoria passou a buscar Princípios e Parâmetros nas línguas, compreendendo que os primeiros são conceitos abstratos e gerais e que somente os parâmetros são adquiridos/fixados – constituindo uma língua interna (Língua-I) na mente do falante – a partir de um *input* com dados de língua externa (Língua-E). No gerativismo, portanto, “a variação linguística se restringe a determinadas opções sobre o modo como os princípios se aplicam” (CHOMSKY; LASNICK, 2021[1993], p. 71), ou, partindo de uma analogia de Chomsky (1998), o elemento biológico da linguagem – o “estado inicial” da experiência linguística – é uma rede de relações fixas (princípios) que se conecta a um painel de controle no qual determinadas opções podem ou não ser ativadas (parâmetros) a depender da experiência linguística de cada um.

Segundo Raposo (1992), a partir dos princípios, os parâmetros funcionam como comutadores linguísticos que terão seu valor final e definitivo/estável marcado somente durante o processo de aquisição, atingindo aquilo que Chomsky (1998) define como um “estado final relativamente estável” da gramática do indivíduo. Portanto, é durante o processo de aquisição da linguagem que o indivíduo fixará os valores dos parâmetros de sua língua a partir do processamento dos dados linguísticos presentes no ambiente, podendo marcar os

² A citação foi um *spoiler* de um manuscrito da Maria Eugenia Duarte divulgado pelo editor-chefe da Parábola Editorial em sua rede social. E, até o momento da redação deste texto, o livro não havia sido lançado.

parâmetros de formas diferentes de gerações anteriores como consequência de alguma modificação nos dados de Língua-E (CHOMSKY, 1998; LIGHTFOOT, 1999; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009).

É em razão dessa remarcação que os estudos gerativistas defendem que a gramática do PB é diferente da variedade europeia (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2018b, 2019a, 2020; CYRINO, MORAIS, 2018; ROBERTS, KATO, 2018[1993]; GALVES, KATO, ROBERTS, 2019), sendo um dos motivos os intensos contatos entre línguas propiciados pelo processo de escravização durante os três primeiros séculos de colonização do Brasil (ALMEIDA, 2005; LOBO, 2018; TARALLO, 2018a[1993]; AVELAR, 2019; ROBERTS, 2019; LUCCHESI, CALLOU, 2020). Para Avelar (2019), as pesquisas de análise e descrição de variedades africanas do português têm possibilitado compreender que os contextos de aquisição de segunda língua (L2) por falantes adultos são responsáveis por inserir traços inovadores no *input* linguístico que formará a Língua-I dos falantes em contextos de aquisição de primeira língua (L1). Para o autor, as situações de aquisição do português em países da África são semelhantes, observadas as particularidades de cada território, às que aconteceram no Brasil em regiões de alto contingente de africanos escravizados.

A situação similar entre Brasil e África, ou o *continuum* afro-brasileiro (PETTER, 2009), já é atestado por diversos estudos, entre os quais: Kapetula (2016) e Oliveira (2016) sobre a questão do sujeito no português angolano e moçambicano; Mingas (2000) também apresenta algumas questões sobre a interferência de uma língua africana, o Kimbundu, no aprendizado de português como segunda língua em Angola, sendo que muitos dos fenômenos descritos pela autora se assemelham aos encontrados em comunidades afrodescendentes por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

Assim, considerando os diferentes contextos de aquisição existentes em África, Brasil e Portugal, os estudos gerativistas trabalham com a hipótese de que os falantes desses países possuem línguas-I diferentes, o que faz com que as variedades de português faladas neles se diferenciem – ainda que se use o rótulo de “português” para todas elas. Entre os estudos que buscam mapear as diferenças entre o PB e o PE, o Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) tem sido bastante investigado desde o final do século passado, sendo “um dos que mais têm recebido contribuições e, conseqüentemente, o que mais tem passado por refinamentos” (DUARTE, 2018b, p. 29); no que corresponde ao estudo desse parâmetro no PB, a tese de doutorado de Duarte (1995) é considerada um marco para os estudos do PSN no PB, principalmente do *Princípio “evite pronome”*.

Considerando a importância da primeira viagem diacrônica sobre o preenchimento pronominal no PB (DUARTE, 1993, 2018a³) feita antes da defesa da tese da autora e utilizada como base empírico-teórica para algumas de suas discussões no seu trabalho de doutorado e seguintes, bem como a recente publicação da segunda viagem diacrônica proposta por ela (DUARTE, 2019a), esta seção propõe uma síntese sobre o *Princípio “evite pronome”* e seu comportamento no PB a partir dos estudos duartinos (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a). A proposta de uma síntese desses estudos se baseia também na concepção de que a melhor maneira de solucionar alguns problemas é conjugar “evidências obtidas através de estudos da mudança em tempo aparente com as evidências fornecidas pelos estudos em tempo real” (PAIVA, DUARTE, 2020, p. 179), ou seja, os estudos sincrônicos devem utilizar os diacrônicos como base para a compreensão do fenômeno e da situação do processo de mudança.

Assim, o presente texto, na próxima subseção, apresenta uma síntese das discussões de Duarte (1993, 2018a), que têm como *corpus* peças teatrais brasileiras produzidas durante os séculos XIX e XX. Na segunda subseção, os achados sincrônicos de Duarte (1995) são apresentados. Depois, se discute a recente publicação da autora (DUARTE, 2019a) que atualiza algumas discussões de Duarte (1993, 2018a), mas também acrescenta dados de uma amostra recente gravada nos anos de 2009 e 2010.

2.1 UMA PRIMEIRA VIAGEM DIACRÔNICA PELO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DUARTE (1993, 2018a)

O Parâmetro Sujeito Nulo tem sido muito discutido no âmbito da teoria gerativa e em estudos que a tomam como fundamento gramatical para a descrição do fenômeno e/ou determinação dos fatores condicionantes da mudança – como é o caso desta pesquisa. A partir do artigo-manifesto de Tarallo (1987), os estudos gerativistas no Brasil começaram a receber contribuições de um modelo capaz de dar conta de explicar a variação e a mudança linguística de um ponto de vista linguístico e social – a Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008 [1972]), mas esse modelo

³ A edição da Editora Contexto de 2018 é uma reedição de Duarte (1993), publicado pela Editora da Unicamp. Com o objetivo de manter a cronologia dos textos, será referenciado sempre as duas edições, mas as citações diretas serão feitas a partir da edição de 2018, tendo em vista as leves modificações feitas pela autora, que ressaltou, em um seminário proferido na Universidade Estadual de Feira de Santana em 2021 (de forma remota), o fato dessa edição possuir algumas notas de rodapé que visam explicar e atualizar algumas informações do trabalho publicado originalmente em 1993.

precisa estar devidamente apoiado por uma teoria gramatical, já que a Sociolinguística não dispõe disso (LUCCHESI, 2004, 2015).

A junção de princípios teórico-metodológicos da Teoria de Princípios e Parâmetros e da Sociolinguística foi oficializada em Tarallo e Kato (1989), dando origem ao que se tem referido como Sociolinguística Paramétrica, que busca estudar a variação e a mudança linguística não somente numa perspectiva interlinguística, mas também intralinguística. Foi esse olhar intralinguístico que fez com que se percebesse que o falante do PB opta geralmente por preencher o sujeito (TARALLO; KATO, 1989).

Em seus primórdios, os pesquisadores que desenvolviam seus estudos com base na Sociolinguística Paramétrica perceberam a necessidade de estudos diacrônicos que se preocupassem em entender os fatores que levaram o PB a se distanciar parametricamente do PE. Algumas dessas pesquisas foram reunidas em uma importante coletânea, que é também um marco empírico-teórico para os estudos do PB: *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica* (ROBERTS; KATO, 2018[1993]).

Entre os trabalhos da coletânea, está o capítulo de Duarte (1993, 2018a) que investiga a trajetória do uso do sujeito nulo para o sujeito pronominal expresso no PB, remarcando o valor do *Princípio “evite pronome”*, um dos que compõem o PSN, de [+Sujeito Nulo] para [-Sujeito Nulo]. Nesse trabalho, a autora apresenta evidências empíricas que atestam a remarcação paramétrica do PB, ou seja, aponta que há uma nítida preferência pela realização do sujeito expresso, evidenciada pelos dados diacrônicos. A hipótese inicial da autora é de que a mudança do paradigma flexional do PB, com a pronominalização de *a gente* e *você(s)*, exigiu do falante um maior preenchimento do sujeito para evitar contextos de ambiguidade, já que há uma maior uniformidade no paradigma flexional. Na mesma coletânea, Galves (2018[1993]), estudando o enfraquecimento da concordância verbal (CV) no PB, afirma que o surgimento de uma gramática brasileira está vinculado à mudança na CV dessa variedade linguística, da qual o paradigma flexional faz parte; e, nesse contexto, as comunidades rurais possuem uma variação não padrão da CV muito marcada.

A amostra utilizada por Duarte (1993, 2018a) é formada por trechos de sete peças teatrais que abrangem mais de um século, pois vão de 1845 a 1992.

Quadro 1: O *corpus* de Duarte (1993, 2018a).

Ano	Peça	Autor	Dados
1845	<i>O noviço</i>	Martins Penas	150
1882	<i>Como se fazia um deputado/Caiu o ministério</i>	França Jr.	150
1918	<i>O simpático Jeremias</i>	Gastão Tojeiro	150
1937	<i>O hóspede do quarto n. 2</i>	Armando Gonzaga	150
1955	<i>Um elefante no caos</i>	Millôr Fernandes	150
1975	<i>A mulher integral</i>	Carlos E. Novaes	150
1992	<i>No coração do Brasil</i>	Miguel Falabella	200

Fonte: Duarte (2018a, p. 87).

Para Duarte (1993, 2018a), os resultados das análises das peças teatrais – um total de 950 dados – não podem ser interpretados de forma absoluta, uma vez que a amostra foi escrita por autores nascidos apenas no Rio de Janeiro. Contudo, considerando a popularidade dos autores, o *corpus* pode mostrar tendências de uso em cada época analisada.

Como dito, a autora considera que há uma relação entre a redução do paradigma flexional do PB e a maior preferência pelo sujeito pronominal; isso se fundamenta em Chomsky (1981), para quem uma CV que permita recuperar o sujeito é um importante fator que licencia e permite sujeitos nulos. No PB, o paradigma flexional/pronominal se modificou ao longo dos anos passando a ter mais de um sincretismo (ROBERTS, 2018[1993]), sendo este um dos fatores que fizeram com que a mudança na marcação do PSN se implementasse mais rápido:

Quadro 2: Mudança no paradigma flexional nos séculos XIX e XX.

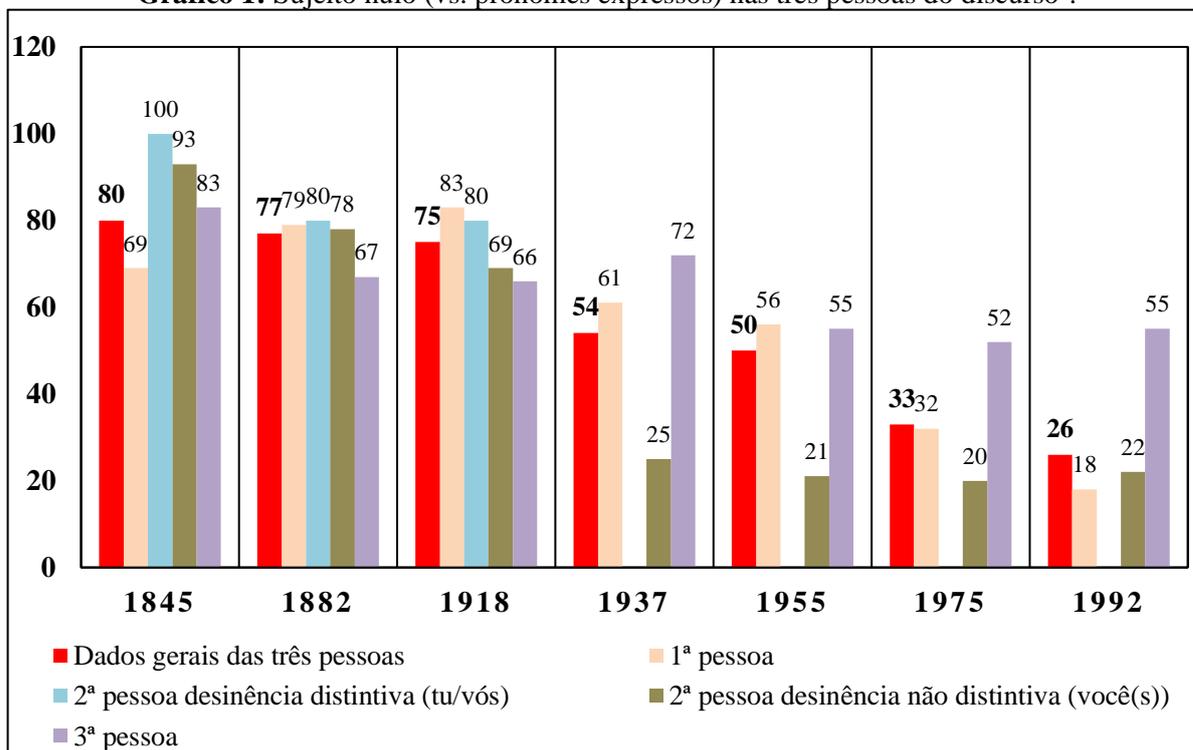
	Pronomes Nominativos	Paradigma 1 Século XIX	Paradigma 2 Século XX/1	Paradigma 3 Século XX/2
1PS	Eu	canto	Canto	Canto
1 PP	nós a gente	cantamos -	Cantamos cantaØ	cantamos cantaØ
2 PS	tu você	cantas -	Cantas cantaØ	canta(s) cantaØ
2 PP	vós vocês	cantais cantam	- Cantam	- canta(m)
3 PS	ele, ela	cantaØ	cantaØ	cantaØ
3 PP	eles, elas	Cantam	Cantam	canta(m)

Fonte: Duarte (2018a, p. 85; grifos da autora).

O quadro acima demonstra que o aparecimento dos pronomes *a gente* e *ocê(s)* gerou uma maior uniformidade no paradigma flexional do PB, fazendo com que essa língua passasse de 6 formas distintivas e 1 marca zero no paradigma 1, para 4 formas distintivas e 2 marcas zero no paradigma 2; no paradigma 3, ao considerar a ausência de marca de CV em algumas localidades, a autora aponta que o PB pode chegar a apenas 2 formas distintas na

primeira pessoa e 3 marcas zero. Esse paradigma flexional/pronominal mais simples explica os baixos números de sujeitos nulos a partir de 1937, às portas da metade do século XX:

Gráfico 1: Sujeito nulo (vs. pronomes expressos) nas três pessoas do discurso⁴.



Fonte: Adaptado de Duarte (1993, 2018a).

Os dados de Duarte (1993, 2018a), no gráfico acima, demonstram que, entre meados do século XIX e final do século XX, a preferência pelo sujeito expresso no PB foi se instaurando, fazendo com que os índices de nulos, de forma geral, despencassem de 80% em 1845 para 26% em 1992. Observando-se cada pessoa gramatical, fica nítido o contexto de resistência da terceira pessoa, que passa de 83% de sujeitos nulos em 1845 para 55% em 1992, uma redução de apenas de 28%, enquanto, no mesmo período, a primeira pessoa teve uma diminuição de 51%, a segunda pessoa não distintiva, 71%, a forma distintiva de segunda pessoa teve uma redução de 31% entre 1845 e 1918 – e Duarte (1993, 2018a) não encontrou mais essa forma em 1937 nas peças analisadas. A forma distintiva *tu* reapareceu em 1992, mas sem a CV padrão, variando com *você* – paradigma 3. Esse retorno do *tu*, sem marca distintiva, é uma das características da redução flexional do PB:

(5) Acalme-se, [“miss”], que tudo se há de arranjar. Ø_{2PS} Terá o cavalo que Ø_{2PS} deseja
(*O simpático Jeremias*, Gastão Tojeito, 1918).

⁴ O gráfico é uma junção das figuras 1 (dados gerais), 2, 3 e 4, que estão, respectivamente, nas páginas 88, 89, 91 e 92 de Duarte (2018a).

- (6) *Você não entende meu coração porque você ‘tá sempre olhando pro céu e procurando chuva (No coração do Brasil, Miguel Falabella, 1992).*
- (7) *Por falar nisso, como é que tu tá coçando o pé com o braço desse jeito? (No coração do Brasil, Miguel Falabella, 1992).*

(DUARTE, 2018a, p. 90; grifos da autora)

Em (5), percebe-se que já não há uma marca flexional distintiva de segunda pessoa do singular – mesmo a peça estando dentro período de paradigma flexional rico (paradigma 1), mas que ainda se omite o sujeito, possivelmente em razão do contexto discursivo permitir a identificação. Em (7), que está dentro do paradigma 3, a preferência é pelo sujeito expresso e a não distinção morfológica da pessoa parece estar estável – como em (6), uma vez que há um espaço temporal entre as peças de 74 anos, pois a de Gastão Tojeiro é do ano 1918 e a de Miguel Falabella de 1992.

A uniformidade das formas *tu* e *você* no paradigma 3 foi precedido por uma convivência pacífica dessas formas no paradigma 2 (séc. XX/1). Isso é demonstrado por Duarte (1993, 2018a) com dados da peça *A vida tem três andares*, de Humberto Couto (1938), que não faz parte da amostra analisada, aparecendo, no trabalho da autora, apenas como uma comprovação para uma de suas afirmações. Nessa peça, Duarte (1993, 2018a) encontrou um percentual de 63% de sujeitos nulos, sendo que 89% desse percentual era com a segunda pessoa distintiva (*tu*), enquanto que apenas 45% era com a segunda pessoa não distintiva (*você*). Segundo a autora, isso demonstra que, nesse período, “a manutenção de *tu* com a desinência canônica concorre para a ocorrência do sujeito nulo, enquanto *você* já tende a ser expresso” (DUARTE, 2018a, p. 90). Para Duarte (1993, 2018a), essa manutenção da desinência canônica de *tu* e o favorecimento dessa forma para o não preenchimento do sujeito pode ser consequência da interferência dos paradigmas 1 e 2, algo próprio de um período de mudança, bem como de um uso mais restrito de *tu* e da mistura de formas de tratamento.

Em relação à segunda pessoa, os dados demonstraram que a pronominalização de *você(s)* impactou no preenchimento da posição de sujeito no PB, fazendo com que a preferência pela omissão do sujeito caísse de 69% em 1918 para 25% no período de 1935, permanecendo em estabilidade com uma variação entre 25% e 22% entre os anos de 1937 e 1992. Na primeira pessoa, a preferência pelo sujeito nulo se mantém entre 69% e 83% durante os anos de 1845 a 1918, porém, a partir de 1918, há uma queda do sujeito nulo, passando por um período de transição entre 1937 e 1955 com, respectivamente, 61% e 56%. Em 1975, os sujeitos nulos de primeira pessoa representam apenas 32%, chegando a 18% em 1992.

Comparando-se os dados de 1845 e 1992 – 69% e 18% –, fica nítida a preferência pelo sujeito pronominal, uma vez que o percentual cai de 69% para 18%, uma redução de 51% nos índices de sujeitos nulos. No próprio século XX, há uma mudança drástica na opção pelo sujeito nulo de primeira pessoa, pois esse atinge seu pico, nas peças teatrais, em 1918 com 83%, despencando para 18% em 1992. Em relação à terceira pessoa, o gráfico acima mostra que é o contexto de maior resistência do sujeito nulo, sendo essa a única pessoa gramatical que não apresenta mudanças drásticas nos textos analisados: 83% em 1845 e 55% em 1992.

Contudo, a redução do sujeito nulo e uma implementação do pronominal expresso de 28% no PB no contexto de maior resistência já pode ser considerada significativa. A hipótese de Duarte (1993, 2018a) é que a resistência do sujeito nulo na terceira pessoa se dê em razão do traço [+humano], pois, dos 238 dados encontrados, apenas 20 tinham sujeito com o traço [-humano] e desses apenas 3 tinham o pronominal expresso; para a autora, isso reflete restrições de línguas *pro-drop* que não licenciam pronomes pessoais expressos com traço [-humano]. Ela retomará a análise do traço semântico em Duarte (2019a).

Além do traço sintático número-pessoal e do traço semântico do referente de terceira pessoa – que se mostraram bastante relevantes, Duarte (1993, 2018a) discute também as restrições estruturais, apontando para o fato de que, nas cinco primeiras sincronias (1845, 1882, 1918, 1937 e 1955) – como em (8), a opção categórica era o sujeito nulo quando houvesse correferência entre o sujeito da principal e da subordinada, sendo que o pronominal expresso – como em (9) – supera o nulo em 1975 e 1992, sendo de 66% e 71%, respectivamente, mostrando a nítida preferência para o preenchimento no PB.

(8) Ø_{1PP} Passaremos aqui a nossa lua de mel e depois iremos para o Rio de Janeiro
(*Como se fazia um deputado*, França Jr., 1882)

(9) Amanhã *nós* vamos promover uma passeata que *nós* contratamos (*A mulher integral*,
Carlos E. Novaes, 1975).

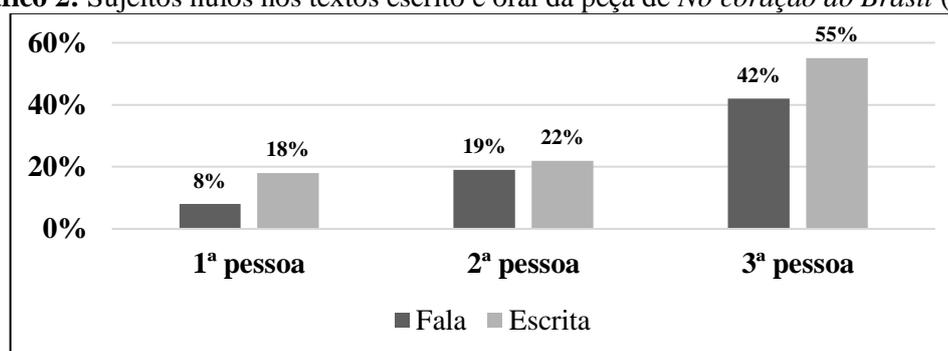
(DUARTE, 2018a, p. 92).

De forma geral, os dados de Duarte (1993, 2018a) demonstram que, a partir de 1975, o sujeito expresso supera totalmente os nulos em contextos de correferência entre o sujeito da subordinada e seu antecedente na oração principal. Com relação aos contextos de correferência no último quartel do século XX, a autora afirma que, mesmo se o correferente estiver em outra função sintática menos acessível, o pronome pode ser opcionalmente expresso, sendo obrigatório apenas com o objetivo de evitar a ambiguidade na interpretação

do referente. Segundo Duarte (1993, 2018a), o sujeito expreso é preferido em contextos de primeira e segunda pessoas, sobretudo em orações relativas, evidenciando a grande tendência para o pronominal expreso no PB, o que faz dessa variedade uma língua com muitas opções para o preenchimento e não para a omissão do sujeito.

O *corpus* de Duarte (1993, 2018a) foi composto a partir de textos escritos – peças de teatro. Entretanto, com o objetivo de comparar a realização de sujeitos nulos em textos orais e escritos, a autora também analisou brevemente a encenação da peça *No coração do Brasil* (1992), de Miguel Falabella:

Gráfico 2: Sujeitos nulos nos textos escrito e oral da peça de *No coração do Brasil* (1992).



Fonte: Duarte (2018a, p. 98).

Os contextos de primeira e terceira pessoas foram os que mais apresentaram diferenças entre o texto oral e o escrito. Na primeira pessoa, o texto escrito apresentou 18% de sujeitos nulos, enquanto o texto oral, 8%; ou seja, 10% dos sujeitos nulos do texto escrito se tornaram preenchidos nas falas dos autores (DUARTE, 1993, 2018a), podendo isso apontar para o fato das estratégias de omissão de sujeito serem aprendidas via escolarização. Os sujeitos de terceira pessoa apresentaram ainda um número alto nos textos orais de 42%, mas, no texto escrito, havia 55% de sujeitos nulos, mostrando que esse é um contexto de resistência no PB.

Assim sendo, segundo Duarte (1993, 2018a), o PB passa por mudanças significativas no que diz respeito ao seu *status* de língua *pro-drop*, que podem ser percebidas nos textos teatrais analisados pela autora. Segundo ela, a redução do paradigma flexional comprometeu a identificação de sujeitos nulos, o que contribuiu para um processo de remarcação do valor do PSN no PB de [+Sujeito Nulo] para [-Sujeito Nulo].

2.2 A PERDA DO PRINCÍPIO “EVITE PRONOME”: DUARTE (1995)

A tese de doutorado de Duarte (1995), defendida na Universidade Estadual de Campinas, em 1995, sob a orientação da Profa. Dra. Mary Kato, é considerada um importante

trabalho sobre o a mudança no PB com relação ao preenchimento ou não do sujeito. Contudo, como afirmou a própria autora em seu *Memorial de Promoção a Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (DUARTE, 2011), seus trabalhos (DUARTE, 1993, 1995, 2018a) não foram os pioneiros nos estudos sobre o PSN, pois Charlotte Galves (1984, 1988, 1990) já desenvolvia pesquisas sobre pronomes e categorias vazias no português e já apontava para o fato de que a categoria vazia e a mudança pronominal no PB eram fatores linguísticos relacionados à implementação da mudança na realização do sujeito pronominal no PB. Dessa forma, tem-se claro que os estudos duartinos não são os primeiros sobre sujeito nulo no PB, mas reconhece-se que se tornaram extremamente importantes para o conhecimento desse fenômeno linguístico nessa variedade do português, bem como para a determinação dos fatores linguísticos e as hipóteses de trabalhos que fundamentaram, e ainda fundamentam, as pesquisas desenvolvidas sobre esse objeto de estudo, seja para reafirmá-los ou refutá-los.

Duarte (1995) trabalhou com dois *corpora* com o objetivo de observar a mudança, em tempo aparente, do preenchimento do sujeito no PB com relação à perda do *Princípio “evite pronome”*. Os *corpora* se constituíam de 13 entrevistas que fazem parte da amostra “Recontato” do Projeto da Norma Culta do Rio de Janeiro⁵ (NURC-RJ, 2021) e de quatro horas de gravações, sendo duas de entrevistas de rádio e duas de entrevistas veiculadas em programas de televisão com informante que também possuíam nível superior. Nas amostras utilizadas, a seguinte quantidade de dados foi encontrada:

Quadro 3: Procedência dos dados utilizados na análise de Duarte (1995).

Procedência	Língua	Data	Total de Dados
Fala espontânea	Oral	1992	1.756
Entrevistas de rádio	Oral	1993	605
Entrevistas de TV	Oral	1991	452
Total	-	-	2.813

Fonte: Adaptado de Duarte (1995, p. 36).

A pesquisa de Duarte (1995) tem como variáveis dependentes *sujeito nulo* e *sujeito pronominal pleno* e como variáveis independentes: i) pessoa gramatical e desinência verbal; ii) estrutura da oração e seu estatuto sintático dentro do período; iii) a posição do referente do

⁵ Os *corpora* do projeto são compostos por entrevistas, que totalizam 350 horas, com informantes com nível superior, nascidos no Rio de Janeiro e, preferencialmente, com pais também nascidos no Rio de Janeiro. Essas entrevistas foram coletadas durante as décadas de 1970 e 1990, sendo que nessa última coleta foram realizados alguns recontatos, ou seja, informantes que compunham a primeira amostra foram entrevistados novamente, permitindo assim um estudo de painel. As entrevistas utilizadas por Duarte (1995) fazem parte dessa amostra de recontato, entretanto a autora não realizou um estudo de painel em sua tese, mas de tempo aparente, porque o estudo de painel precisaria de uma análise das amostras gravadas nos anos 1970.

sujeito; iv) o traço referente do sujeito de terceira pessoa; v) o duplo sujeito; vi) os fatores sociais – sexo e faixa etária; o nível de escolaridade não foi controlado por se tratar de uma amostra de usuários da norma culta.

Conforme o quadro acima, nas 13 entrevistas do NURC-RJ, Duarte (1995) encontrou 1.756 dados, dos quais 415 (29%) eram de sujeito nulo, enquanto 1.009 (71%) apresentavam um sujeito pronominal exposto, com uma nítida preferência para a primeira e segunda pessoas, sendo a terceira pessoa um contexto de resistência no PB quando comparado à primeira e segunda pessoas. Segundo a autora, a preferência por algumas pessoas gramaticais demonstra que as mudanças do paradigma flexional e sua relação com a perda do sujeito nulo no PB não atuam de maneira uniforme no sistema linguístico, mas de forma gradual sobre as pessoas gramaticais. Contudo, para Duarte (1995), apesar de não haver uma relação direta entre desinência zero e sujeito preenchido, desinência distintiva e sujeito nulo, percebe-se que a redução do paradigma, ou seja do número de oposições, ocasionou um favorecimento do sujeito pronominal em todas as pessoas gramaticais. Para a autora, isso mostra que o sujeito nulo no PB cada vez se realiza menos em favor do sujeito pronominal, desde que a “ocorrência, em momento algum, comprometa a aceitabilidade de uma sentença” (DUARTE, 1995, p. 30).

Para Duarte (1995), o PB apresenta uma remarcação em curso no *Princípio “evite pronome”*, apresentando estruturas comuns em línguas *não-pro-drop*. Entretanto, a autora demonstrou, em seu estudo de tempo aparente, que, na gramática dos falantes mais velhos, há ainda vestígios de propriedades de uma língua *pro-drop*, uma vez que há um “percentual de sujeito nulos (36%), quer o verbo tenha a flexão distintiva de primeira pessoa, quer apresente a desinência zero, comum à segunda e terceira pessoa do singular” (DUARTE, 1995, p. 52).

Ao ilustrar a relação entre sujeito nulo, desinência e pessoas gramaticais, Duarte (1995) apresenta o seguinte quadro:

Quadro 4: Relação entre sujeito nulo, desinência e pessoa.

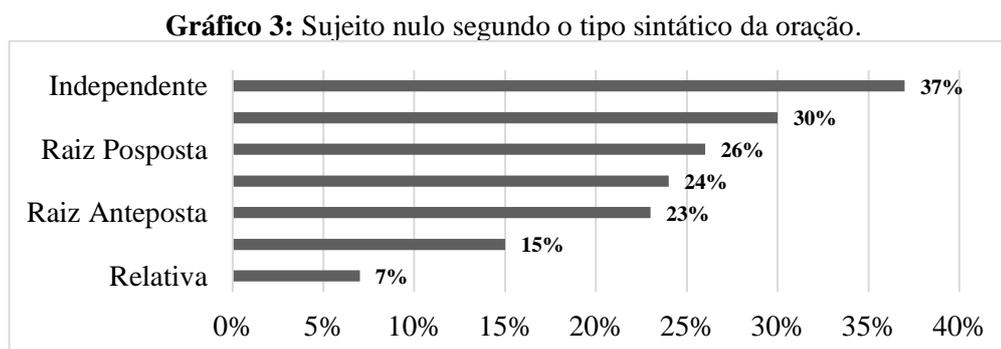
Flexão	-o (-i)	-mos	-m	-zero
Pessoa	N/T (%)	N/T (%)	N/T (%)	N/T (%)
1ª p.s.	138/478 (29)			37/153 (24)
2ª p.s.				13/119 (11)
3ª p.s.				165/419 (39)
1ª p.p.		15/53 (28)		3/67 (4)
2ª p.p.			0/6 (0)	0/2 (0)
3ª p.p.			42/111 (38)	2/16 (13)

Fonte: Duarte (1995, p. 56).

Os dados desse quadro mostram que há uma nítida preferência pelo sujeito preenchido em todo o paradigma flexional, independentemente da pessoa gramatical; sendo a terceira pessoa um contexto de resistência, pois, segundo a autora, “todos os trabalhos têm apontado a mesma hierarquia da realização do sujeito nulo e a importância da terceira pessoa para a sua realização em PB” (DUARTE, 1995, p. 55-56). É a partir desses dados que Duarte (1995) afirma que as construções com sujeito nulo se tornam cada vez mais marginais no sistema do PB.

Apoiando-se em Roberts (2018[1993]), a autora explica que a remarcação paramétrica é lenta quando o sociolinguista (paramétrico) observa o progresso dela, tomando como exemplo o processo ocorrido na língua francesa que durou cerca de 150 anos, período no qual o francês apresentou um sistema de sujeitos nulos defectivo (ROBERTS, 2018[1993]). Os estudos sobre a mudança no PB são recentes – a própria linguística é recente no Brasil – por isso é preciso que se investigue mais o PSN nessa língua para que se acrescente cada vez mais evidências empíricas às discussões tanto sobre o *Princípio “evite pronome”* como sobre outras propriedades desse parâmetro.

Além da redução do paradigma flexional/pronominal do PB, Duarte (1995) apresenta o contexto sintático como favorecedor do sujeito preenchido:



Fonte: Adaptado de Duarte (1995, p. 59)

A discrepância observada entre as orações relativas (7%) e as independentes (37%) coloca esses dois contextos como extremos que favorecem, respectivamente, o sujeito pronominal e o sujeito nulo. O contexto favorecedor do sujeito pronominal expresso apresentou apenas 7/95 construções com sujeito nulo, sendo que 5/7 foram produzidas por um único falante da faixa etária mais alta. Segundo Duarte (1995), as relativas constituem o único contexto sintático favorecedor do sujeito pronominal expresso no PE, sendo também o contexto mais favorecedor no PB e no qual a mudança está mais avançada, e “era este o ponto mais vulnerável no sistema e, por ele, o sujeito pronominal pleno deve ter começado sua

batalha contra o sujeito nulo” (DUARTE, 1995, p 60). Com relação ao tipo sintático, ainda que as orações independentes sejam mais favorecedoras de nulo, a porcentagem de sujeito expresso, correspondente a 63%, é significativa e alta.

De forma geral, Duarte (1995) apresenta os seguintes fatores como significantes para a realização do sujeito nulo:

Quadro 5: Fatores selecionados como significantes para a ocorrência de sujeito nulo.

Fator	p.r.	n.	t.	%
Pessoa do discurso				
3ª pessoa do singular	.57	165	419	39
3ª pessoa do plural	.57	44	127	35
1ª pessoa do singular	.52	175	631	28
1ª pessoa do plural	.32	18	120	15
2ª pessoa do singular	.31	13	119	11
Correferência (estr. subordinadas)				
Sim	.62	70	217	32
Não	.36	22	188	12
Faixa etária				
<46 anos	.62	190	491	39
36 a 45 anos	.46	126	475	27
25 a 35 anos	.41	99	458	22
Tipo sintático				
Independente	.58	243	650	37
Completiva	.55	21	89	24
Adjunta posposta	.50	47	155	30
Raiz anteposta	.48	67	286	23
Raiz posposta	.44	17	65	26
Adjunta anteposta	.30	13	84	15
Relativa	.22	7	95	7
Tempo Verbal				
Pretérito perfeito (ind.)	.64	149	385	39
Pretérito imperfeito (ind.)	.51	64	234	27
Subjuntivo	.49	12	60	20
Presente (ind.)	.43	186	715	26
Traço do referente (3ª pessoa)				
[+animado/+genérico]	.71	36	64	56
[-animado]	.61	71	162	44
[+animado]	.41	102	320	32
Sexo do informante				
Masculino	.55	220	641	34
Feminino	.46	195	783	25
Material entre Spec IP e I⁰				
Negação e clíticos	.60	75	206	36
Advérbios leves	.52	37	102	37
Nenhum elemento	.48	303	1097	28

Fonte: Duarte (1995, p. 80).

Os dados mostram que há, no PB, contextos linguísticos que favorecem a omissão do sujeito: terceira pessoa (singular/plural); correferência de estruturas subordinadas; as orações

independentes, completivas e adjuntas pospostas; o pretérito perfeito e imperfeito do indicativo; os traços de [+animado/+genérico] e [-animado]; bem como a presença de algum material como advérbios leves e de negação e clíticos. Segundo Duarte (1995), a variável dependente sujeito nulo/sujeito expreso não está sujeita a estigma no PB, mas os condicionadores extralinguísticos mostraram que os mais velhos utilizavam mais sujeitos nulos, diminuindo conforme se aproxima da faixa etária mais jovem, o que mostra que o PB, de fato, estava mudando preferindo o sujeito pronominal em vez do nulo. No que corresponde ao sexo, as mulheres preenchem mais o sujeito, possivelmente por circularem menos fora da comunidade, utilizando-se, assim, mais de uma norma popular.

Portanto, o estudo de Duarte (1995) evidenciou que o PB está perdendo características *sui generis* de línguas *pro-drop*, uma vez que não há, nos *corpora* da pesquisa, nenhum contexto no qual o sujeito nulo seja categórico, existindo uma nítida preferência pelo pronominal expreso “decorrente da perda da obrigatoriedade de omitir o pronome” (DUARTE, 1995, p. 33), isto é, mesmo em contextos de resistência do sujeito nulo, há variação, com predomínio, de sujeitos pronominais expressos.

2.3 UMA SEGUNDA VIAGEM DIACRÔNICA PELO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DUARTE (2019a)

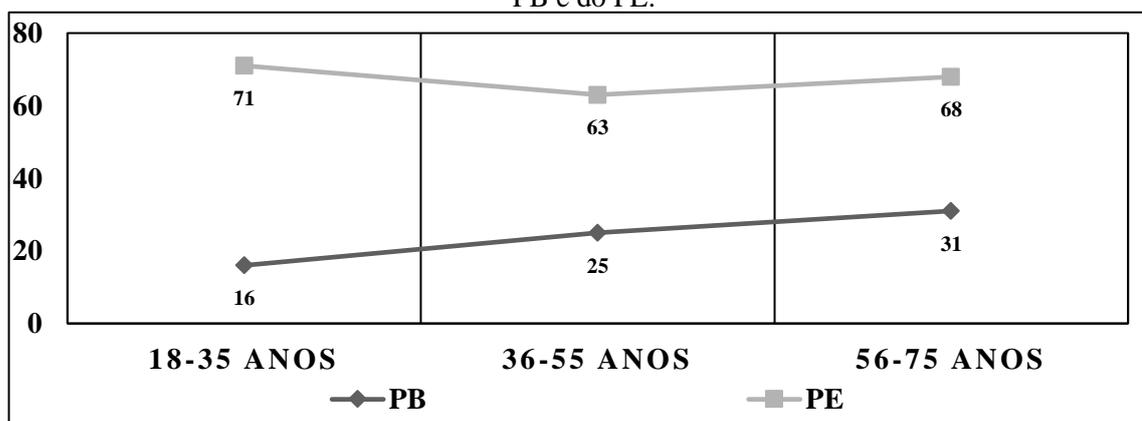
Como dito anteriormente, a coletânea *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica* (ROBERTS; KATO, 2018[1993]) foi um marco empírico-teórico para os estudos do PB sob uma perspectiva gerativa diacrônica. Em 2019, um segundo volume foi lançado, *Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica* (GALVES; KATO; ROBERTS, 2019), em homenagem à Profa. Dra. Ilza Ribeiro (UFBA), que faleceu em 2017. Nesse volume, Duarte publicou um capítulo sobre o sujeito nulo referencial nas variedades brasileira e europeia do português (DUARTE, 2019a), mas há também outros trabalhos de diferentes autores sobre concordância, clíticos, possessivos, objeto nulo, entre outros tópicos que são importantes para a compreensão das diferenças entre o PB e o PE, buscando-se estabelecer as diferenças dessas variedades através de dados consistentes.

Anteriormente, foram apresentados os principais pontos de Duarte (1993, 2018a) e Duarte (1995), que se caracterizam, respectivamente, como um estudo diacrônico em tempo real e um estudo sincrônico em tempo aparente. O objetivo de Duarte (2019a) é fazer uma síntese desses dois estudos com foco nos sujeitos de terceira pessoa que seguem um curso mais lento de mudança em relação às outras pessoas.

Duarte (2019a) apresenta, além de um refinamento dos dados de 1993 (DUARTE, 1993, 2018a), uma análise sincrônica dos sujeitos de terceira pessoa no PB e no PE com gravações realizadas entre 2009 e 2010 nas cidades do Rio de Janeiro (Copacabana e Nova Iguaçu) e Lisboa (Oeiras e Cacém), o que “permite atestar o progresso da mudança no PB e a relevância dos fatores estruturais apontados para a escrita das peças” (DUARTE, 2019a, p. 94). As amostras totalizam 72 informantes, de ambos os sexos, agrupados em 3 faixas etárias: 18-35, 36-55, 56-75; com nível de escolaridade fundamental, médio e superior. Dados de coordenadas, nas quais o segundo e os demais sujeitos são omitidos, sentenças com estruturas contrastantes ou sujeito focalizado foram excluídos da análise, assim como nos trabalhos anteriores (DUARTE, 1993, 1995, 2018a).

Como na primeira subseção deste trabalho os dados de Duarte (1993, 2018a) foram apresentados, limita-se aqui a apresentação da análise dos dados sincrônicos. Nas 72 entrevistas, foram encontrados 1.179 dados de sujeito nulo de terceira pessoa no PB e 948 no PE, distribuídos nas faixas etárias da seguinte forma:

Gráfico 4: Sujeitos nulos de terceira pessoa segundo faixa etária nos dados sincrônicos nos dados do PB e do PE.



Fonte: Duarte (2019a, p. 108).

Os dados mostram que, no PE, o sujeito nulo de terceira pessoa se mantém estável, variando entre 71% e 68%, com uma leve tendência dos mais jovens a realizarem mais sujeitos nulos, mostrando a estabilidade dessa língua na questão *pro-drop*. No PB, a realidade é diferente, pois os mais velhos realizam mais sujeitos nulos (31%) do que os mais jovens (16%), evidenciando a tendência de mudança já observada nas análises anteriores (DUARTE, 1993, 1995, 2018a) em relação à preferência pelo sujeito pronominal exposto, mesmo em contextos de resistência, como é a terceira pessoa. Isso demonstra que os indícios diacrônicos e sincrônicos de pesquisas anteriores da autora (DUARTE, 1993, 1995, 2018a) se confirmam nessa nova amostra sincrônica (DUARTE, 2019a).

Para os dados sincrônicos das duas variedades estudadas, os fatores selecionados como relevantes foram os mesmos: o padrão sentencial, os feixes de traços semânticos e a estrutura do CP. Contudo, o peso relativo desses fatores mostra um comportamento diferente do PB em relação ao PE, próprio de uma língua não *pro-drop*, enquanto o PE apresenta um comportamento de uma Língua de Sujeito Nulo Consistente – ou *pro-drop* (DUARTE, 2019a).

Quadro 6: Sujeitos nulos de terceira pessoa segundo o padrão sintático

Padrão sentencial	PE				PB			
	p.r.	n.	t.	%	p.r.	n.	t.	%
1 (com c-comando)	0,930	78	83	94	0,765	19	46	41
2 (sem c-comando)	0,854	13	14	93	0,197	15	116	11,5
3 (adjacente)	0,588	402	515	78	0,646	225	586	38
4 (outra função)	0,274	77	153	50	0,428	37	175	21
5 (distante)	0,183	66	183	36	0,330	35	241	14,5

Fonte: Adaptado de Duarte (2019a, p. 109)

O comportamento do PE é prototípico de uma língua de sujeito nulo consistente na qual as estruturas coordenadas com ou sem c-comando irão ser realizadas com sujeito omitido, e isso é indicado pelo peso relativo quase categórico para o padrão 1 e muito alto para o padrão 2. O PB, por sua vez, apresenta um comportamento que vai na direção oposta do PE, pois, ainda que tenha um alto índice de sujeitos nulos no padrão 1, esse não chega nem próximo de um uso categórico, e o padrão 2 é praticamente um contexto vencido do sujeito pronominal expresso. No PE, os três primeiros padrões são contextos que favorecem o sujeito nulo, enquanto que, no PB, apenas o primeiro e terceiro padrão se mostraram favoráveis ao sujeito nulo. Com exceção do primeiro e terceiro padrão, ao se observar os dados do PB, percebe-se que há uma mudança em curso no condicionador linguístico *padrão sentencial*; esse parece ser um contexto de resistência – primeiro e terceiro padrão – e de favorecimento – segundo, quarto e quinto padrão.

Outro grupo de fatores selecionado para ambas as variedades é o feixe de traços semânticos do referente. Os dados sincrônicos de Duarte (2019a) mostram que o traço [-animado/-específico] influencia a realização do sujeito nulo tanto no PE como no PB:

Quadro 7: Sujeitos nulos de terceira pessoa segundo o traço semântico

Traço	PE				PB			
	p.r.	n.	t.	%	p.r.	n.	t.	%
-ani/-esp	-	12	12	100	0,863	7	12	58
-ani/+esp	0,942	137	142	96,5	0,692	73	173	42
+ani/-esp	0,562	191	246	78	0,555	62	191	32,5
+ani/+esp	0,307	308	559	55	0,437	189	803	23,5

Fonte: Adaptado de Duarte (2019a, p. 113).

No PE, o sujeito nulo de terceira pessoa com traço [-animado/-específico] é categórico, dentro do esperado para uma língua *pro-drop*. No PB, esse traço apresenta o maior percentual de sujeitos nulos (58%), sendo o seu oposto – o traço [+animado/+específico] – o que apresenta o menor índice de sujeitos nulos, indicando que o traço [+animado] é um fator favorecedor do sujeito pronominal expresso, pois, quando há elementos com essa marca, prefere-se preenchê-los, apresentando os menores índices, nas duas variedades, de sujeito nulo; sendo o percentual do PB muito inferior ao do PE. Portanto, os dados demonstram que a animacidade é um traço que “se sobrepõe à especificidade, [e] que atua ainda assim no curso da implementação dos pronomes pessoais no PB” (DUARTE, 2019a, p. 115).

Duarte (2019a) propõe, então, que os sujeitos nulos no PB são licenciados não pela morfologia, mas pela sintaxe, uma vez que a proximidade do sujeito é um favorecedor do sujeito nulo. Segundo a autora, o padrão sentencial tem índices cada vez mais baixos de sujeito nulo, sugerindo que o PB possui um sistema instável de sujeito nulo, bem diferentes das línguas *pro-drop* prototípicas.

As discussões sincrônicas e diacrônicas de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) apresentam uma visão panorâmica sobre o processo remarcação paramétrica no PB com a implementação do sujeito pronominal expresso, com dados que vão de 1845 a 2010. Contudo, os dados não podem ser aplicados de forma absoluta ao processo de variação e mudança no PB, mas, como ressaltou Duarte (1993, 2018a), podem indicar tendências de uso em cada época; principalmente as amostras sincrônicas (DUARTE, 2019a).

Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) mostrou que a primeira e segunda pessoas (singular/plural) são contextos nos quais a mudança já está bem avançada, estando praticamente concluída na segunda pessoa. A terceira pessoa, por sua vez, apresenta-se como um contexto de resistência, favorecida pelo traço [+animado], mas que já indica também um processo de mudança em direção ao sujeito pronominal.

De forma geral, os dados de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) demonstram que, desde 1845, os índices de sujeito nulo no PB já estavam em queda, mas que, nesse período, ainda predominava a preferência pela não realização do sujeito pronominal pleno. Contudo, no final da primeira metade do século XX, os índices de sujeitos nulos são cada vez menores, sendo que os contextos com maiores reduções são os de primeira e segunda pessoas; esses chegam ao final do século XX como contextos praticamente vencidos. Os dados da autora mostram que, com o passar dos anos, o sujeito pronominal tem sido preferido pelos brasileiros, sendo os contextos de terceira pessoa aqueles que apresentam uma maior resistência.

Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) mostra que a mudança na marcação do *Princípio ‘evite pronome’*, como parte do PSN, está se implementando no sistema linguístico da variedade brasileira; e recentemente afirmou que os dados já têm mostrado que a remarcação desse princípio já está no estágio final da mudança, por isso ela está ficando mais lenta (DUARTE, 2020).

3 A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR COMO ELEMENTO DA REMARCAÇÃO PARAMÉTRICA

Considerações ecológicas nos obrigam a prestar mais atenção aos modos de transmissão, sobretudo se a escola teve algum papel no processo e se isso redundou em uma variedade que não era necessariamente a usada por falantes nativos em questão (MUFWENE, 2019, p. 8).

O estudo da remarcação paramétrica, dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros, é também uma questão social, pois, como afirmam Pinto e Andrade (2019), quando o gerativismo coloca a aquisição da linguagem como fator principal da mudança não abandona seu caráter mentalista/cognitivista, mas “abre **uma porta de diálogo** extremamente profícuo com as ciências sociais no sentido de compreender quais são os possíveis gatilhos para a mudança linguística e como ela acontece” (PINTO; ANDRADE, 2019, p. 53; grifos meus). Conforme demonstram os autores, de forma consistente, se a aquisição é o centro da mudança, essa se dá via aprendizagem de uma Língua-E em circunstâncias sócio-históricas específicas, fazendo do gerativismo uma teoria também social. Os contextos sócio-históricos levados em consideração neste trabalho são, de forma geral, os de formação do Brasil que se deu a partir dos contatos de povos e línguas (multilinguismo), e, de forma específica – mas como parte daqueles ainda, os de formação das comunidades quilombolas, nas quais os escravizados e seus descendentes aprenderam o português de forma irregular.

Em situações de contato de povos e línguas, são comuns ocorrerem pidginização e/ou criouliização, processos a partir dos quais surgem um pidgin e/ou um crioulo, sendo aquele uma variedade alterada usada para comunicação que fará surgir uma nova língua – o crioulo (LUCCHESI; BAXTER, 2009; COUTO, 1996, 1998, 2019. Segundo Couto (2019, p. 99; grifos do autor), “por **pidginização** entende-se a formação de um pidgin, quer o consideremos uma língua, quer não. Por **criouliização** entende-se a formação de uma língua crioula uma vez que sobre esta não há a menor sombra de dúvida de que se trata de uma língua plena, como qualquer outra”. Geralmente, a pidginização antecede a criouliização, no entanto, é possível que um pidgin não se criouliize ou que um crioulo nasça sem um pidgin que o anteceda (COUTO, 1996, 1998, 2019). Todavia, como aponta Couto (2019), há muitas divergências sobre essa questão.

Considerando a língua numa perspectiva ecolinguística, isto é, numa visão na qual Língua, Território e População são observados nas suas interrelações (COUTO, 2019) – entendendo *Território* tanto a sociedade (Comunidade/População/Povo) que fala determinada língua, como o meio ambiente de interrelações (COUTO, 2019), Couto (2019) apresenta essa tríade como o *Ecossistema Fundamental da Língua* que, por sua vez, se divide em três subecossistemas: social, mental e natural. Esses subecossistemas reforçam a visão de Pinto e Andrade (2019) de que social e mental não podem ser compreendidos de forma dicotômica, mas como sistemas relacionais, e pensar que o estudo da natureza biológica da linguagem é conflituoso com aqueles que se interessam pelo contexto e pela cultura é errôneo, pois “uma pesquisa séria numa dessas áreas tira conclusões a partir das outras” (CHOMSKY, 1981, p. 62).

Assim, seria interessante “[...] se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de transmissão linguística irregular, e não [‘simplesmente’] nos termos estritos das situações [proto]típicas de pidginização e/ou crioulização” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 107). É nesse sentido que Lucchesi e Baxter (2009) e Mufwene (2019) apontam para a importância de se observar quais os modos de transmissão linguística que se dão para, a partir daí, analisar os processos de mudança e variação das línguas. E, como apontam Lucchesi e Baxter (2009), são nos processos de TLI, de tipo leve, que se pode explicar “a história das variedades populares do português do Brasil e do português afro-brasileiro em particular” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 123). Para os autores, as condições sócio-históricas de formação das comunidades afro-brasileiras – como é o caso da Mussuca – fazem dessas localidades verdadeiros laboratórios de pesquisa linguística nos quais se observa como a TLI atingiu a gramática do PE, enquanto língua alvo, fazendo emergir a gramática brasileira ou, nos termos de Tarallo (2018b[1993]), uma gramática genuinamente brasileira.

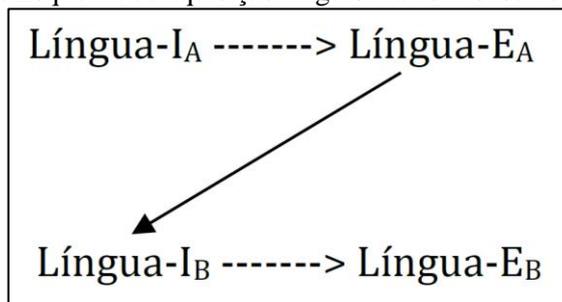
Os dados sócio-históricos apresentados na próxima seção demonstram a presença representativa de africanos no território brasileiro e, principalmente, na região do Rio Cotinguiba, em torno do qual se formou Laranjeiras, município onde a Mussuca está situada. A própria Mussuca foi fundada por uma escravizada liberta que recebeu como doação as terras nas quais se assentaram, posteriormente, outros negros e seus descendentes, formando assim a comunidade quilombola (SANTOS, 2019; MIRANDA; BARBOSA, 2021). Portanto, a Mussuca é um laboratório no qual se pode observar, sincronicamente, os efeitos dos processos de aprendizagem linguística por descendentes de africanos, postulando explicações para a mudança do PSN no PB e contribuindo para a descrição linguística de comunidades afro-brasileiras do Estado de Sergipe (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b).

3.1 TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR, APRENDIZAGEM E MUDANÇA LINGUÍSTICA

A relação entre conhecimento linguístico internalizado e seu uso não é mais estabelecida de forma dicotômica, sendo a heterogeneidade e a dinâmica, observadas na fala, o reflexo da natureza e da organização do conhecimento abstrato. [...] Portanto, se a variação é inerente ao sistema, as estruturas variáveis são adquiridas da mesma maneira que as estruturas categoriais (cf. Chambers, 1995) e através dos mesmos mecanismos de aquisição (GOMES, 2016, p. 64).

Em um período de aquisição da linguagem, o indivíduo, a partir da exposição a dados linguísticos de falantes adultos e conduzido por um bioprograma da linguagem, configura uma gramática particular, que, no gerativismo, é entendida como Língua-I (CHOMSKY; LASNICK, 2021[1993]), que, por sua vez, é parametrizada segundo os dados do *input* oriundos da sua experiência linguística com uma determinada Língua-E:

Imagem 1: Esquema de aquisição linguística com base no gerativismo



Fonte: Pinto e Andrade (2019, p. 46).

O que acontece nesse processo é que a Língua-I da criança aprendiz – a Língua-I_B – não será igual à do adulto – a Língua-I_A. Entretanto, apesar dessa não semelhança, pode-se falar em relativa homogeneidade linguística, mas que não pode ser entendida como uma igualdade absoluta (PINTO; ANDRADE, 2019). Em tese, em uma situação prototípica, segundo Pinto e Andrade (2019), num período de aquisição, as línguas não mudariam, pois o *output* da criança seria convergente com o *input* do adulto. Contudo, essa aprendizagem se dá em um território e com uma população que se interrelacionam – a relação ecolinguística da Língua, Território e Povo (COUTO, 2019), sendo que isso fará com que a criança adquira sua primeira língua e com que interprete o *input* de forma diferente, produzindo um *output*

diferente do recebido – a Língua-EB – (PINTO; ANDRADE 2019), o que gera a de mudança na marcação do valor de um parâmetro .

Nessa perspectiva, é fundamental o entendimento de que o gerativismo “defende que uma parte do conhecimento linguístico seja inata e não todo ele o seja” (PINTO; ANDRADE, 2019, p. 44), tendo uma parcela oriunda das sociointerações do indivíduo. Não sendo todo o conhecimento linguístico inato, os estudos atuais do gerativismo, a partir do modelo de Princípios e Parâmetros, não podem ser considerados associativos ou a-históricos (PINTO; ANDRADE, 2019), uma vez que a compreensão da remarcação paramétrica é motivada por alguma alteração no ambiente sociolinguístico, fazendo com que o dado de Língua-E se modifique para o aprendiz. Assim:

A mudança linguística no modelo gerativista não tem direcionalidade, não tem força, não tem tendência, não tem deriva. A mudança linguística no quadro da gramática gerativa é explicada a partir da análise dos dados linguísticos feita pela criança durante o processo de aquisição. Uma vez que a criança precisa de exposição aos dados linguísticos para adquirir uma língua e só é exposta a eles se viver em sociedade, **o problema da mudança paramétrica se torna, então, um problema social [...] (PINTO; ANDRADE, 2019, p. 53; grifos meus).**

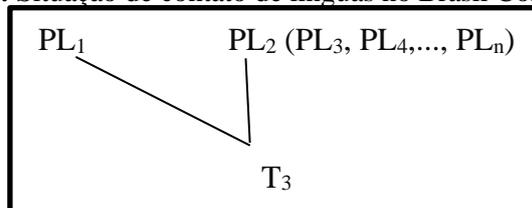
Dessa forma, os estudos mais recentes da Teoria de Princípios e Parâmetros, principalmente os desenvolvidos no âmbito da Sociolinguística Paramétrica, podem ser enquadrados no quadro da Linguística Histórica⁶, pois abrem um diálogo com as ciências sociais (PINTO; ANDRADE, 2019). Como consequência de um avanço teórico, o gerativismo percebeu que “o gatilho inicial de toda mudança seria de ordem externa” (PINTO; ANDRADE, 2019, p. 57), uma vez que, conforme a imagem acima, a Língua-I – de natureza mental – é formada a partir da interpretação dos dados da Língua-E – situada em um determinado contexto sócio-histórico.

Entretanto, as situações de aquisição de linguagem, como dito, nem sempre são prototípicas: interação entre um adulto (Língua-E) e uma criança (que forma sua Língua-I). Nos contextos de multilinguismo, como no Brasil Colônia, a forma não-prototípica – falantes adultos expostos a outras línguas(-E), aprendidas como segunda língua – é a mais comum, principalmente quando há uma relação de subalternização de um povo sobre o outro como se deu no período de escravização dos povos africanos no Brasil – e conseqüentemente na região de Laranjeiras em decorrência do grande número de escravizados.

⁶ Considerando a distinção entre linguística histórica *lato sensu* e *stricto sensu* de Mattos e Silva (2000, 2004), diversos trabalhos de base gerativista podem ser enquadrados em uma ou em outra vertente. Esta pesquisa situa-se na vertente *lato sensu* da linguística histórica, pois trabalha com dados (sincrônicos) datados e localizados.

Nos termos de Couto (2019), os contatos de línguas/povos africanos e portugueses ocorrido durante a colonização do Brasil se configuram na seguinte situação de interação:

Imagem 2: Situação de contato de línguas no Brasil Colônia



Fonte: Couto (2019, p. 53).

O deslocamento – forçado – de povos africanos para o Brasil e o contato linguístico e populístico com os portugueses podem ser lidos nos termos de um povo mais forte (PL_1) – portugueses – e outro mais fraco (PL_2) – os africanos (e aqui deve-se entender *povos* em toda a sua pluralidade) – que se deslocaram para o território de um terceiro povo (T_3) – os indígenas⁷ (também no plural); as definições de *forte* e *fraco* aqui são carregadas de um semanticismo político, podendo ser entendidas como um *povo dominador* e outro *dominado*. Segundo Couto (2019), nessa situação de contato, outros povos, com suas respectivas línguas, podem habitar também no território, como os indígenas no Brasil, o que está indicado por PL_3, PL_4, \dots, PL_n na imagem acima. Para o autor, “essa situação é a ideal para o surgimento de um pidgin e de um crioulo” (COUTO, 2019, p. 53). Contudo, no Brasil, não ocorreu um processo de pidginização e/ou criouloização que se expandisse em todo o território, por isso que Tarallo (2018[1993], p. 51) chega a afirmar a não necessidade de uma discussão sobre a formação de pidgins/crioulos no Brasil – ainda que de forma prematura, pois não havia muitos dados de língua oral sendo estudados.

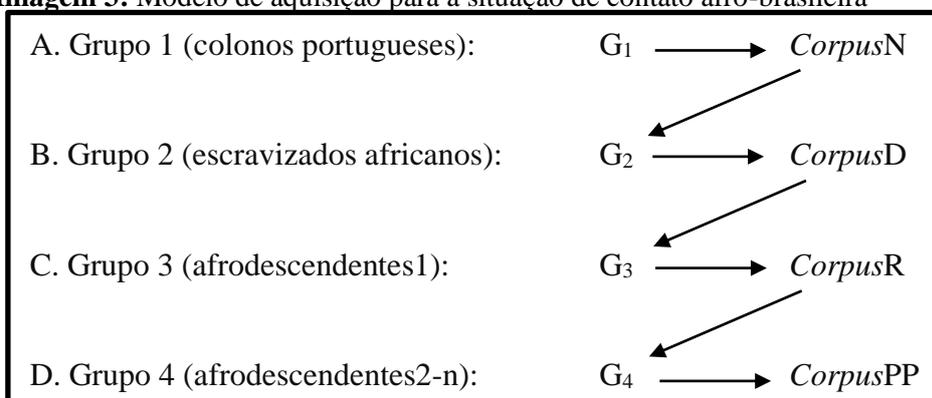
Entretanto, o que define um pidgin/crioulo são as suas condições de formação (COUTO, 1996, 2019; LUCCHESI, 2019), e as formações das comunidades afro-brasileiras, desde o período escravocrata com os quilombos, emolduram-se nessas circunstâncias. Os contextos de surgimento dessas comunidades podem ser colocados como situações crioulozantes (COUTO, 1996), uma vez que não se encaixam em todos os critérios de um crioulo, como a inserção dos africanos na sociedade brasileira, não ficando totalmente isolados (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2019), como ocorreu com os escravizados no Caribe (LUCCHESI, 2019).

⁷ O contato desses povos com os portugueses enquadra-se em outra situação de contato definida por Couto (2019, p. 52): “o segundo tipo de contato se dá quando é o povo “mais forte” (PL_1) que se desloca para o Território (T_2) do povo “mais fraco” (PL_2) [...] [podendo] haver também outros povos com respectivas línguas (PL_3, PL_4, \dots, PL_n)”.

As possíveis variedades pidginizadas/crioulizadas do português não se espalharam pelo território brasileiro, ficando circunscritas a algumas localidades, como Helvécia (FERREIRA, 1984; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), passando, posterior e possivelmente, por um processo de descrioulização – aproximação da língua do superestrato (COUTO, 1996). Dessas situações, o que ficou de evidência foram variedades alteradas/reestruturadas do português, das quais as mais fortes são aquelas que se enquadram no *português afro-brasileiro* e no *português popular* (LUCCHESI, 2015).

Assim, o esquema de aquisição de Pinto e Andrade (2019) e a situação de contato apresentada por Couto (2019) apontam, de certa forma, para o esquema de aquisição em situação de contato apresentado por Lucchesi e Ribeiro (2009), adaptado de Robert (2007 *apud* LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), para a situação afro-brasileira de formação do PB:

Imagem 3: Modelo de aquisição para a situação de contato afro-brasileira

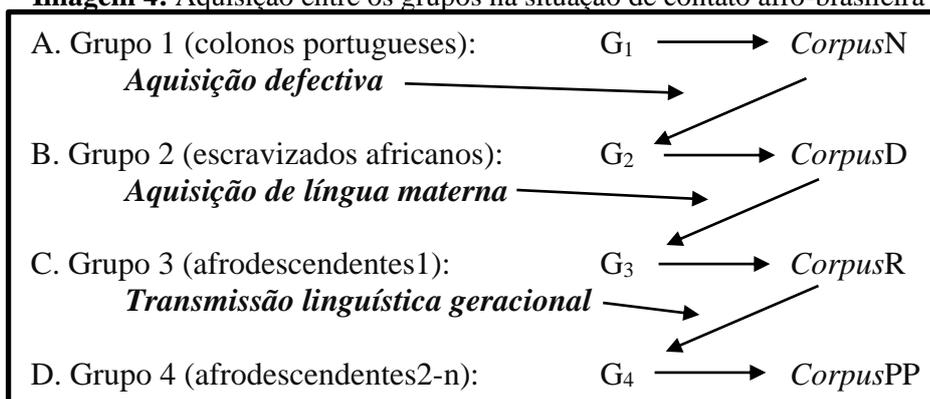


Fonte: Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 145).

Se, nos termos de Couto (2019), a dominação de um povo “mais forte” sobre um “mais fraco”, em um território diferente de ambos, foi a característica da situação de contato no Brasil, e a aquisição linguística, conforme o esquema de Pinto e Andrade (2019), se dá através de uma Língua-E que fornece os parâmetros para uma Língua-I, sendo que, nessa transmissão – real e não prototípica, a remarcação paramétrica ocorre, a consequência da aquisição linguística na situação afro-brasileira, dentro do apresentado por Lucchesi e Ribeiro (2009), é a formação de um português popular (*CorpusPP*⁸) que carrega características marcantes do contato do Grupo 1 (colonos português) com o Grupo 2 (escravizados africanos), seguida de uma possível descrioulização.

Desdobrando o esquema acima, Lucchesi e Ribeiro (2009) definem como a aquisição se dá de um grupo para outro:

⁸ *Corpus* do português popular (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009).

Imagem 4: Aquisição entre os grupos na situação de contato afro-brasileira

Fonte: Adaptado de Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 145-146).

Durante essas diferentes aquisições/transmissões linguísticas pode ocorrer uma mudança na marcação do valor de um parâmetro, sendo a aprendizagem linguística o seu elemento propulsor. Na **aquisição defectiva**, o adulto, com uma Língua-I estável, adquire uma segunda língua sem uma instrução formal – de oitiva. Sobre isso, Mattos e Silva (2004) afirma que a língua portuguesa “que se constituiu no período colonial e no primeiro século de independência tinha de ser, na sua maciça maioria, adquirida naturalmente, assistematicamente, sem interferência do ensino escolar, como língua transmitida apenas na oralidade generalizada” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 40). Assim, é normal que aquisição do português seja irregular nesse período, já que a transmissão linguística também o foi.

Dessa forma, o indivíduo que aprendeu de maneira irregular ofereceu, conseqüentemente, dados de Língua-E diferentes daqueles do Grupo 1 (colonos) para os seus descendentes (Grupo 3), gerando assim uma língua materna (Língua-I) diferente do dado inicial (*CorpusN*). Essa TLI fará com que o Grupo 4, a segunda geração de afrodescendentes, utilize uma variedade bastante alterada do português (*CorpusPP*).

Em relação ao PSN, essa mudança pode ser representada da seguinte maneira:

Quadro 8: Ilustração da mudança do PSN durante a aquisição linguística na situação afro-brasileira

	<i>Input</i>	<i>Output</i>
Grupo 1 (colonos portugueses)	+	+
Grupo 2 (escravos africanos)	+	+/-
Grupo 3 (afrodescendente-1)	+/-	+/-
Grupo 4 (afrodescendentes2-n)	+/-	+/-
		Tendência ao +

Fonte: Elaboração do autor (2023).

O quadro mostra que, em razão de uma TLI e por influência de sua própria língua, os escravizados adultos, quando aprenderam o português, produziram dados diferentes do PE: apesar de receberem uma marcação positiva para PSN (*input*) provavelmente a alteraram

parcialmente (*output*). Essa mudança na marcação do valor de um parâmetro pode ter sido ocasionada pelo fato dos africanos poderem “ter tido acesso a uma gramática do sujeito nulo, tanto através da gramática do PB, quando através da gramática do PE” (ALMEIDA; CARNEIRO, 2009, p. 73). Contudo, essa transmissão/aprendizagem eventualmente pode ter acontecido de forma diferente para os escravizados que moravam na corte ou em regiões mais urbanas e aqueles que permaneceram constantemente na zona rural – considere-se que o Brasil foi até o século passado uma país predominantemente agrário (BORTONI-RICARDO, 2004, 2005; LUCCHESI, 2015).

Assim, esses fatores mostram que “a aquisição de uma língua é um processo sempre impreciso, ou seja, nada garante que todos os aprendizes vão convergir para uma mesma gramática, mesmo a partir de um mesmo conjunto de dados primários [*input*]” (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009, p. 144). O equívoco de Tarallo (2018b[1993]) – ou a precoce afirmação por uma ausência de dados, já que as pesquisas linguísticas no Brasil eram incipientes ainda e se interessavam, predominantemente, pelas variedades urbanas – em afirmar que, no Brasil, não houve nenhum processo de criouliização, ainda que localizada, ou uma TLI, é consequência da não consideração desses contextos diversos de aquisição linguística.

Desenvolvendo a questão da mudança do PSN nas comunidades afro-brasileiras de Helvécia, Cizento e Barra/Bananal, no Município de Rio de Contas (BA), Lucchessi (2009c) trabalha com a hipótese de que foi o enfraquecimento da CV o elemento gatilho para a remarcação paramétrica na variedade popular do PB, reafirmando “a ideia de que a propriedade de sujeito referencial nulo (*pro-drop*) está fortemente ligada a uma morfologia flexional de pessoa e número do verbo suficientemente forte para permitir a recuperação pronominal *pro*” (LUCCHESI, 2009c, p. 171).

Assim, na base da mudança do PSN, estariam dois fenômenos que estão intimamente ligados, podendo o primeiro ter motivado o outro num movimento de encaixamento linguístico (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]): a entrada de *você(s)* e *a gente* no sistema pronominal (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a) e o enfraquecimento da CV (LUCCHESI, 2009a) – principalmente nas comunidades rurais. Sobre isso, Lucchessi (2009a) comenta:

Para a autora [DUARTE, 1993, 2018a], a elevação do nível de realização do sujeito estaria relacionada com a substituição do pronome pessoal *tu* pelo pronome de tratamento *você* e com a concorrência da expressão *a gente* com o pronome *nós*; processos que ganham corpo nas primeiras décadas do século XX e que levam a uma expressiva redução na flexão verbal, pois, tanto com *você*, quanto com *a gente*, o verbo se mantém na forma da 3ª

peessoa do singular, ou seja, sem um morfema específico de pessoa e número. Com isso, em alguns tempos verbais, como no imperfeito do indicativo, a flexão verbal restringe-se a apenas duas pessoas [...]. **Tal enfraquecimento da flexão verbal estaria, portanto, na base do enfraquecimento da propriedade de licenciar o sujeito referencial nulo no PB** (LUCCHESI, 2009a, p. 173; grifos meus).

Portanto, o maior preenchimento da posição de sujeito referencial é consequência desses dois fatores, pois o não reconhecimento via morfologia verbal fez com que o sistema linguístico se reorganizasse e o falante percebesse a necessidade de um maior preenchimento da posição de sujeito, pois “[...] uma mudança num estado de língua implica necessariamente outra mudança *ex hypothesi*, de modo que o evento A possa ser designado como causa da mudança de B” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 62). Em outras palavras, a pronominalização de *você* e *a gente* (evento A) motivou mais ainda a variabilidade da flexão verbal no PB (evento B), principalmente em variantes mais populares; e esses agentes (A e B) foram o principal gatilho para a mudança do PSN.

É interessante observar também que a redução expressiva da morfologia flexional do verbo pode ser consequência ainda de uma baixa escolaridade do falante (ARAÚJO, 2014, 2016). E percebe-se que, mesmo com a aquisição da CV padrão por parte dos mais jovens via escolarização (LUCCHESI, 2009a), a posição de sujeito continua sendo preferencialmente preenchida – isso pode indicar uma remarcação paramétrica já em processo de finalização:

Diferentemente do que ocorre com a morfologia flexional, em que as variedades populares do PB apresentam uma tendência de incremento do uso da morfologia flexional (ou seja, uma mudança que elimina os efeitos do contato entre línguas nesses dialetos), no que concerne à variação paramétrica, não se observa um quadro de incremento do sujeito nulo (LUCCHESI, 2009a, p. 182).

Lucchesi (2009a) argumenta que o fato do preenchimento do sujeito não ser afetado, mesmo que a morfologia verbal esteja sendo recuperada em razão de um fator subjetivo mais sensível dos falantes à avaliação na variação de concordância, pode se dar porque o sujeito nulo não é avaliado subjetivamente pelo indivíduo, ou seja, não é uma comutação linguística que recebe apreciação social negativa – algo já apontado por Duarte (1995). Diante disso, concorda-se com Duarte (2020) que a variação paramétrica do PB está mais lenta em razão da finalização da mudança de positiva para negativa em relação ao *princípio “evite pronome”* e por isso há uma convergência dos resultados das diversas descrições e análises desse fenômeno.

3.2 A CONCORDÂNCIA VERBAL NA MUSSUCA: MACÊDO (2022)

A pronominalização de *você(s)* e *a gente* (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a), e o enfraquecimento da CV (LUCCHESI, 2009a) podem ser considerados os principais fatores que aceleraram a remarcação paramétrica com relação ao preenchimento do sujeito no PB, sendo esse último fortemente influenciado pelos contatos linguísticos (LUCCHESI, 2009a), estando por isso mais presente nas variedades populares do PB. Duarte (1993, 2018a), de certa forma, já havia apontado isso quando apresentou a mudança do paradigma flexional da segunda metade do século XX como elemento dessa remarcação.

Macêdo (2022), em sua pesquisa de mestrado, descreve a regra variável de CV de primeira (P4: *nós/a gente*) e terceira pessoal (P6: *eles*) do plural na comunidade quilombola Mussuca, trabalhando com “12 entrevistas sociolinguísticas e 8 entrevistas em espaços públicos” (MACÊDO, 2022, p. 115) com alguns dos participantes da amostra de entrevistas e que foram transcritas a partir de vídeos disponíveis no Canal *Youtube*, para melhor compreender o fenômeno na comunidade, uma vez que a amostra se constituía de atividades diferentes de monitoração. Sendo assim, a descrição da CV de Macêdo (2022) vai além das entrevistas utilizadas neste trabalho.

A autora aponta a necessidade de uma descrição dos fatores condicionantes da variação do fenômeno de CV nessa comunidade tendo em vista que “ainda não foi estudada do ponto de vista sociolinguístico, além do fato de se apresentar [a CV] de forma peculiar [em cada comunidade], dependendo do seu contexto de formação sócio-histórica e do comportamento de seus falantes” (MACÊDO, 2022, p. 16). Contudo, vale ressaltar que, enquanto a CV é um fenômeno sujeito à avaliação subjetiva, o preenchimento ou não da posição pronominal de sujeito não é avaliado negativamente do ponto de vista social, nem recebe uma censura direta da tradição normativista (DUARTE, 1995; LUCCHESI, 2009c, 2015); isso pode fazer com que os colaboradores da pesquisa não monitorem diretamente o preenchimento ou apagamento do sujeito pronominal. Sendo assim, o comportamento do falante diante de uma regra de CV não padrão será diferente em relação ao preenchimento ou apagamento do sujeito.

Para Lucchesi (2009c), nas variedades populares:

[...] no que concerne à variação paramétrica, não se observa um quadro de incremento do sujeito nulo. Assumindo a hipótese de que a forte erosão da morfologia flexional ocorrida na formação desses dialetos teria restringido bastante a possibilidade do sujeito pronominal nulo de referência definida, seria de se esperar que, com a recomposição da morfologia flexional,

ocorresse simultaneamente um incremento do sujeito nulo. Um fator que pode estar comprometendo essa relação é a reação subjetiva dos falantes ao processo de variação e mudança na realização do sujeito pronominal (LUCCHESI, 2009c, p. 182).

Em outras palavras, esperava-se que, com a aquisição da regra de CV padrão pelos mais jovens, houvesse uma preferência pelo sujeito nulo. No entanto, a aquisição de uma norma culta ou uma reaproximação da língua-alvo não têm afetado o PSN nessa questão, pois, ainda que se adquira regras de CV padrão, se preenche a posição de sujeito; o que pode ser influenciado pela não avaliação social desse fenômeno linguístico, mas também pela permanência de um quadro flexional simples, pois há mais de um sincretismo para as pessoas do discurso.

Contudo, não há ainda como levantar nenhuma hipótese sobre a relação entre CV e preenchimento pronominal do sujeito na Mussuca, pois, apensar de controlar a realização do sujeito – *elíptico, oracional, nominal e pronominal*, Macêdo (2022) não apresenta dados consistentes sobre essa variável, apenas comenta que, “quanto à realização do sujeito, a nossa amostra apresenta contextos bastantes diversificados: para o paradigma P4, temos sujeito elíptico, oracional, nominal e pronominal” (MACÊDO, 2022, p. 130). No entanto, a autora confirma a hipótese de outros trabalhos que a ordem direta favorece a aplicação da regra de CV padrão. Considerando isso, pode-se supor que, mesmo o verbo seguindo a regra padrão de concordância, o falante opta por preencher a posição de sujeito em razão da ausência de apenas um sincretismo no paradigma flexional (ROBERTS, 2018[1993]); Macêdo (2022) considerou marcas morfofonológicas, como em (19), como regra padrão. Almeida (2005) também verificou que, em relação ao sujeito nulo, há uma preferência pela ordem direta (SVO) e que a “questão da ordem, além de estar relacionada com a questão do sujeito, está muito mais relacionada com a questão do enfraquecimento da concordância verbal [...] que levou a um maior enrijecimento da ordem para que não se confunda o sujeito com outra categoria” (ALMEIDA, 2005, p. 181-182).

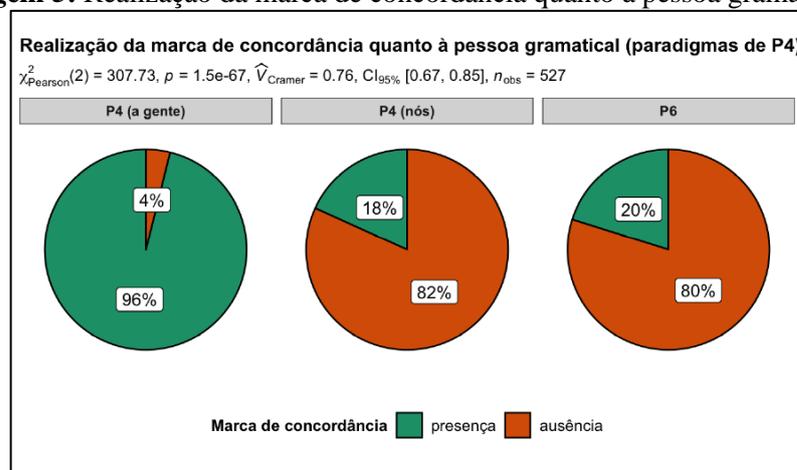
Com relação à variável dependente (*concordância padrão x concordância não padrão*), Macêdo (2022) encontrou 527 ocorrências, sendo que, em relação à P4, 244/343 (71%) eram de CV padrão e 99/343 (29%) de não padrão; e para P6, 37/184 (20%) de padrão e 147/184 (80%) de não padrão.

Quadro 9: Distribuição geral dos dados de CV na Mussuca.

Variável Dependente		
P4	Concordância padrão Nº de aplic./total Percentual	244/343 71%
	Concordância não padrão Nº de aplic./total Percentual	99/343 29%
P6	Concordância padrão Nº de aplic./total Percentual	37/184 20%
	Concordância não padrão Nº de aplic./total Percentual	147/184 80%

Fonte: Adaptado de Macêdo (2022, p. 116).

A diferença percentual alta em relação às pessoas gramaticais e a aplicação da regra de CV padrão é explicada pela autora em razão da sua escolha metodológica de observar a construção *a gente + verbo flexionado na terceira pessoa* e *nós + verbo flexionado na primeira pessoa do plural* como as regras de concordância padrão, e também por considerar a marca morfofonológica *-mo* como regra padrão – como em (19). E, na amostra, a forma inovadora *a gente* foi a mais frequente (224/343) e a mais realizada com a CV padrão, evidenciando a preferência por essa forma na Mussuca, e, conseqüentemente, a possível existência de um paradigma pronominal reduzido, o que pode comprometer o licenciamento e identificação do sujeito nulo (ROBERTS, 2018[1993]; DUARTE, 1993, 2018a).

Imagem 5: Realização da marca de concordância quanto à pessoa gramatical⁹.

Fonte: Macêdo (2022, p. 118).

A saliência fônica só foi relevante para P6, confirmando estudos anteriores que afirmaram que, nessa pessoa, “quanto mais saliente for o grau de diferença entre as formas

⁹ Macêdo (2022) utilizou o programa computacional R para rodar os dados, por isso foi feita a opção por colocar a imagem do gráfico e não o adaptar.

verbais, mais o falante tende a aplicar a regra” (MACÊDO, 2022, p. 120). Porém, a saliência fônica não se mostrou estatisticamente significativa para as formas de P4:

Quadro 10: Relevância da saliência fônica na CV padrão na Mussuca.

Fatores	P4 (<i>a gente</i>)	P4 (<i>nós</i>)	P6
Mais saliente			
Nº de aplic./total	196/233	94/110	55/184
Percentual	96%	20%	40%
Menos saliente			
Nº de aplic./total	37/233	16/110	155/184
Percentual	97%	6%	12%

Fonte: Adaptado de Macêdo (2022, p. 119-120).

Sobre a sua relação com o sujeito nulo, Lucchesi (2009c) demonstrou que também influencia na opção pelo sujeito nulo em variedades populares, pois, quanto mais saliente for a desinência verbal, haverá uma preferência pelo apagamento do sujeito pronominal (LUCCHESI, 2009c). No entanto, nas comunidades afro-brasileiras estudadas por Almeida (2005), essa variável dependente não foi selecionada como relevante pelo programa VARBRUL. Contudo, é interessante se observar que, no trabalho de Almeida (2005), o tempo verbal que mais apresentou categorias vazias na posição de sujeito foi o pretérito perfeito, mostrando que a uniformidade flexional desse tempo obriga o falante a um maior preenchimento da posição de sujeito.

Quadro 11: Tempo verbal e categoria vazia na posição de sujeito em três comunidades afro-brasileiras da Bahia.

Comunidade	Tempo Verbal ¹⁰		
	Pretérito Perfeito	Presente	Pretérito Imperfeito
Bananal/Barra dos Negros	45%	33%	40%
Mato Grosso	45%	39%	36%
Matinha	51%	41%	42%

Fonte: Adaptado de Almeida (2005 p. 136).

O fator *tipo de verbo* não se mostrou significativo do ponto de vista estatístico na Mussuca:

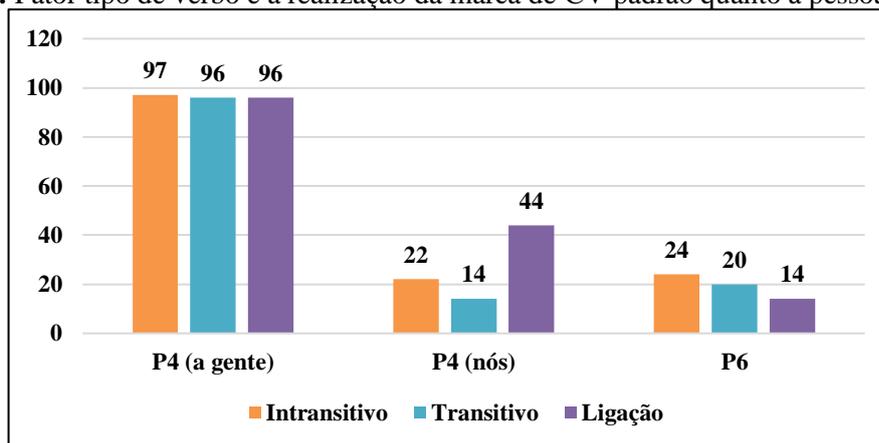
¹⁰ Os tempos são organizados conforme a ordem de relevância apresentada pela autora. Sobre o subjuntivo, ela comenta que “foram os que apresentaram os mais altos índices de preenchimento, entre 0% por conta dos poucos dados até 38%” (ALMEIDA, 2005, p. 136).

Quadro 12: Relevância do tipo de verbo na CV padrão na Mussuca.

Fatores	P4 (<i>a gente</i>)	P4 (<i>nós</i>)	P6
Intransitivos			
Nº de aplic./total	73/133	06/27	08/33
Percentual	97%	22%	24%
Transitivos			
Nº de aplic./total	128/134	10/74	26/129
Percentual	96%	14%	20%
Ligação			
Nº de aplic./total	25/26	04/09	03/22
Percentual	96%	44%	14%

Fonte: Adaptado de Macêdo (2022).

Entretanto, a autora alerta, como faz em diversos momentos do trabalho, sobre a assimetria da amostra, considerando que os *corpora* são limitados e que precisam ainda ser expandidos, mas que, em razão da pandemia, não foi possível. Das 527 ocorrências, 57 foram com verbos de ligação, 337 com transitivos e 133 com intransitivos, mostrando a preferência pela aplicação da regra de CV quando há mais de um elemento que pode ser confundido com o sujeito da oração. Essa peculiaridade da amostra limita a generalização da pesquisa, tanto que, quando analisadas separadamente, tem-se o seguinte percentual para a realização da marca de concordância nas pessoas:

Gráfico 5: Fator tipo de verbo e a realização da marca de CV padrão quanto à pessoa gramatical.

Fonte: Adaptado de Macêdo (2022).

A forma inovadora *a gente* domina a realização da CV padrão. Isso pode ser reflexo ainda da frequência dessa forma na amostra (224/343).

Almeida (2005) relaciona o tipo de verbo com a ordem da sentença no PB, baseando-se em Tarallo (2018a[1993]) para quem o desaparecimento de sujeitos pospostos (VS) indicava uma mudança do PB para línguas não *pro-drop*:

Quadro 13: Tipo verbal e categoria vazia na posição de sujeito em três comunidades afro-brasileiras da Bahia.

Comunidade	Tipo de Verbo		
	Intransitivos	Ligação	Transitivos
Bananal/Barra dos Negros	43	3	-
Mato Grosso	34	5	1
Matinha	24	9	19

Fonte: Adaptado de Almeida (2005 p. 178).

O comportamento dessa variável dependente aponta para uma preferência do sujeito posposto em estruturas com verbos intransitivos, possivelmente porque não há uma ambiguidade sobre quem é o sujeito, uma vez que o verbo precisa apenas de um argumento externo (o sujeito). Para Almeida (2005), essa combinação de elementos permitiu perceber que o sujeito nulo ocorrerá mais em sentenças nas quais o verbo ocupe a primeira posição – logo, com verbos intransitivos –, e que, quando o sujeito for pleno, virá na primeira posição da sentença. Assim, a ordem, “além de estar relacionada a questão do sujeito, está muito mais relacionada com a questão do enfraquecimento da concordância verbal [...], que levou a um maior enrijecimento da ordem para que não se confunda o sujeito com outra categoria” (ALMEIDA, 2005, p. 181-182).

Na Mussuca, em P4 e P6, os sujeitos específicos são mais relevantes, podendo indicar um caráter mais definido das construções e uma maior necessidade do preenchimento do sujeito no discurso, pois o *a gente* “mais específico” fazia referência a um *eu + nós*, sendo esse um referente próximo ou alguém da comunidade (MACÊDO, 2022).

Quadro 14: Relevância da especificidade do sujeito na CV padrão na Mussuca.

Fatores	P4 (<i>a gente</i>)	P4 (<i>nós</i>)	P6
Mais específico			
Nº de aplic./total	224/233	20/110	30/136
Percentual	96%	18%	22%
Menos específico			
Nº de aplic./total	----	-----	07/40
Percentual			15%

Fonte: Adaptado de Macêdo (2022).

Destarte, sobre os fatores internos, Macêdo (2022) conclui que há uma estabilidade e que “a motivação interna do sistema é o mesmo em relação a outros estudos” (MACÊDO, 2022, p. 131), apesar da amostra assimétrica.

Quadro 15: Relevância do sexo na CV padrão na Mussuca.

Fatores	P4 (<i>a gente</i>)	P4 (<i>nós</i>)	P6
Feminino			
Nº de aplic./total	105/109	11/32	21/126
Percentual	96%	34%	17%
Masculino			
Nº de aplic./total	119/124	09/78	16/58
Percentual	96%	12%	28%

Fonte: Adaptado de Macêdo (2022, p. 133).

Com relação às variáveis independentes, o sexo não se mostrou tão relevante com relação a P4 (*a gente*). Contudo, em P4 (*nós*), as mulheres foram mais sensíveis à norma padrão 11/32 (34%) em comparação a 9/78 (12%) dos homens. Para Macêdo (2022), essa diferença é consequência do fato delas estarem inseridas em um “contexto de maior representatividade social, devido ao fato de muitas participarem dos grupos de práticas culturais” (MACÊDO, 2022, p. 134). No entanto, é preciso levar em consideração também a assimetria da amostra – 5 homens e 8 mulheres, pois ela pode estar por trás dessa diferença também.

Em P6, os homens realizaram mais concordância do que as mulheres – 16/58 (28%) e 21/126 (17%), respectivamente –, dando-se o inverso de P4 (*nós*); mas é preciso considerar que alguns homens também ocupam cargos socialmente valorizados, como o Participante 2 que se casou com a filha de um vereador e, do trabalho da pedreira, “passou a trabalhar em outros locais socialmente mais valorizados, como guarda municipal em Laranjeiras (SE), posteriormente, representante de sindicato” (MACÊDO, 2022, p. 84).

A conclusão da autora é que a Mussuca apresenta comportamentos variáveis com relação ao fator sexo e “que o padrão de aplicação da concordância verbal em relação ao sexo pode levar à mudança da adoção da regra padrão mais em um determinado perfil¹¹ do que em outro, não promovendo a normatização da regra de maneira equiparada em todos os perfis” (MACÊDO, 2022, p. 135).

Quadro 16: Relevância da escolaridade na CV padrão na Mussuca.

Fatores	P4 (<i>a gente</i>)	P4 (<i>nós</i>)	P6	Total
Sem escolarização				214
Nº de aplic./total	48/51	16/47	17/116	
Percentual	94%	34%	15%	
Ensino Fundamental I				63
Nº de aplic./total	40/41	02/05	05/17	
Percentual	98%	40%	29%	
Ensino Fundamental II				89

¹¹ A autora trabalha também com a variável social *perfil do participante*, pois desenvolve sua pesquisa dentro do conceito de *comunidade de práticas* (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010).

Nº de aplic./total Percentual	18/19 95%	01/49 2%	05/21 24%	
Ensino Médio				161
Nº de aplic./total Percentual	118/122 97%	01/09 11%	10/30 33%	

Fonte: Macêdo (2022, p. 136).

A escolaridade, em P4 (*a gente*), não foi relevante da mesma forma que na variável anterior. Nessa variável, até os sem escolarização realizaram um alto nível de CV padrão (48/51 – 94%). Na verdade, de forma geral, em P4 (*nós/a gente*), os participantes sem escolarização foram aqueles que mais realizaram a marca de CV padrão, isso porque “os participantes sem escolarização são aqueles que estão mais engajados nas práticas culturais desenvolvidas na comunidade” (MACÊDO, 2022, p. 139), e os mais jovens não saem muito da comunidade, nem mesmo por questões profissionais ou acadêmicas, mantendo um círculo de redes restrito à comunidade (MACÊDO, 2022). Todavia, é preciso considerar também a assimetria da amostra, pois das 527 realizações, 214 foram dos participantes sem escolarização, o que corresponde a quase 40% do total; dos 13 participantes, 4 são sem escolarização, 3 de Ensino Fundamental I, 3 de Ensino Fundamental II e 3 de Ensino Médio – os sem escolarização são a maioria, por nível, da amostra.

Quadro 17: Relevância da faixa etária na CV padrão na Mussuca.

Fatores	P4 (<i>a gente</i>)	P4 (<i>nós</i>)	P6
Faixa I (20 a 40 anos)			
Nº de aplic./total	35/35	1/48	13/38
Percentual	100%	13%	53%
Faixa II (41 a 60 anos)			
Nº de aplic./total	134/140	2/13	06/21
Percentual	65%	11%	66%
Faixa III (acima de 60 anos)			
Nº de aplic./total	55/58	17/49	18/125
Percentual	94%	37%	23%
Total			
Nº de aplic./total	228	110	184
Percentual	96%	20%	47%

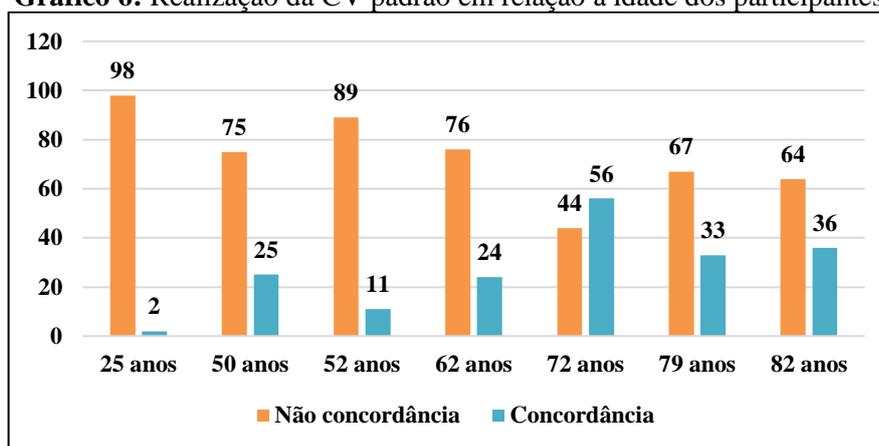
Fonte: Adaptado de Macêdo (2022, p. 141).

Na variável faixa etária, em razão dos jovens da Mussuca não saírem com frequência da comunidade, o uso de P4 (*a gente*) foi similar em todas as faixas etárias, mas há uma nítida preferência dessa forma em detrimento de P4 (*nós*). Assim, percebe-se que, na comunidade, “a escolha de uma forma linguística mais inovadora não é uma questão cronológica, mas um padrão comportamental revelado através de seus grupos etários e com os demais grupos que ele se relaciona (NARO, 1996)” (MACÊDO, 2022, p. 146). Com relação à P4 (*nós*) e à P6, os valores não são tão significativos dentro da análise desenvolvida por Macêdo (2022),

demonstrando a identificação dos participantes com a comunidade em seu aspecto social e linguístico.

Entretanto, quando se compara os resultados por idade, percebe-se que a frequência do uso da regra padrão é maior para a faixa III (mais de 61 anos), podendo se dar em razão da saída desses participantes para trabalhar fora da comunidade, da participação nas manifestações culturais, concessão de entrevistas – como as utilizadas por Macêdo (2022) e que estão disponíveis no *Youtube*.

Gráfico 6: Realização da CV padrão em relação à idade dos participantes.



Fonte: Adaptado de Macêdo (2022).

Considerando a análise proposta por Macêdo (2022), percebe-se que a comunidade adquire alguns marcos de CV padrão, particularmente com P4 (*nós/a gente*), e que os “participantes caminham dentro do processo de aquisição de forma bem peculiar, ligada às influências sócio-históricas de formação da comunidade bem como das práticas desenvolvidas e de acordo com cada perfil social de cada participante da pesquisa” (MACÊDO, 2022, p. 152). E, pelo fato de a amostra ser muito assimétrica, a possibilidade que se tem, no momento, é de propor uma descrição da variedade linguística usada pela comunidade, considerando a proposta de Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b), até que o *corpus* da Mussuca seja ampliado. Contudo, se percebe que a comunidade passou por processos semelhantes aos descritos por Lucchesi (2009c) e, com isso, pode-se supor que a aquisição de algumas marcas de concordância não afetará o *princípio* “evite pronome”, preferindo-se ainda o preenchimento do sujeito pronominal.

4 POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DA MUSSUCA – LARANJEIRAS (SE)

Porque, na época da escravidão, muitos escravo fugia da senzala e vinha se acampar aqui, porque aqui acolhia muito... muitos escravo que vinha pra'qui, aqui er... era uma comunidade de pouca gente, mas tudo família, mas todo mundo tinha os pé de terra pra plantar sabe? aí dava um... um pedacinho de chão pra eles plantar e fazer a casinha um... aquelas barraquinha... a parede de... de... de barro e os telhado de palha e os cu... que os morador daqui também tinha essa casinha também (Participante 7¹²).

A abolição da escravatura aconteceu recentemente no Brasil se forem comparados os quase 400 anos de cativeiro de pessoas africanas – considerando que os primeiros escravizados chegaram em nossas terras entre 1516 e 1526, segundo Santos (2019) e, em 1538, conforme Mattos e Silva (2004) – com os 133 anos de uma anulação oficial do processo escravocrata brasileiro – a Lei Áurea, oficialmente Lei n.º 3 353, que foi assinada apenas em 13 de maio de 1888. Também houve a escravização de indígenas no primeiro século de colonização, fazendo com que a população autóctone fosse reduzida drasticamente e, como alternativa, muitos se refugiaram mata a dentro do país, inclusive, segundo Macêdo (2002), como membros de quilombos.

Faz-se referência à revogação oficial do processo de escravaria decorrente de uma pressão externa sobre as políticas brasileiras, pois, em um determinado momento do desenvolvimento do Brasil, a escravidão foi mal vista pelos países com os quais mantinha relações políticas e comerciais, como a Inglaterra. Por exemplo, a criação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que foi uma das tentativas de proibição do tráfico de africanos, “tinha como objetivo atender uma reivindicação da Inglaterra que pressionava o Brasil para que acabasse com o comércio de escravos” (SANTOS, 2019, p. 37). Contudo, como pontua Matos (2013), muitas legislações criaram realidades paralelas, como foi a questão do tráfico interno de pessoas já escravizadas que buscava suprir a ausência de novos africanos em território brasileiro. Da mesma forma, assim como outros dispositivos legais, a Lei Áurea criou uma outra realidade paralela de “escravidão” informal.

Conforme Matos (2013), a disposição da regente, a Princesa Isabel – filha de Dom Pedro II, e dos abolicionistas não era suficiente para extinguir a escravidão sem ressalvas;

¹² Os *participantes* fazem parte do *corpus* desta pesquisa e serão apresentados com detalhe na seção de metodologia. Utiliza-se as entrevistas, inicialmente, como uma fonte oral, uma vez que a tradição oral é a maior fonte de informação sobre a história/presença africana no Brasil (MUNANGA, 1996; SANTANA, 2008), principalmente nas comunidades remanescentes de quilombos.

fazia-se necessário o apoio do Parlamento, que havia se posicionado contrário a isso diversas vezes. Contudo, segundo a autora, a percepção dos fazendeiros de que não podiam mais adiar a abolição fez com que se encontrasse outra via para a manutenção das lavouras: a concessão de alforrias coletivas. Essa prática foi uma das que queriam coibir o êxodo dos libertos após a inevitável abolição (MATOS, 2013). Contudo, os senhores tiveram suas expectativas frustradas, pois, após o 13 de maio, os libertos procuraram melhores condições de trabalhos e muitos chegaram a deixar as fazendas nas quais foram escravizados ou se recusaram a trabalhar nos moldes do antigo regime escravocrata, ainda que continuassem nas fazendas (MATOS, 2013).

Essa perspectiva de Matos (2013) tenta apresentar a abolição numa perspectiva da micro-história da região Sudeste do país. No entanto, na macro-história, um ponto que acelerou o 13 de maio foi a Revolução Industrial, pois os países precisavam de um mercado consumidor e, por isso, “lutaram” pela abolição da escravidão, uma vez que essa “era uma enorme barreira para essa consolidação [do mercado consumidor]” (COSTA, 2012, p. 2). A Revolução Industrial, de certa forma, foi a responsável pela urgente necessidade de “libertar” os escravizados e também construiu, juntamente com o processo de urbanização – iniciada no Brasil por volta de 1930, as bases para a polarização sociolinguística do Brasil, uma vez que lançou “as disposições socioeconômicas sobre as quais se estrutura a realidade sociolinguística do Brasil contemporâneo” (LUCCHESI, 2015, p. 125). Para Lucchesi (2017), após os 1930 – até os dias de hoje, o país vivencia uma fase de nivelamento linguístico que difunde a norma urbana culta e apaga as marcas dos contatos na popular, mas que mantém a polarização sociolinguística e provoca ainda o preconceito linguístico.

Após a cessação do cativo, como algumas fontes historiográficas ressaltam, bem como a própria realidade brasileira demonstra, não houve qualquer preocupação com a população de ex-escravizados, de modo que muitos continuaram em situações diversas de escravidão:

As violentas contradições geradas pelo regime escravagista e a ideologia dominante na época impediram em grande parte um melhor aproveitamento dos ex-escravos. [...].

[...] a população de ex-escravos era entregue à própria sorte, já que a abolição não foi acompanhada de qualquer política governamental de reinserção desse contingente no sistema produtivo [e social] do país. **A situação dos ex-cativos, após o colapso das empresas escravagistas, teria importante implicações sociolinguísticas.** Sem alternativas para subsistir, muitos retornaram às propriedades dos seus ex-senhores e **voltaram ao trabalho em uma situação informal de escravidão** (LUCCHESI, 2015, p. 115; grifos meus).

Como aponta Lucchesi (2015), ocorreu no pós-abolição um processo de escravização informal que, conforme Matos (2013), muitas vezes se fundou em um sentimento de gratidão dos ex-cativos para com o senhor que lhe “concedeu” a liberdade. A autora exemplifica isso com a fala de Nilo Peçanha no I Congresso Agrícola, e que foi publicada no jornal *O Monitor Campista* em 10 de março 1888 – a pouco menos de um mês da abolição:

[...] no momento atual em que a convulsão aparece nas fazendas, com a fuga dos escravizados em massa, a ideia do prazo não é mais aceitável nem pode ser admitida. [...] libertem os escravos imediatamente, *porque não só terão trabalhadores amigos e agradecidos*, bem como as simpatias e o apoio dos intemeratos soldados do abolicionismo.

O abolicionismo não deve ser o privilégio de uns, deve ser o apanágio de todos” (PEÇANHA *apud* MATOS, 2013, p. 237; grifos da autora).

Infelizmente, essa realidade perdura até os nossos dias, como demonstrou o caso *Madalena Gordiano*, veiculado no final de 2020 e início de 2021 na mídia nacional e internacional (EL PAÍS, 2021; PORTAL G1, 2021). Uma mulher negra que viveu por quase 40 anos com uma família branca sem nenhum direito trabalhista, nem moradia digna, muito menos um horário de trabalho regular – trabalhava enquanto houvesse trabalho, como disse em entrevista ao Portal Uol (UOL ENTREVISTA, 2021). Algumas obras literárias, que também são utilizadas como fontes de pesquisa em algumas áreas, buscam preencher as lacunas do pós-abolição, presentes nos documentos históricos brasileiros, sob o viés da metaficção historiográfica¹³, entre as quais estão *Água de Barrela*, da jornalista e escritora Eliana Alves Cruz (2018), *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2021), *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior (2019), geógrafo e doutor em estudos étnicos e africanos pela Universidade Federal da Bahia.

Sobre a situação de escravidão informal nas zonas rurais da Bahia, Vieira Junior (2019) constrói a seguinte narrativa:

Todos sabem o que Severo fez por Água Negra. Chegou aqui muito pequeno, fomos morar fora para arranjar vida, por que aqui as coisas foram ficando difíceis. Mas tinha gosto e respeito por vocês. Tinha consciência de nossa história. Sabia o que nosso povo tinha sofrido antes de Água Negra. Desde muito tempo. Desde **os dez mil escravos** que o coronel Horácio de Matos usou para encontrar diamante e guerrear com seus inimigos. **Quando deram liberdade aos negros, nosso abandono continuou.** O povo vagou

¹³ Corrente da crítica literária, estabelecida por Hutcheon (1991), que busca se apropriar da “verdade” da História apresentada pela tradição clássica para questioná-la. Em outras palavras, “a metaficção historiográfica busca revisitar o passado, recontando a história pela ‘boca’ daqueles que ‘realmente’ fizeram parte dela – os marginalizados, criticando teses históricas propagadas pela historiografia oficial, mostrando que não existe apenas uma verdade, mas verdades que precisam ser contatadas” (SILVA; SOUZA, 2020, p. 38).

de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. **A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos.** Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo. O tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos. Era homem na roça do senhor e mulher e filho na roça de casa, nos quintais, para não morrerem de fome. Os homens foram se esgotando, morrendo e exaustão, cheios de problema de saúde quando ficaram velhos (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 220; grifos meus).

Vieira Junior (2019) faz referência ao *regime do morador* que, conforme Santos (2019), foi uma das formas de substituição do trabalho escravo, principalmente na região Nordeste. Na narrativa literária do autor, que se passa na região Nordeste, observa-se que os personagens, descendentes dos dez mil escravos que chegaram na região, moram de favor em fazendas, trabalhando de domingo a domingo, sem nenhuma remuneração, apenas com direito a plantar e colher em um pequeno pedaço de terra – oferecendo uma porcentagem ao feitor da fazenda. Eles não podiam nem mesmo construir casa de alvenaria, porque isso podia indicar, de alguma forma, posse da terra. Ou seja, na história do pós-escravidão no Brasil, “com o passar do tempo, o escravo se converte no morador” (SANTOS, 2019, p. 41).

Dessa forma, percebe-se, na discussão de Lucchesi (2015) e na narrativa de Vieira Junior (2019), que a escravidão continua ressoando, com suas marcas, na sociedade brasileiras – por isso Anjos (1999) refere-se às comunidades remanescentes também como *quilombos contemporâneos*. Segundo Lucchesi (2015), as marcas dos longos anos de escravidão são um dos fatores que promoveram uma clivagem sociolinguística, pois “uma sociedade não passa impunemente por mais de trezentos anos de escravidão” (LUCCHESI, 2015, p. 23). Os afrodescendentes foram condenados a viver nas periferias brasileiras e como eram, em sua maioria, analfabetos – além de não pertencerem a um grupo linguisticamente homogêneo, se utilizavam de variedades do português bastante alteradas (COUTO, 1996; LUCCHESI, BAXTER, RIBEIRO, 2009) e mesmo de línguas secretas (VOGT; FRY, 1996; QUEIROZ, 1998; PETTER, 2020). E os afrodescendentes aprenderam essas variedades alteradas, inclusive por meio de processos escolarização, como é o caso narrado pelo participante 1, que, mesmo tendo apenas o 2º ano do Fundamental I, foi professor em um projeto:

Doc.: Mas o se... mas o senhor então só estudou alguns dias né?

Part.: Foi.

Doc.: Aprendeu a ler e escrever?

Part.: Apre... Não. Nem aprendi a ler, nem aprendi a escrever. [...] Falo errado que não aprendi a ler, não pronuncio a palavra toda certa, completa, porque não tive leitura pra isso. [...] Fui pro Exército [com 18 anos]. Lá no Exército, aquela pessoa que não tinha leitura de jeito nenhum, tinha um

iníciozinho, ele criou uma escola lá pra gente. [...] Eu aprendi mais um pouquinho, não muito, mas pouco. [...] E depois veio aquele conve... aquela história do MOBREAL, com professora, assim de terceiro ano, quarto ano. Pra fazer alguma coisa, a gente ia pra lá com ela estudar, como de fato até eu... até eu sem saber de nada fui professor. [...] Tem muitas mi... pessoa hoje em dia que é formado e aprenderam princípio comigo (Participante 1).

A narrativa do participante 1 demonstra um pouco de como os afrodescendentes aprenderam, inicialmente – e para alguns unicamente, porque não avançaram no processo de escolarização – o português: de maneira irregular e/ou a partir de variedades bem alteradas, como possivelmente foi o caso dos alunos do participante 1. Contudo, uma observação faz-se necessária: não se sabe como se deu a experiência do participante na escola do exército, pois ele não desenvolve na entrevista; seguindo as informações do *corpus*, trabalha-se com a escolarização dele até o 2º ano do Fundamental I (antiga 1ª série).

Tendo em vista essas questões em torno da formação sócio-histórica do Brasil, esta seção discute a presença da população africana escravizada na história social do Brasil, apontando para o fato de que a heterogeneidade linguística e cultural são parte constitutiva do que se chama hoje de Brasil; ainda na mesma linha, volta-se para a região específica do Estado de Sergipe – retrocedendo aos tempos de Sergipe Del Rey, apresentando dados sobre a formação sócio-histórica da região, particularmente dos entornos do rio Cotinguiba, local onde se encontra a Mussuca. Depois, aponta-se que a conservação e a manutenção de práticas africanizadas na comunidade quilombola em questão, além da sua alegada origem afrodescendente, fazem da Mussuca uma comunidade afro-brasileira dentro dos parâmetros sócio-históricos propostos por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b) e reconhecida como remanescente de quilombo em 2006 pela Fundação Palmares (2020).

Apresentar esses dados é fundamental para que se entenda a formação do português falado na Mussuca, pois, como afirma Mattos e Silva (2004), a compreensão dos fatores sócio-históricos, demográficos e linguísticos são imprescindíveis para o entendimento da constituição do português do Brasil. E, considerando que temos sócio-histórias diversas no território brasileiro, é substancial que a da Província de Sergipe seja, ainda que nos limites deste texto, apresentada por meio de uma revisão bibliográfica. A importância de uma reconstrução sócio-histórica da região é crucial também porque, para Pinto e Andrade (2019), a língua é entendida como algo mental mas também como histórico, ou seja, para que determinado código linguístico mude de uma geração para outra, durante o processo de aquisição, é preciso que o ambiente linguístico tenha sido alterado de alguma forma. O entendimento da língua como algo mental e histórico aponta para uma visão ecolinguística do

sistema, no qual Língua, Território e População são analisados a partir das suas interrelações (COUTO, 2019).

4.1 A PRESENÇA AFRICANA NA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL

A heterogeneidade linguística dos povos africanos e seu aprendizado irregular do português (LUCCHESI, 2009a) tiveram como resultado processos de variação linguística que ultrapassam aqueles observados dentro das variedades populares (LUCCHESI, 2015). Em relação à heterogeneidade dos povos africanos que foram traficados para o Brasil, é preciso ponderar, segundo Petter (2020), que o termo “africano” é algo muito genérico, pois “os indivíduos que foram deportados para o Brasil provinham de áreas muito diversas, falavam línguas também diversas” (PETTER, 2020, p. 128).

E, em razão desse aprendizado irregular, o português afro-brasileiro é caracterizado como uma variedade popular do português falado no Brasil, mas com uma maior variação no uso de alguns mecanismos gramaticais se comparado às outras variedades desse português (LUCCHESI, 2009a; 2015). Dessa forma, o português afro-brasileiro deve ser entendido como uma variedade do português popular que foi mais influenciada por questões sociais e linguísticas dos grupos africanos, e que, de certa forma, as conserva, o que provocou uma profunda reestruturação linguística, mas que não gerou necessariamente uma criouliização (COUTO, 1996; LUCCHESI, 2019; TARALLO, 2018b[1993]; PETTER, 2020).

Portanto, de forma geral, o PB compreende uma *norma culta* e uma *norma popular* (LUCCHESI, 2015), sendo que “essa divisão assenta menos nas diferenças entre o comportamento linguístico dos grupos sociais do que na forma como seus membros veem essas diferenças” (LUCCHESI, 2015, p. 21). A norma popular, conforme apresentada por Lucchesi (2015), apresenta um *continuum* no qual, de um lado, está a *norma popular rural* e, do outro, a *norma popular urbana*, sendo o português afro-brasileiro a variedade que mais possui marcas dos contatos linguísticos do PB e o português popular urbano das grandes cidades, o que menos apresenta traços desses contatos em razão da convivência dos seus falantes com os usuários de uma norma urbana culta.

Quadro 18: *Continuum* da norma popular brasileira

português afro-brasileiro
português popular rural
português popular rurbano do interior
português popular urbano do interior
português popular rurbano das grandes cidades
português popular urbano das grandes cidades

Fonte: Lucchesi (2015, p. 218).

Nesse *continuum*:

O **português afro-brasileiro** designa [...] uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência [como na Mussuca]. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do **português popular rural brasileiro** (ou, mais precisamente, **norma popular rural do português brasileiro**), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira) (LUCCHESI, 2009b, p. 32; grifos do autor).

Contudo, esse grau relativamente alto de isolamento (LUCCHESI, 2009b) tem se tornado uma questão-problema, pois, com o advento da internet e o surgimento frenético das Tecnologias da Informação e Comunicação, fica a pergunta: *como se delimitar o que é ou não isolado?* Inclusive, Bortoni-Ricardo (2021) pontua a necessidade do acréscimo de mais um *continuum* nas descrições do português falado no Brasil: o acesso à internet e o uso de suas ferramentas, que precisa ser considerado no estudo das variedades do português.

Este trabalho assume que, do ponto de vista sociolinguístico, a situação do Brasil assemelha-se ao que Couto (1996) definiu como situações crioulizantes. Nessas circunstâncias, as variedades linguísticas apresentam muitas das características sociais e estruturais de um crioulo, podendo até ser relativamente estáveis “pelo fato de a língua em questão ser a língua materna da comunidade” (COUTO, 1996, p. 53); no entanto, falta algum elemento externo ou interno fundamental para o enquadramento nas línguas crioulas (COUTO, 1996). No Brasil, a porcentagem de falantes da língua do superestrato e a constante relação dos africanos escravizados com esse grupo, inibiu a crioulização do português, ficando apenas vestígios de uma situação crioulizante (COUTO, 1996; LUCCHESI, 2019). Por isso, o “português popular brasileiro [no qual se encontra a variedade afro-brasileira, como na ponta de um contínuo] também apresenta uma morfologia drasticamente reduzida

relativamente ao português padrão, embora não em grau tão elevado como os crioulos” (COUTO, 1996, p. 48).

Dessa forma, o português afro-brasileiro deve ser entendido não como um crioulo afro-brasileiro ou afro-português, mas como uma variedade do português popular com significativas alterações decorrentes de *situações crioulizantes* (COUTO, 1996). Para que se tivesse um processo de crioulização no Brasil, como aconteceu em outros países, seria necessário, dentre outras questões, que a população escravizada fosse apartada do convívio social da classe dominante – característica sócio-histórica conhecida como “*ilhas/regiões isoladas* ou *insularidade*” (COUTO, 1996). Esse isolamento geraria “uma ruptura radical na transmissão linguística do grupo dominante para o grupo dominado, dentro da estrutura da sociedade colonial” (LUCCHESI, 2019, p. 229), fazendo com que os escravizados tivessem necessidade de criar uma língua própria de comunicação, que seria o crioulo. Contudo, no Brasil, as diversas condições “fizeram com que a população afrodescendente não ficasse apartada em guetos sociais de um mundo cultural à parte, do qual a formação de uma língua crioula claramente diferenciada da língua dominante seria a contraparte [socio]linguística esperada” (LUCCHESI, 2015, p. 106).

Outro argumento utilizado para a hipótese da não crioulização do PB é a de que um crioulo só pode emergir em sociedades nas quais o grupo dominante não ultrapassasse o total de 20% da população (BICKERTON, 1981; LUCCHESI, 2019). Segundo Lucchesi (2019), no Brasil, existia “um percentual do grupo de falantes da língua de superstrato (30%) maior do que concebido como o máximo para que ocorra crioulização (20%)” (LUCCHESI, 2019, p. 241).

Assim, observando-se a norma dita culta ou urbana, responde-se negativamente à pergunta de Tarallo (2018b[1993], p. 51): “deveria, então, a questão crioula da suposta origem crioula do PB continuar na nossa agenda por mais de cem anos?”; pois entende-se que os processos de variação e mudança linguística nessa variedade do português falado no Brasil, em razão da participação inferiorizada de africanos na estrutura social do Brasil Colônia, não conservou diretamente as marcas dos contatos com as línguas africanas e indígenas, o que não gerou um crioulo afro-brasileiro. Contudo, observando-se a norma popular brasileira, assume-se, apoiando-se em Lucchesi (2019), a possibilidade de algumas variedades pidginizadas e crioulizadas, principalmente no Nordeste brasileiro em razão das grandes plantações de cana-de-açúcar e também do isolamento dos quilombos. Entretanto, essas variedades “não se expandiram ou desenvolveram, de forma representativa, dentro do mosaico linguístico do Brasil colonial” (LUCCHESI, 2019, p. 230). Em outras palavras, para se chegar a um

consenso, parte-se, neste trabalho, da perspectiva de que, no Brasil, ocorreram situações crioulizantes (COUTO, 1996) – como as das comunidades quilombolas.

Ao longo do século XX, algumas variedades bastante alteradas do português foram encontradas em regiões do Brasil: Helvécia, no interior da Bahia (FERREIRA, 1984); Cafundó, em São Paulo (VOGT; FRY, 1996); Tabatinga, em Minas Gerais (QUEIROZ, 1998). A variedade da primeira comunidade é descrita, ao lado de outras três comunidades, como uma variedade afro-brasileira do português (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) e as outras duas como “línguas secretas”, porque, primeiramente, há uma idade mínima para poder aprendê-las – por exemplo, “a língua da Tabatinga é adquirida na juventude, numa faixa etária ente 11 e 20 anos, entre amigos, e não se transmite como língua materna” (PETTER, 2020, p. 143) –, diferentemente da transmissão linguística de Helvécia; depois, cumpre uma função lúdica: enganar os desavisados/estrangeiros (PETTER, 2020). As línguas secretas de Cafundó e Tabatinga utilizam como base a fonologia, a morfologia e a sintaxe da gramática do português, mas o léxico é de origem banta, o que dá a ilusão de uma outra língua. Essas permaneceram restritas às comunidades, não se espalhando nem para regiões vizinhas, conservando seu caráter ocultista (PETTER, 2020).

Dessa forma, considerando as mudanças linguísticas e sociais, é fundamental que se entenda que “a língua não parou de mudar, tanto em Portugal quanto no Brasil, em um processo que, por vezes, assumiu direções distintas, ou mesmo contraditórias, em cada um dos lados do Atlântico” (LUCCHESI, 2015, p. 24) – em outras palavras, pode-se falar que há entre o português falado por brasileiros e portugueses mudanças que podem ser descritas de um ponto de vista socioparamétrico. Nesse sentido, é necessário que se mergulhe na história sociolinguística do país, principalmente na história de comunidades isoladas¹⁴/rurais ou com traços afrodescendentes, para entender se as variações/mudanças linguísticas – dentre as quais está o processo de remarcação paramétrica, como o do PSN – são ou não consequência de um contato linguístico e quais são essas consequências. Essa imersão se dá a partir da concepção de que há, na verdade, várias histórias do PB que são decorrentes de múltiplos contatos linguísticos (MATTOS E SILVA, 2000, 2004; CALLOU, 2015; CALLOU; LUCCHESI, 2020).

Desse jeito, o estudo de mudanças linguísticas, no quadro da sociolinguística variacionista – apoiado também nos pressupostos da Teoria Gerativa (CHOMSKY; LASNICK, 2021[1993]), deve ter como primeira questão a reconstrução da sócio-história da

¹⁴ Termo bastante problemático se considerarmos o *continuum* de redes sociais (BORTONI-RICARDO, 2021): mesmo distante geograficamente dos grandes centros, muitas comunidades estão ligadas a eles via internet.

comunidade de fala, pois “sabemos a importância de estabelecer uma relação entre essa mudança linguística à formação sócio-história de cada comunidade de fala, pois somente assim poderemos compreender melhor todos os aspectos sociais envolvidos no processo [de mudança]” (CALLOU; LUCCHESI, 2020, p. 260). Para isso, é fundamental também que se desenvolva estudos multidisciplinares como os de Anjos (1997, 1998, 1999, 2004) que, a partir da relação entre História e espaço geográfico, buscam entender as influências africanas na constituição da sociedade brasileira, entendendo que “a situação das comunidades descendentes de quilombos no Brasil [...] tem mais componentes políticos e sociais que antropológicos” (ANJOS, 1999, p. 10). Essa multidisciplinaridade é uma das bases desta pesquisa, pois entende-se que a variabilidade do sistema linguístico é diretamente influenciada por questões geográficas – como o caso de comunidades “isoladas” social, histórica e/ou ideologicamente – a partir de uma interseccionalidade. Nas palavras de Lucchesi:

A maleabilidade do sistema linguístico produzida pelo mecanismo da variação linguística permite que a língua capture em sua configuração estrutural as diversas nuances das diferenças sociais, de modo que dialeticamente não é possível compreender a configuração estrutural de uma língua como fenômeno sócio-histórico sem compreender a história e a configuração da sociedade [comunidade de fala] em que essa língua é falada (LUCCHESI, 2015, p. 34).

Entende-se, dessa forma, que a multidisciplinaridade entre História, Sociologia, Antropologia e Geografia permite à Sociolinguística – que em si é uma disciplina fundamentalmente multidisciplinar (BORTONI-RICARDO, 2021) – compreender questões fundamentais na formação da comunidade de fala, deixando de lado interpretações mecanicistas, como *os participantes do sexo feminino tendem a conservar mais as estruturas padrão*. É necessário que se mergulhe nas questões sociais da comunidade para se entender as construções sociais dos papéis femininos e masculinos e, a partir dessa compreensão, perceber como o sexo influencia ou não o processo de implementação de determinada variação/mudança. Por exemplo, como se discutirá na próxima seção a partir de Macêdo (2022), na Mussuca, o sexo não foi um fator selecionado como relevante para a aplicação da regra de CV. Entretanto, por estarem envolvidas nas práticas culturais da comunidade e, em razão disso, viajarem mais, as mulheres se mostraram mais sensíveis à regra padrão de CV (MACÊDO, 2022).

Para Petter (2020), a interdisciplinaridade dos estudos linguísticos com outras áreas, particularmente com a História e a Geografia, é imperiosa, mesmo que essas não se

interessem especificamente por questões linguísticas. As diversas áreas oferecem alicerces para os estudos linguísticos, pois permitem entender a origem dos indivíduos, bem como os processos de formação de uma comunidade linguística – questões que podem explicar alguns processos de mudança ou pelo menos permitir que se gere hipóteses para serem verificadas. Considerando isso, as pesquisas que buscam entender o PB devem partir da história social para a história linguística (CALLOU; LOBO, 2020) – entendendo-se história social como “a história externa das línguas, de seus usos e funções, como também de sua expansão, permanência ou mudança. É a história de seus falantes, das suas imigrações e dos contatos estabelecidos nas regiões onde passaram a habitar” (PETTER, 2020, p. 128) –, pois os condicionamentos sócio-históricos estão diretamente ligados aos processos de mudança, principalmente em *situações pidginizantes* e/ou *crioulizantes* (COUTO, 1996), como é o caso da formação do PB.

Assim, é extremamente importante que se continue colocando em pauta, na agenda de pesquisa dos estudos linguísticos brasileiros, questões em torno das variedades populares do português, principalmente as oriundas de contatos com povos africanos e indígenas, com a finalidade de traçar um panorama que passe da história social para a história (sócio)linguística do PB (CALLOU; LOBO, 2020; LUCCHESI, 2015). E, nessa linha, como apontam Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b), há uma necessidade urgente de descrições das variedades afro-brasileiras no Estado de Sergipe em razão da carência de estudo dessas variedades nesse Estado (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b). Sobre os estudos linguísticos na Mussuca, tem-se conhecimento de dois trabalhos sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Silva Farias de Araujo (PPGEL/UEFS): a dissertação de mestrado de Macêdo (2022) e a tese de doutorado de Silva (em andamento). Silva e Araujo (2021) apresentaram alguns resultados parciais da pesquisa demonstrando a existência de um léxico de origem banta na comunidade: *berimbau, mangar, magunzá, cachaça, canjica, quilombo, caruru, forró, samba, senzala, ganzá, iaiá*; além de formações brasileiras decorrentes de hibridismo, decalques e/ou derivação: fumo-de-rolô, roça.

É com esse objetivo que se apresenta alguns dados da história social da comunidade quilombola Mussuca – Laranjeiras (SE) – situada a cerca de 10km do Município de Laranjeiras (SE) e de 27km da cidade de Aracaju (SE)¹⁵ – por se considerar que a compreensão da história (socio)linguística dessa comunidade é fundamental para esta

¹⁵ Informações retiradas do Google Maps (2021, 2021b) e tendo como referências, respectivamente: *Escola Rural Povoado Mussuca - Centro, Laranjeiras - SE para Centro, Laranjeiras - SE* e *Escola Rural Povoado Mussuca - Centro, Laranjeiras - SE para Centro, Aracaju - SE*.

pesquisa, uma vez que é na variedade do português falado na Mussuca que se baseia o presente trabalho. Dessa forma, é essencial a apresentação de evidências sobre a sua remanescência de um antigo quilombo, pois um dos traços de origem quilombola, na comunidade, é a manutenção das “tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária do uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica” (ANJOS, 1999, p. 10) – como o samba de roda, que, na Mussuca, é chamado de *Samba de Pareia*, ou seja, samba de pessoas que estão à margem (FRANÇA, 2021).

4.2 A MUSSUCA: *NÓS SOMO QUILOMBOLA*¹⁶

Existem diversas versões sobre a formação da comunidade quilombola Mussuca, inclusive não há uma data precisa sobre o seu surgimento. Nas entrevistas utilizadas aqui como *corpus*, a participante 7 narra a história que é predominante:

Aí depois que apareceu o...a...os escravos. Uma mulher chamada Maria Banguela [...] que veio da escravidão né, que veio... fugiu da escravidão né. Aí foi na época da escravidão e aqui não tinha nome. [...] Aí foi na época que essa Maria Banguela, que ela veio da África. Era é... é... era como é... escrava. Aí se a... se arranchou-se numa fazenda Baleia, que fica próximo da Ponte da Imbura pra cá, pelo lado de lá. E aí o pessoal na época né, aí...um dizia esse... é... essa comunidade não tem nome. Aí fizeram aquela reunião, sabe? Com os moradores. Aí um dizia “bote Mussuca” ou “o nome... bote Mussum, mó do peixe”, ôto disse “bote Mutuca”. Aí foi ca... quando a Maria Banguela disse “não, é melhor bota Mussuca” e o pessoal non r... não reconhecia que aqui era... é um quilombo na época, sabe? Aí ficou Mussuca até hoje (Participante 7).

Sobre o nome da comunidade, o participante 1 apresenta outro relato, que, de certa forma, complementa o da participante 7:

Assim como o senhor está aqui agora, chegava outros entre as data e levava pra ele mostrava como é que fazia a roça. Ele fazia... acho que era covinha junto pra botar maniba pra a mandioca crescer. Eles aí começaram a se engraçar, perguntava como era o nome daquelas covinha, aí algum deles dizia eh a gente vai a mussucazinha... uma mussuquinha pra... pra plantar essa mandioca. Aí ele começaram a ((RUÍDO)) botar esse nome de Mussuca e ficou aqui como Mussuca, através esse desse nome dessa planta de mandioca que fazia... fazia aquela covinha eh... untava né a terra e aqui plantava ((RUÍDO)) uma maniba, ali plantava outro ((RUÍDO)). Então ele perguntava aqui co... como era o nome daquele... daquele negócio. Aí um

¹⁶ Fala da participante 8.

dizia que é um... naquele tempo era eh... uma mussuquinha que a gente faz aqui pra botar uma maniba, pra tirar mandioca. Aí ficou o nome Mussuca até hoje. Aí um dele di... di... di... interpretaram essa palavra como Mussuca, que ali embaixo tem uma fonte [inint.]¹⁷, que é o terreno da mãe de Nadir... da vó, que tinha uma fon... um... um.. um poço grande, uma fonte né, a gente chamava fonte e lá tinha muito mussu, na lama, e daí o pessoal começaram a chamar mussu também e aí juntou essa palavra, ficou chamando Mussuca. Agora aqui nunca vi outro nome a não ser Mussuca mesmo só é esse desde quando eu existo (Participante 1).

As narrativas dos participantes, como fonte oral, apresentam versões complementares sobre a nomeação da comunidade, sendo que o participante 1, diferente da participante 7, faz menção à plantação de maniba (mandioca).

A falta de informação documentada – leia-se escrita – sobre as comunidades quilombolas pode ser consequência das ações esporádicas e fragmentárias do Estado em relação aos remanescentes de antigos quilombos (ANJOS, 1999), mas também do fato de que é a tradição oral que continua sendo a maior fonte de informações da história/presença africana no Brasil (MUNANGA, 1996; SANTANA, 2008), principalmente nas/das comunidades remanescentes de quilombos¹⁸.

Segundo Nascimento (1985), a palavra quilombo (*kilombo*) apareceu pela primeira vez em documentos oficiais portugueses no ano de 1559, mas, ao que parece, sem uma definição específica. Essa apareceu somente em 1740 quando o colonizador, a partir do seu ponto de vista, definiu-o como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (NASCIMENTO, 1985, p. 43). De origem *bantu*, mais especificamente da língua *umbundu*, a palavra *kilombo* tem uma ligação direta com “alguns ramos desses povos *bantu* cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra [Brasil]” (MUNANGA, 1996). Os quilombos se constituíam como uma instituição política e militar fundamentalmente de cultura *bantu*, existente em todas as regiões onde ocorreu a escravização de pessoas africanas (FRANÇA, 2021).

Inicialmente, na sua origem, a palavra esteve atrelada à ideia de povos que se juntavam, sem nenhuma espécie de distinção – como o quilombo de Palmares que reuniu dezenas de milhares de habitantes (LUCCHESI, 2015) e que existiu por um século, de 1595 a 1695 (SANTOS, 2019) –, sendo, portanto, um conceito ligado à transculturalidade (MUNANGA, 1996). Contudo, “com o processo diaspórico negro, o conceito brasileiro de

¹⁷ Elemento “ininteligível” nas gravações.

¹⁸ Essas comunidades aparecem na literatura com diversas nomenclaturas, sendo as mais utilizadas: *quilombos*, *mocambos*, *terra de preto*, *comunidades remanescentes de quilombos*, *comunidades negras rurais*, *camponeses negros*, *remanescentes de comunidades de quilombos* (SANTOS, 2019).

quilombo surge em um tempo e espaço diferentes, como forma de insurreição às políticas opressoras e violentas do período escravocrata, ou seja, como sinônimo de resistência” (COSTA, 2020, p. 90). Enquanto símbolo de resistência, novos quilombos foram formados mesmo depois do processo de abolição da escravidão no Brasil, uma vez que não visavam apenas uma sobrevivência física, mas também cultural (SANTOS, 2019). Por isso o processo de autoidentificação está relacionado à preservação “de uma ancestralidade comum, além de formas de organização política e social, elementos linguísticos [...]. Mas, sobretudo as suas práticas culturais, modo de vida, a forma de lidar com a terra [...]” (SANTOS, 2019, p. 53).

Segundo Anjos (1999), a certificação de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil é uma “problemática que tem mais componentes políticos e sociais do que antropológicos” (ANJOS, 1999, p. 10), uma vez que, geralmente, não se tem informações consistentes sobre a origem dessas comunidades, tanto do ponto de vista geográfico como socioantropológico. Essa problemática também é consequência de desdobramentos do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que determina a propriedade definitiva das terras ocupadas por essas comunidades, que teve um impacto direto no sistema econômico capitalista, principalmente nos setores agropecuários. Entre seus desdobramentos está o Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003) que prevê a autodeclaração das comunidades remanescentes de quilombos, ou seja, a partir dele, as comunidades têm uma autonomia para se autodeclararem como quilombolas.

A certificação da Fundação Palmares (2021), portanto, se baseia atualmente em uma autodeclaração de comunidade quilombola (BRASIL, 2003), sem uma necessária reconstrução histórica dessas comunidades. Contudo, segundo Santos (2019), essa autodeclaração está relacionada a outros fatores, uma vez que:

Os remanescentes de quilombos constituem-se [de] grupos étnico-raciais definidos pelo requisito da declaração dos próprios sujeitos e estabelecem relações territoriais próprias, associadas à ancestralidade negra e à resistência histórica contra a opressão sofrida, em decorrência do modelo escravagista instaurado no Brasil Colônia, mas que permanece recorrente na trajetória da formação territorial brasileira (SANTOS, 2019, p. 13).

Assim, a não reconstrução sócio-histórica pode ser considerada uma agrura; no entanto, foi uma alternativa encontrada ante a luta contra o movimento capitalista de deslegitimação das comunidades remanescentes de quilombos, pois aquele ia de encontro a elas “a fim de inferir [...] e obter vantagens quanto ao processo de demarcação [de terra]” (COSTA, 2020, p. 91). Um exemplo disso, mas com os povos indígenas, é o que aconteceu no ano passado, durante o mês de agosto, com o povo indígena *Xokleng*, que foi até Brasília lutar

contra revogação do marco temporal que lhe deu direito à Terra Indígena Raposa-Terra do Sol; ação de reintegração solicitada pelo Governo de Santa Catarina (OLIVEIRA, 2021). Ou seja, a reintegração de posse visava deslegitimar os povos indígenas visando questões econômicas capitalistas. E Santos (2019) afirma que a morosidade no processo de titulação das terras dos povos quilombolas é consequência, muitas vezes, das intervenções dos “donos” das terras. Segundo o autor, esses têm representantes em todos “os três poderes constituídos, espaços em que eles têm aliados e até parentes que tem [sic] utilizado o poder para defender os seus interesses particulares” (SANTOS, 2019, p. 62) – chegando a formar uma *bancada ruralista* no legislativo. Na história das comunidades remanescentes de quilombos, também houve um marco temporal – Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001) – que paralisou, durante sua vigência, os processos de titulação das terras quilombolas.

O conflito sobre as razões do reconhecimento quilombola atinge até mesmo os mussuquenses – adjetivo toponímico utilizado para se referir aos moradores (RANGEL, 2021), uma vez que, para alguns, a origem quilombola é apenas uma falácia com o objetivo de “recebimento destas benesses oriundas de políticas públicas quilombolas” (JOÃOSINHO *apud* COSTA, 2020, p. 96). E essa questão identitária quilombola se manifesta geograficamente na Mussuca, uma vez que, conforme Costa (2020), a comunidade é dividida quanto à sua origem quilombola: os moradores da *Mussuca de Cima* – local onde se iniciou a comunidade – defendem essa origem e tentam conservar as tradições africanas, enquanto os moradores da *Mussuca de Baixo* negam a origem quilombola; os participantes da amostra utilizada aqui pertencem à *Mussuca de Cima*. Desse modo, essas divisões territoriais se referem à disposição regional e simbólica do povoado (COSTA, 2020; FRANÇA, 2021; RANGEL, 2021); há ainda outras divisões – Cedro, Balde e Bumburum – que são citadas raramente pelos moradores da Mussuca (FRANÇA, 2021).

Contudo, essa “negação” pode ser indicação de que a “criatividade comunitária [da Mussuca] padece de um certo atrofiamento” (RANGEL, 2021, p. 13), ou seja, os moradores da *Mussuca de Baixo* tentam se firmar identitariamente em relação à *Mussuca de Cima*. A negação da origem quilombola pode apontar para o fato de que os moradores da *Mussuca de Baixo* absorveram, ao longo de sua vida, uma carga ideológica que nega a identidade negra, bem como seus direitos e elementos culturais (SANTOS, 2019). Todavia, segundo França (2021), a *Mussuca de Cima* e a *Mussuca de Baixo* “são as regiões comumente identificadas com o Quilombo” (FRANÇA, 2021, p. 108). A imagem que segue apresenta uma visão da comunidade, tendo como ponto de localização a *Mussuca de Cima*, construída em um local estratégico que permitia aos moradores verem a entrada de qualquer pessoa:

Imagem 6: Vista da Mussuca de Cima

Fonte: Santana (2008, p. 98).

Tendo em vista questões mais identitárias, Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b) ampliam os critérios estabelecidos por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) para a definição de uma comunidade como afro-brasileira. Os autores, a partir de uma tipologia de parâmetros sócio-históricos, estendem os critérios de [+isoladas] e [+afrodescendentes] apresentados por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), tendo em vista principalmente a documentação linguística das comunidades quilombolas do Estado de Sergipe: [±isoladas], [+afrodescendentes], [+africanizadas] e [+escravocratas] – considerando o Brasil Colônia e Império (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b).

Tendo em vista essa tipologia, argumenta-se que os moradores da *Mussuca de Baixo* são [+afrodescendentes], mas [-africanizados], pois não reconhecem/praticam manifestações oriundas da tradição africana. Por outro lado, os moradores da *Mussuca de Cima* – região foco deste trabalho, pois os participantes residem nessa parte do quilombo – enquadram-se nos traços da tipologia proposta pelos autores da seguinte forma: a região é [-isolada], pois, como dito, está situada há cerca de 10km do Município de Laranjeiras (SE) e de 27km da cidade de Aracaju (SE); [+afrodescendente], uma vez que descendem de pessoas escravizadas; [+africanizada], por preservar elementos culturais africanos, como o Samba de Pareia e o São Gonçalo; e [+escravocrata], porque está localizada em um município (micro) e estado/região (macro) que tiveram, nos períodos colonial e imperial, grande presença de africanos escravizados.

Dessa maneira, é fundamental que se resgate questões geográficas, históricas, sociais e culturais que ofereçam uma melhor compreensão sobre a distribuição das terras aos remanescentes de antigos quilombos (ANJOS, 1999), bem como permitam uma melhor compreensão sobre a sua origem afro-brasileira, observando-se principalmente a conservação das tradições que os negros trouxeram da África (ANJOS, 1999; SANTANA; ARAUJO;

FREITAG, 2018a, 2018b). Para isso, no caso da Mussuca, é fundamental que se entenda o surgimento do Estado de Sergipe, quando esse ainda era a Capitania de Sergipe Del Rey e contou com os primeiros escravizados que chegaram à região.

Santos (2019), discutindo questões em torno do colonialismo e escravismo, apresenta a informação de que a efetiva colonização do Brasil se deu a partir de 1534 – a carta de doação das Capitanias é de 10 de março de 1534, quando Martim Afonso de Souza começou a dividir as terras “brasileiras” em Capitanias Hereditárias, com o objetivo de terceirizar a administração da colônia, uma vez que os donatários eram quem deveria “investir nas terras doadas a partir de recursos próprios” (SANTOS, 2019, p. 23).

Nesse contexto, o início oficial da história de Sergipe Del Rey, enquanto capitania, é situado por volta de 1590, quando Cristóvão de Barros, acompanhado de cerca de três mil homens, “dizimou”¹⁹ os povos nativos da região e se fixou, com diversos colonos, às margens do rio Cotinguiba (SANTANA, 2008; COSTA, 2020; FRANÇA, 2021; MIRANDA; BARBOSA, 2021; PREFEITURA DE LARANJEIRAS, 2021). Os nativos dessa região eram os índios da família Tupi (FRANÇA, 2021). Conforme França (2021), a invasão das terras não foi nada fácil, nem muito menos rápido, uma vez “que as empreitadas voltadas para a aquisição da região foram iniciadas 15 anos antes, em 1575, pelo governador do norte do Brasil, Luís de Brito. Esse governador buscava dar forma à ganância do governo português [...]” (FRANÇA, 2021, p. 73).

Na região do porto Cotinguiba, a mais ou menos uma légua da Freguesia do Socorro – sede da província à época, um porto e algumas casas foram construídas, ainda no século XVII (FRANÇA, 2021). Em 1832, Laranjeiras, região pertencente à Capitania de Sergipe, foi elevada à categoria de vila (FRANÇA, 2021) e, em 1835, com o processo de desmembramento da Freguesia do Socorro, passou a ser a Freguesia do Sagrado Coração de Jesus das Laranjeiras, sendo, ainda naquele ano, transformada em Distrito de Paz e, em 1841, sede da comarca (MIRANDA; BARBOSA, 2021).

Segundo Malaquias e Santos (2020), a agromanufatura açucareira de Sergipe floresceu no final do século XVIII e início do XIX. É nesse período (séc. XIX), conforme Miranda e Barbosa (2021), que Laranjeiras se desenvolveu mais, em razão do progresso do açúcar, chegando a ser a povoação mais rica de Sergipe Del Rey; até recebeu o título de Atenas Sergipana (FRANÇA, 2021). E “por trás da história próspera de Laranjeiras, motivo de

¹⁹ Utiliza-se o termo entre aspas por entender que muitos povos nativos, durante o processo de colonização do Brasil, se refugiaram dentro das matas como forma de sobrevivência; indicação disso é a existência ainda de comunidades indígenas isoladas em algumas regiões do Brasil (AMORIM, 2016).

orgulho para os ascendentes da elite e entusiastas dos belos monumentos edificados, está a história dos africanos e negros escravizados” (MIRANDA; BARBOSA, 2021, p. 5). E os colonos que povoaram a região do rio Cotinguiba receberam pequenos lotes para pecuária e trabalho agrícola (COSTA, 2020; MIRANDA; BARBOSA, 2021).

Sendo assim, Laranjeiras surge no Brasil Colônia, período no qual as principais capitanias, como a de Sergipe Del Rey, tinham uma expressa produção açucareira e pecuária. Contudo, o interesse primeiro dos colonos foi a pecuária, pois, segundo Malaquias e Santos (2020), poucas concessões foram concedidas, no início da Capitania de Sergipe, para o cultivo de cana-de-açúcar – possivelmente Laranjeiras estava nessas concessões. As terras doadas por Cristóvão de Barros a Thomé Fernandes:

Visto a petição do suplicante [Thomé Fernandes], e havendo respeyto a ser já morador, nesta Capitania, e o que importa ao bem da terra e serviço de sua Magestade lhe dou em seu nome de sesmaria na parte que pode, mil brassas de terra em coadra salvando as pontas que junto do Rio ouver que não entrarão na medição e serão também suas e disso lhe passem sua carta porque lha dou, com todas madeiras e Rios que dentro D’Ella houverem: Sergipe em 23 de julho de 1594 annos [...] (FREIRE, 1891 *apud* FRANÇA, 2021, p. 76)²⁰.

Junto com os primeiros colonos, chegaram também os primeiros africanos escravizados, e “assim a mão-de-obra negra escravizada passa a ser incorporada às atividades dos engenhos” (COSTA, 2020, p. 92). Os africanos escravizados que chegaram à província eram de origem *bantu*, sendo a presença desse povo marcada pela “existência dos candomblés angola [*sic*], de instrumentos musicais (como a cuíca, o berimbau, o agogô), da capoeira e da forma samba [...]: Samba de Coco, Samba de Pareia este último presente, no Brasil, exclusivamente na Comunidade Quilombola Mussuca” (FRANÇA, 2021, p. 80). Segundo Rangel (2021), o Samba de Coco também está presente na Mussuca, surgido “a partir de uma dissidência do Samba de Pareia [...] [e] praticado também sob liderança feminina [como o Samba de Pareia]” (RANGEL, 2021, p. 10). A Mussuca também se utiliza de um tipo específico de cuíca denominada *porca*, o que indica também a sua origem banta, segundo França (2021).

As tensões econômicas decorrentes da invasão e do domínio dos holandeses fizeram Laranjeiras passar por uma fase de destruição, mas, em razão do ponto estratégico, o porto foi mantido visando o escoamento marítimo (SANTANA, 2008; COSTA, 2020; MIRANDA; BARBOSA, 2021). É nesse período, por volta de 1637 e 1645, que se têm relato dos

²⁰ Fragmento da carta de Thomé Fernandes.

primeiros combates e fugas de negros organizados em mocambos, que inclusive foram denunciados às autoridades baianas pelos próprios proprietários (COSTA, 2020; MIRANDA; BARBOSA, 2021) – Sergipe Del Rey só se emancipou da Província da Bahia em 1820.

Durante a segunda metade do século XIX, a Província de Sergipe Del Rey apresentava os seguintes números de cativos e livres:

Quadro 19: Números de pessoas escravizadas entre 1850-1888 na Província de Sergipe Del Rey.

Ano	Livres ²¹	Escravizados	Total	% Escravizados
1850	163.696	55.924	219.620	25,5%
1851	166.426	56.564	222.990	25,4%
1854	100.192	32.448	132.640	24,5%
1856	101.383	32.741	134.124	24,5%
1869	230.000	50.000	280.000	17,9%
1872	153.620	22.623	176.243	12,8%
1888	283.112	16.888	300.000	5,6%

Fonte: Mott (1986 *apud* ALMEIDA, 2017, p. 6).

Segundo Almeida (2017) – baseando-se nos dados de Mott (1986 *apud* ALMEIDA, 2017), os números de escravizados na Província de Sergipe Del Rey sempre foram elevados, considerando que era pequena geograficamente falando. À época da abolição, em decorrência talvez de uma transição lenta do processo escravocrata brasileiro (COSTA, 2020), os números atingem os menores percentuais, sendo 22.623 (12,8%) e 16.888 (5,6%) escravizados em 1872 e 1888 (ALMEIDA, 2017). Segundos os dados de Amaral (2012), das sete localidades que compunham a capitania em 1858/1859, Laranjeiras era a que continha mais engenhos e mais africanos em situação de escravidão, mesmo não sendo a maior em produção:

Quadro 20: Números de escravizados nos municípios da capitania em 1858/1859.

Município	Engenhos	Escravizados	Livres	Safra/Arrobas
Divina Pastora	59	1.408	446	190.570
Laranjeiras	61	1.945	192	167.426
Maruim	20	542	37	36.691
Estância	44	822	442	51.840
São Cristóvão	26	954	106	50.000
Espírito Santo	27	373	482	27.384
Santa Luzia	65	498	462	44.450
Total	302	6.542	2.167	568.361

Fonte: Adaptado de Amaral (2012, p. 76).

Laranjeiras chegou a concentrar, durante o século XIX, cerca de 50% dos engenhos de açúcar da Província de Sergipe Del Rey (MIRANDA; BARBOSA, 2021), como apontam Seles (1988) e Samara (1989), era muito comum em grandes plantéis a existência de família

²¹ A autora não deixa claro quem compõe a categoria *livres*. Entretanto, a partir do seu texto e de outros autores, essa categoria parece se referir aos trabalhadores livres, que desempenhavam algumas funções, sendo que o grosso do trabalho era reservado aos negros escravizados.

nucleares, podendo esse ser essa a causa da formação unifamiliar da pesquisa, em 2011/2012, de Torales *et al.* (2015).

Contudo, um problema talvez seja a diferença entre as informações apresentadas entre alguns autores em relação à quantidade de engenhos na cidade de Laranjeiras no século XIX, em razão das fontes utilizadas, uma vez que os complementos *novo, de cima, de baixo* e o sufixo *-inho* se referiam à mesma propriedade – como *Brejo* e *Novo Brejo*, mas que muitas vezes era tratadas como engenhos diferentes (AMARAL, 2012). Ou seja, era comum, nesse período, que propriedades fossem divididas entre herdeiros e/ou proprietários, recebendo um desses complementos, mas muitas vezes essa divisão não era considerada e se tratava como uma única propriedade. Por exemplo, se o *Engenho* tinha 40 africanos e era dividido, muitas vezes a divisão desses não era feita, fazendo com que o *Engenho* tivesse 40 escravizados e o *Engenho de Cima* também 40 escravizados – o que daria um número falso de 80 africanos em situação de escravidão. E como consequência da fragmentação fundiária, alguns engenhos passaram a ser administrados por outros membros da parentela ou por outras famílias (AMARAL, 2012) ou ocupados por ex-escravizados que receberam “terras devolutas, doadas, herdadas ou produtos de luta” (SANTOS, 2019, p. 47-48). Para França (2021), a doação de terras para a formação de quilombos ocorreu como consequência da crise econômica vivida na região de Laranjeiras, que desmontou diversos engenhos; e foi nesse período que Maria Banguela, ex-escravizada ganhou as terras da Mussuca:

Apesar de estar produzida na oralidade da comunidade, ela²² não reflete o início do povoado. [...] o quilombo hoje denominado Mussuca, teve início ainda nos tempos áureos da cana-de-açúcar e localizava-se entre as fazendas Pilar, Fonte Grande e Engenho Ilha. A história de maior recorrência dá conta de que Maria Banguela teria recebido as terras como doação de um senhor de engenho que a estimava. Ela, por sua vez, teria doado partes das terras a seus pares. Não há consenso na comunidade quanto a data da adoção das terras para Maria Banguela (MIRANDA; BARBOSA, 2021, p. 7).

O nome da mulher que recebeu as terras aparece nas narrativas dos moradores ora como *Benguela* ora como *Banguela*. França (2021) comenta que essa alternância vocálica (*a/o*) pode se dar em razão de uma defasagem fônica que atinge as comunidades marginalizadas, como os quilombos, ou da ausente/precária “assistência médico-odontológica que leva as pessoas a perderem parte da dentição” (FRANÇA, 2021, p. 103).

²² Os autores referem-se à a história do assassinato do Senhor da Fazenda Ilha, a grande figura do senhor do engenho da população laranjeirense. Essa é reproduzida em versões diferentes pelos moradores e causou a revolta de pretos cativos e forros na região.

Com as informações historiográficas de Mott (1986 *apud* ALMEIDA, 2017) e as decorrentes de fontes orais coletadas por Miranda e Barbosa (2021), bem como as demais que já foram citadas, demonstra-se a presença de negros escravizados na região de Laranjeiras, particularmente na comunidade Mussuca. E, como afirma Mattos e Silva (2004, p. 17), “não se pode negar que a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes”. Em outras palavras, o português falado na Mussuca carrega marcas da predominância de escravizados africanos na região durante os séculos de colonização, por isso a sua classificação como um português afro-brasileiro – nos termos de Lucchesi (2009a, 2015). E a cultura é um elemento visível dessa presença africana na formação da Mussuca, pois, como afirma França (2021):

A Mussuca insere-se com fluidez nesses marcos que definem o território negro, ou seja, as Comunidades Remanescentes de Quilombo: a) os seus moradores, ainda que, por via de matrimônio, possa haver exceções, descendem dos povos escravizados no Brasil; b) o lugar onde hoje se situa a Mussuca é ocupado por descendentes de escravizados/as desde, pelo menos, o século XIX; c) os modos de existência da comunidade em questão são singulares, encontrando-se nela práticas culturais exclusivas, como é o caso do Samba de Pareia. São essas práticas, costuradas pelos indivíduos a partir das condições que lhes foram/são apresentadas pelo entorno, que constituem os sujeitos e o território (FRANÇA, 2021, p. 96).

França (2021), comentando alguns aspectos culturais da Mussuca, afirma que as práticas mantidas pelos mussuquenses são “necessariamente afrodiaspóricas” (FRANÇA, 2021, p. 102). O afrodiaspórico diz respeito ao fato de que, mesmo distante temporal e geograficamente, as experiências dos mussuquenses não anulam os elementos de base africana. Assim, a conservação de tradições culturais como o *Samba de Pareia*, o *São Gonçalo* e o *Samba de Coco* – como dissidência do Samba de Pareia, bem como a presença de três casas de cultos afro-brasileiros (COSTA, 2020; RANGEL, 2021) e o conhecimento do uso de plantas – como algo medicina e ritualístico, horando seus antepassados (MIRANDA; BARBOSA, 2021) – são indicadores de uma comunidade remanescente de quilombo, ou de um *quilombo contemporâneo* (ANJOS, 1999). Dessa forma, ainda que os moradores da Mussuca de Baixo questionem a origem quilombola da comunidade (COSTA 2020), as práticas culturais são dados empíricos dessa origem e também indicam o caráter [+africanizado] da comunidade quilombola Mussuca – nos termos de Santana, Araujo Freitag (2018a, 2018b).

Imagem 7: Grupo de Samba de Pareia da Mussuca.



Fonte: Sesc (2021, s.p.).

Imagem 8: Homem e mulher no São Gonçalo.



Fonte: Reinaldo Maneguim (*apud* SANTANA, 2008, p. 145).

Conforme reportagem do Sesc (2021), baseada em relatos orais, o Samba de Pareia “surgiu há mais de 300 anos entre os escravos que trabalhavam nos canaviais. Hoje, ele é dançado por mulheres e conta com a presença de homens apenas como tocadores que sustentam o ritmo com dois tambores médio-graves e uma porca (cuíca)” (SESC, 2021, s.p.). Essa origem do Samba de Pareia faz dele uma prática [+afrodescendentes], [+africanizadas] e [+escravocratas] (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b), e o protagonismo das mulheres nas rodas de Samba de Pareia pode ser um indicativo do que apontaram Torales *et al.* (2015) em sua pesquisa: “destaca-se uma maior participação de indivíduos do sexo feminino, entre 18 e 79 anos de idade, com escolaridade de até o ensino fundamental e baixo nível de renda” (TORALES *et al.*, 2015, p. 108). A maior participação do sexo feminino pode ser consequência também do fato da atividade de trabalho dos adultos e jovens do sexo masculino ser em “indústrias em cidades vizinhas ou em outros estados” (TORALES *et al.*, 2015, p. 103) ou até pela origem da Mussuca, uma vez que foi fundada por Maria Banguela

que “o liderou até a morte imprimindo respeito, autoridade, bravura, astúcia e resistência feminina” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 2).

As considerações de Torales *et al.* (2015) podem auxiliar na abordagem dos fatores extralinguísticos durante a análise de dados, pois, como Macêdo (2022) também demonstrou, as mulheres são sensíveis à CV padrão em alguns contextos. Segundo a autora, com P4 (*nós*), as mulheres realizaram mais CV padrão, como aborda-se na subseção 3.2 *A concordância verbal na Mussuca: Macêdo (2022)* (p. 81). Contudo, deve-se ter muita atenção, tendo em vista que os resultados dos autores podem estar enviesados, uma vez que, em Torales *et al.* (2015), a distribuição entre homens e mulheres foi extremamente desigual – 206 mulheres (91,2%) e 20 homens (8,8%) – e, em Macêdo (2022), houve a consideração da marcação morfofonológica como CV padrão: *nós somo*. Faz-se essa ressalva em relação à Macêdo (2022) porque, nos outros contextos de CV padrão, o sexo não foi um fator relevante.

Torales *et al.* (2015) fizeram um trabalho que buscava discutir a qualidade de vida e a autoestima dos moradores das comunidades Patioba e Mussuca, em Sergipe. Para isso, aplicaram questionários com algumas famílias, tendo como critérios: ter mais de 18 anos, ser descendente de quilombolas e residir na comunidade. As informações desses autores podem oferecer dados mais atualizados sobre a comunidade, tendo em vista que o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas foi realizado em 2010²³. As 226 famílias da Mussuca que participaram da pesquisa apresentaram as seguintes características²⁴:

Quadro 21: Características de moradia e renda da comunidade Mussuca.

Variáveis	n.	%
Renda Familiar		
≤ R\$ 600,00	47	20,8
De R\$ 601,00 a R\$ 734,00	63	27,9
De R\$ 735,00 a R\$ 1.162,00	65	28,8
≥ R\$ 1.163,00	51	22,6
Condição de Moradia		
Alugada	14	6,2
Própria	212	93,8
Número de cômodos		
≤ 5 cômodos	103	45,6
6 cômodos	56	24,8
7 cômodos	36	15,9
≥ 8 cômodos	31	13,7
Tempo de residência		
≤ 5 anos	50	22,1

²³ Um novo censo deveria ter acontecido em 2020, mas, em decorrência da pandemia da Covid-19, foi suspenso. E até a escrita deste texto não havia sido realizado um novo censo, que está agendado para agosto de 2022.

²⁴ Participaram da pesquisa ao todo 327 famílias, mas dessas, 101 eram de Patioba.

De 6 a 14 anos	56	24,8
De 15 a 24 anos	65	28,8
≥ 25 anos	55	24,3
Tempo de moradia no quilombo		
≤ 23 anos	49	21,7
De 24 a 32 anos	56	24,8
De 33 a 42 anos	121	53,5

Fonte: Adaptado de Torales *et al.* (2015, p. 104).

Segundo o critério da pesquisa de *ser descendente de quilombolas*, os autores trabalharam apenas com as famílias que eram cadastradas como quilombolas, ou seja, o número de 226 famílias correspondia a apenas 44,93% dos cadastrados da Mussuca. Sobre a quantidade total de famílias que compõem a comunidade, França (2021) afirma que, na Mussuca, residem cerca de 2 mil pessoas organizadas em 548 famílias.

Conforme Torales *et al.* (2015), a renda das famílias estava quase dividida, pois 116/226 ganhavam mais de um salário mínimo, considerando que, na época do desenvolvimento da pesquisa (2011/2012), esse estava entre R\$ 545,00 (BRASIL, 2011a) e R\$ 622,00 (BRASIL, 2011b²⁵). Mas, apesar disso, a renda era insuficiente para as necessidades básicas das famílias quilombolas, possivelmente em razão de parte das famílias ser sustentada pelos membros aposentados (TORALES *et al.*, 2015).

Conforme os dados de Torales *et al.* (2015), as famílias dessa região “fazem uso da agricultura de subsistência por meio de plantações de mandioca, milho, banana, goiaba. O excedente é comercializado nas feiras livres ou no próprio domicílio” (TORALES *et al.*, 2015, p. 103), como apontam os participantes:

Part.: O povo aqui gosta [inint.] tem aquelas barras lá embaixo, um monte de mulher vendendo milho [...].

Doc.: De roça pequena mesmo...roça assim de...

Part.: É. [...]. Plantaram amendoim lá. O pessoal pediu pra plantar, aí eles liberaram, aí deram agora. Próximo ano quem vai botar é eu. [...]

Doc.: E esse pessoal planta pra vender ou planta pra consumir?

Part.: Alguns planta milho pra vender assim né? Agora outros plantam pra consumo (Participante 4).

Oxente me viro... pego carrinho de mão, compro... compro as macaxeira na... na caixa.... tava vendendo a do meu pai, que ele... tem uma roça aí. Como tá doente né? meio mundo de problema não se levanta mais... aí eu peguei vendi... saio, se viro. Boto aí no carrinho de mão e saio vendendo. E assim vô... já tenho meus cliente certo.... tô doente porque... num tem mais, acabou (Participante 3).

²⁵ Regulamentou o aumento do salário em 2012.

Além disso, trabalham também com atividades não agrícolas como a pesca de mariscos (TORALES *et al.*, 2015; FRANÇA, 2021), que, durante muito tempo, foi a atividade predominante na região:

Doc.: E você acha ((PIGARRO)) que a vida das mulheres aqui... a... a vida é difícil? pras mulheres?

Part.: Ah, minha fia, é.

Doc.: Mais do que pros homens?

Part.: Porque a gente aqui é tudo de pesca [inint.].

Circ.²⁶: Os homem nem trabalha.

Part.: Os homem num trabalha não aqui?

Circ.: Nem trabalho pros homem.

Part.: A maioria (Participante 9).

A participante 9 faz referência à subsistência da comunidade oriunda da pesca de frutos do mar e também à ausência de trabalho na comunidade para os homens, o que faz com que muitos saiam da Mussuca para trabalhar em outras localidades. De forma geral, percebe, então, que a estrutura social da comunidade é organizada da seguinte forma: os homens vão para o mercado de trabalho industrial e as mulheres se dividem nas tarefas do lar e nas atividades de plantação e de pesca de frutos do mar; sendo essa a razão das bases da comunidade serem comandadas por mulheres (TORALES *et al.*, 2015).

Durante os anos de 2011 e 2012, as famílias que participaram da pesquisa como representantes da comunidade tinham a seguinte composição:

Quadro 22: Composição dos arranjos familiares da comunidade Mussuca.

Variáveis	n.	%
Composição Familiar		
Unifamiliar	156	69,0
Multifamiliar	70	31,0
Número de Residentes		
≤ 3 pessoas	103	45,6
4 pessoas	64	28,3
≥ 5 pessoas	59	26,1
Número de Filhos		
≤ 1 filho	80	35,4
2 filhos	51	22,6
3 filhos	35	15,5
≥ 4 filhos	60	26,5
Número de Filhos Residentes		
1 filho residente	119	52,7
2 filhos residentes	61	27,0
≥ 3 filhos residentes	46	20,4
Número de filhos menores		

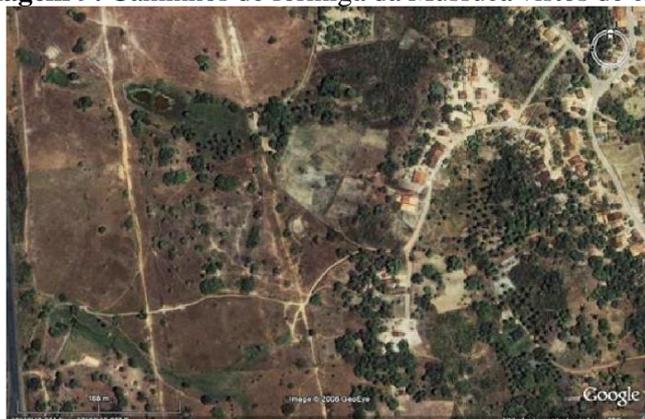
²⁶ Ao longo das entrevistas, há outras pessoas que participam das conversas, que serão nomeadas como “circundantes (Circ.)”.

1 filho menor	157	69,5
2 filhos menores	48	21,2
≥ 3 filhos menores	21	9,3

Fonte: Adaptado de Torales *et al.* (2015, p. 105).

A comunidade quilombola Mussuca é, em sua maioria, composta por famílias unifamiliares, com menos de 4 pessoas e 2 filhos, sendo que algumas têm entre 1 ou 2 filhos que ainda residem com elas, sendo que a maioria possui 1 filho menor de idade (menos de 18 anos). Esse caráter unifamiliar da Mussuca ficou demonstrado também por Miranda e Barbosa (2021), uma vez que os autores detectaram que o conhecimento sobre os usos das plantas era passado de geração em geração, geralmente entre os membros das famílias: “o conhecimento sobre as plantas, Silvio [morador da Mussuca] adquiriu de sua mãe, desde a infância. Silvio repassa seus conhecimentos sobre plantas aos filhos e amigos” (MIRANDA; BARBOSA, 2021, p. 16). A estrutura unifamiliar do quilombo é percebida até mesmo do alto, pois, se olhado de cima, há, ao longo de todo o quilombo, pequenos caminhos de formigas (SANTANA, 2008) – imagens 4 e 5 – que indicam trilhas que interligam as casas e terrenos de parentes do mesmo núcleo familiar:

Imagem 9: Caminhos de formiga da Mussuca vistos de cima.



Fonte: Santana (2008, p. 100).

Imagem 10: Caminhos de formiga da Mussuca vistos de baixo.



Fonte: Santana (2008, p. 102).

Os pequenos riscos de terra são os *caminhos de formiga* da comunidade quilombola, pois indicam as trilhas que os moradores percorrem – esses caminhos são comuns nas zonas rurais, pois os próprios moradores fazem suas trilhas ao caminharem pelas roças. Essas pequenas veredas são “resultantes de formas alternativas de circulação pelo território, que remetem à Mussuca dos séculos anteriores, quando os caminhos não podiam nem deviam ser percebidos pelos de fora, reduzindo-se a trilhas muito estreitas” (SANTANA, 2008, p. 99). Sobre isso, o participante 1 faz um relato:

Não tinha estrada nem pra pedestre não tinha e... era dentro dos mato. A gente passava [inint.] que nem formiga ne roça e os mato cobrindo por cima, espinho galho de pau (Participante 1).

Baseando-se no modelo de *redes sociais*, que foi desenvolvido inicialmente por Milroy (1980), tendo como base o conceito de rede social da Antropologia, Bortoni-Ricardo (2005, 2011, 2021) pontua que, na análise do PB falado, o que mais importa são as relações sociais dos indivíduos – mesmo em comparação com o isolamento social ou geográfico (do *continuum* rural-urbano). Assim, a estrutura unifamiliar (TORALES *et al.* 2015) e a intensa familiaridade dos moradores entre si (FRANÇA, 2021) podem indicar uma rede social densa e multiplex, na qual os indivíduos se relacionam entre si de várias maneiras, o que pode fazer com que a comunidade seja mais refratária à normatização institucional (BORTONI-RICARDO, 2005, 2021; LUCCHESI, 2015). A análise dessas *redes sociais*, como se expõe na seção de metodologia, possibilita o “controle” – entenda-se *compreensão* – da Transmissão Linguística Irregular – conceito discutido na próxima seção, ou, entre outras palavras, das formas de aprendizagem do português na comunidade.

França (2021) comenta que a Mussuca parece ser uma grande família, pois as relações entrelaçam os membros entre si. Como indica também o participante 5:

Part.: Ih... é um lugar que... todo mundo aqui é família.

Doc.: Já observei isso.

Part.: É tudo família. Em termo de parente, primo terceiro, segundo grau, quarto grau... quarto grau... São tudo parente. Inclusive até a maioria... não toda, mas são casado com primo aqui, entendeu? Inclusive eu casado a minha esposa é minha prima

Doc.: Sua prima? É mesmo? Prima, prima mesmo?

Part.: É, ela é prima... segunda. Através da vó dela, a vó dela me contava, aí chegou no parentesco. Ela ainda... faz eh... minha prima ainda.

Doc.: É, porque a comunidade é pequena, aí todo mundo...

Part.: É pequena, é (Participante 5).

Essa relação de uma “grande família” pode ser percebida também “nos modos como as crianças são cuidadas pela Comunidade, independentemente de serem filhas ou filhos de

quem cuida delas; na permanência de brinquedos e brincadeiras mais tradicionais; nas forças dos seus grupos culturais e dos/as moradoras/es” (FRANÇA, 2021, p. 101). Segundo o autor, é muito comum se ouvir na Mussuca que todos são parentes.

Sendo as *redes sociais* definidas como os diversos vínculos estabelecidos pelos indivíduos entre si, podem ser compreendidas de duas formas: i) *redes esparsas e uniplex*, na qual os indivíduos tendem a se orientar pela norma de prestígios institucional, com hipercorreção e uma intensa alternância de código, decorrente da baixa estima da cultural vernacular; ii) *redes densas e multiplex*: o indivíduo resiste aos valores dominantes, uma vez que há uma emergência de etnicidade e distinção de outros povos, ou seja, uma orientação para a identidade (BORTONI-RICARDO, 2005, 2011, 2021).

Tendo-se em vista as informações do quadro 22, apresentadas por Torales *et al.* (2015), bem como as de Miranda e Barbosa (2021), trabalha-se com a hipótese de que a comunidade quilombola Mussuca possui redes sociais densas e multiplex, uma vez que a maioria dos moradores nasceram e residem no quilombo; e mesmo aqueles que trabalham em algumas indústrias da região (TORALES *et al.*, 2015) sempre retornam à comunidade. Torales *et al.* (2015) trabalham com duas comunidades quilombolas, Patioba e Mussuca, e não deixam claro se o trabalho nas indústrias se refere às duas. O participante 1 faz menção a uma empresa que tinha sede na região e na qual trabalhou:

Part.: Graças a Deus, o serviço todo foi lá [Trabalho no mesmo lugar até se aposentar].

Doc.: Ah, então o senhor foi trabalhar na Leste.

Part.: Na Leste, trabalhei. Logo, logo, o pessoal lá viu minha inteligência. Fiquei trabalhando de fiscal, fiscalizando o serviço da rede.

Doc.: Hum...

Part.: Tinha firma que vinha, eu ia pa... pum... como fiscal. Fui aprovado na fiscalização (Participante 1).

Há alguns moradores que não nasceram na Mussuca, como Maria dos Santos (*apud* MIRANDA; BARBOSA, 2021) que se mudou após o casamento, no entanto, esses moradores “de fora” abraçaram a cultura e a identidade da comunidade ao chegarem. Contudo, como esta pesquisa trabalha com a Transmissão Linguística Irregular, optou-se por não trabalhar com participante que não fossem nascidos na comunidade, o que fez com que se excluísse 2 participantes da amostra – expõe-se essa exclusão e inclusão de participantes na seção 5 *O percurso metodológico*.

Por fim, as questões apresentadas aqui mostraram a alegada origem afrodescendente da comunidade quilombola Mussuca (Laranjeiras/Sergipe), uma vez que a região recebeu muitos africanos e que a terra quilombola onde a comunidade está localizada foi doada a uma

ex-escravizada; além de estar em uma micro e macrorregião que, desde o início do Brasil, recebeu africanos para trabalharem como escravos. O traço de afrodescendência é mantido pelos moradores da Mussuca de Cima através de práticas culturais deixadas pelos seus descendentes, colocando a comunidade dentro dos parâmetros de [-isolada], [+afrodescendente], [+africanizadas] e [+escravocrata], como postulados por Santana, Araujo, Freitag (2018a, 2018b).

5 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa “sociométrica” se inicia a partir das propriedades associadas a uma determinada marcação paramétrica, desde o estabelecimento de hipóteses e o estabelecimento dos grupos de fatores linguísticos até a interpretação dos resultados, o que permite responder as grandes questões empíricas da Teoria da Variação e Mudança Linguística (DUARTE, 2019b, p. 125).

A compreensão de que a heterogeneidade é parte constitutiva da língua e, portanto, também da competência linguística do indivíduo (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]), faz com que se busque descrever as variedades linguísticas, visando demonstrar os fatores independentes (linguísticos e sociais) que podem condicionar determinada variante e, dessa forma, estar atuando ou não no processo de implementação da mudança.

Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) apontam que *estrutural* não é sinônimo de *homogêneo*, pois o domínio de uma estrutura linguística não é igual (homogêneo) entre os seus falantes se for considerado fatores sócio-históricos – como a aquisição do português pelos escravizados no Brasil. É nesse sentido que, diante dos dados linguísticos do PB, pode ser afirmado que a estrutura da língua portuguesa, em relação às propriedades linguísticas, é a mesma no Brasil e em Portugal, bem como nos países da África, mas que também há uma heterogeneidade estrutural própria em cada país, decorrente das suas formações sócio-históricas, por isso se usa adjetivos para especificá-los: português *brasileiro*, português *européu*, português *africano* – dentro dessa última variedade há inúmeras outras, como o português *angolano*, português *moçambicano*.

Dessa forma, é fundamental que se compreenda a língua como uma heterogeneidade estruturada, o que não significa ser disfuncional (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]), e que, por isso, é preciso descrever os fatores independentes linguísticos e sociais que motivam essa diversidade (leia-se *variação*). E, neste trabalho, faz-se isso a partir do casamento da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY; LASNICK, 2021[1993]) e da Teoria da Variação e da Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]), que, “oficializado” no Brasil, ficou conhecido como Sociolinguística Paramétrica (TARALLO, 1987; TARALLO; KATO, 1989; DUARTE, 2016, 2019b). Essa junção permite que se descreva processos de variação paramétrica e, ao mesmo tempo, se investigue a sua relação não apenas com fatores linguísticos, mas também extralinguísticos/sociais, “o que permite responder as grandes questões empíricas da Teoria da Variação e Mudança Linguística [...]

(DUARTE, 2019b, p. 125) – fazendo-se menção à epígrafe desta seção. Portanto, a Socioparamétrica tem como objetivo principal fazer uma leitura cuidadosa de processos de variação e mudança intra e intersistêmica.

Nesse sentido, como afirmar Avelar (2011), na Socioparamétrica, há uma “formalização de fatos gramaticais à luz de pressupostos gerativistas [que] pode se apoiar em resultados obtidos por meios dos mesmos procedimentos metodológicos aplicados em análises variacionistas” (AVELAR, 2011, p. 163). Dessa forma, percebe-se que abordagens variacionistas podem se apoiar em pressupostos formalistas para a descrição e análise de dados – como este trabalho, entendendo-se, como afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), que é a interação entre fatores linguísticos e sociais que impulsionam a mudança. O “apoio” na teoria gerativa se faz necessário porque, como afirma Lucchesi (2004), a Sociolinguística precisa de uma teoria da estrutura linguística que explique a atuação dos fatores linguísticos na mudança e “essa demanda por uma teorização sobre o processo estritamente linguístico de estruturação da língua tem encontrado na Sociolinguística Variacionista soluções cambiantes” (LUCCHESI, 2004, p. 193) – entre as quais está a Socioparamétrica.

Considerando isso, este trabalho, fundamentando-se teórico-metodologicamente na Socioparamétrica, assume a noção de *parâmetro*, particularmente de um *Parâmetro de Sujeito Nulo* – como exposta na segunda seção, como propriedade que uma língua natural pode ou não exibir (CHOMSKY; LASNICK, 2021[1993]) – e busca descrever como se dá a marcação do *princípio “evite pronome”*, a partir das opções [+sujeito nulo] e [-sujeito nulo], na variedade afro-brasileira do português utilizado na comunidade Mussuca. Uma nova descrição de uma comunidade permite compreender o processo de estabilização da remarcação paramétrica (DUARTE, 2020), além de acrescentar dados aos estudos do PB, sendo esses principalmente de uma comunidade situada em um Estado que tem poucos estudos sobre o português afro-brasileiro, tanto que Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b) apontam a urgente necessidade de descrições linguísticas no Estado de Sergipe.

5.1 O *CORPUS* E AS ETAPAS DE PESQUISA

Diante da proposta desta pesquisa, a comunidade Mussuca foi escolhida seguindo a tipologia de parâmetros sócio-históricos apresentada por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b) para comunidades remanescentes de quilombo. Assim, como apresentado na quarta seção, a Mussuca manifesta todos os traços dessa tipologia: [-isolada], [+afrodescendente],

[+africanizadas] e [+escravocrata].

O *corpus* utilizado foi cedido pela Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araujo (UEFS) – conforme Anexo – e é formado, no total, por 13 participantes²⁷ da Mussuca. As entrevistas fazem parte do projeto *Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos*, coordenado pela mesma professora, e as gravações foram feitas durante a execução de um plano de trabalho realizado com o auxílio de Bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ-CNPq) durante os anos de 2018-2020, sob supervisão da Profa. Dra. Raquel Meister Ko Freitag (UFS/ CNPq) e com a devida aprovação do Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)²⁸. Apesar de trabalhar com uma amostra já formada e devidamente aprovada pelo CEP/UFS, por questões institucionais, o projeto desta dissertação foi submetido ao CEP/UEFS e aprovado em 21 de fevereiro de 2022, parecer nº 5.252.768.

Considerando-se o objetivo específico proposto de *descrever a realização ou o apagamento do sujeito pronominal no português afro-brasileiro da comunidade de Mussuca (Laranjeiras/SE)*, 3 dos participantes foram retirados da amostra em razão de não terem nascidos na Mussuca, mas em outras regiões do Estado, passando a morar no povoado após os 15 anos de idade ou depois de se casarem com alguém da localidade. O fato de alguns participantes não terem nascido na Mussuca indica que a aquisição do português se deu a partir de outra variedade dentro do *continuum* da norma popular brasileira (LUCCHESI, 2015) e não a partir da variedade mussuquense. Além disso, a seleção de 10 participantes para a formação da amostra desta pesquisa se deu também com o objetivo de conferir um pouco mais de simetria à amostra, que possui 8 participantes do sexo feminino e 5 do masculino, uma vez que os dados serão processados em um programa estatístico – o Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

²⁷ Há um total de 12 gravações na amostra, porque duas participantes foram gravadas juntas, dialogando entre si e com a documentadora.

²⁸ Processo nº 154982/2018:0.

Quadro 23: Dados dos participantes.

PARTICIPANTE	IDADE	FAIXA ETÁRIA	SEXO	ESCOLARIDADE
Participante 1	79	III	M	Não alfabetizado
Participante 2	82	III	M	Não alfabetizado
Participante 3	32	I	F	7º ano do Ensino Fundamental
Participante 4	25	I	M	Ensino Fundamental Completo
Participante 5	49	II	M	Ensino Médio Completo
Participante 6	22	I	F	3º ano do Ensino Médio
Participante 7	72	III	F	Não alfabetizada
Participante 8	50	II	F	4º ano do Ensino Fundamental
Participante 9	62	III	F	Não alfabetizada
Participante 10	50	II	F	7º ano do Ensino Fundamental

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Contudo, mesmo com a seleção dos participantes, a amostra continuou assimétrica: 4 participantes do sexo masculino e 8 do sexo feminino; essa assimetria da amostra pode gerar limitações na análise dos dados, principalmente no que diz respeito aos fatores extralinguísticos, assim como aconteceu na dissertação de Macêdo (2022), que já foi comentada na seção 3.2 *A concordância verbal na Mussuca: Macêdo (2022)*.

Para divisão em faixa etária, orientou-se pelo trabalho de Macêdo (2022), que também examinou a amostra – trabalhando com todas as entrevistas, mas analisando a CV de P4 (*nós/a gente*) e P6 (*eles/elas*). A autora estratificou a amostra em: faixa I – até 40 anos; faixa II – de 41 a 60 anos; faixa III – a partir de 61 anos.

Quando cedidas, as entrevistas já estavam transcritas em formato *documento de texto (bloco de notas)* e organizadas em uma pasta juntamente com a gravação em áudio de tipo *Waveform Audio File Format (WAV)*. Numa primeira etapa, fez-se uma revisão das entrevistas, buscando-se verificar se as ocorrências de sujeito estavam fidedignas aos áudios e encontrou-se alguns casos nos quais o sujeito era realizado, mas não aparecia na transcrição, e vice-versa:

- (1) Quando era no sábado que eu fosse pra trabalhar bem, se eu não fosse **eu** ia pra roça.
- (2) Aí num sei como foi, eu sai fora. Essa menina aí me viu, aí **ela** disse “Seu Basílio”. Eu disse “oi”. “Que isso?”. Eu disse “nada” (risos). Eu vomitando. Eí ela disse “pere aí, eu vou em casa”. Aí trouxe um bucado de leite, mas num foi mesmo que nada.

(Participante 2)

Durante esse processo de revisão das entrevistas, foi necessário também descartar uma parte da entrevista do participante 2, que possui dois arquivos WAV, mas o primeiro deles, contendo 14min e 26seg, foi uma espécie de “erro”, pois o entrevistador pensou que o

aparelho não estava gravando e saiu do local para buscar ajuda. Essa situação fez com que a gravação registrasse algo, de fato, informal, mas o participante pouco participa dessa parte, sendo ela protagonizada por duas mulheres que contam a história de violência da região e estão conversando entre si, com pouca interação do participante 2.

Pareceu também necessária a adoção de algum procedimento que minimizasse a assimetria da amostra, considerando que se optou por analisar apenas participante nascidos na Mussuca, o que fez com que se tivesse mais mulheres (6/10) e participantes da faixa III (4/10) – com relação à faixa etária, algo parecido já era esperado, considerando-se que se tem 10 participantes divididos em 3 faixas etárias, assim uma teria que ter 4 participantes. Tendo isso em vista, o clássico *Sociolinguística Quantitativa*, de Guy e Zilles (2007), foi revisado na busca por parâmetros para amenizar esse desequilíbrio da amostra. O caminho encontrado foi “controlar” (entenda-se “delimitar”, uma vez que as entrevistas já estavam feitas e foram cedidas para esta pesquisa) o tempo de observação, porque por meio dele percebe-se “quantas oportunidades cada pessoa teve de produzir” (GUY; ZILLES, 2007, p. 81) a variável. Com isso, a intenção não é oferecer uma distribuição equilibrada de dados linguísticos – uma vez que é exatamente essa distribuição desigual que permite que uma análise multivariada dê “resultados mais precisos” (GUY; ZILLES, 2007, p. 34), mas possibilitar que todos os participantes tenham as mesmas chances de produzir o fenômeno estudado.

Dessa forma, permite-se que a participante 9, que foi gravada durante 30min e 26seg, tenha as mesmas chances de produção da variável dependente binária do participante 1, que foi gravado durante 1h e 25min (85min no total – mais que o dobro da participante 9). A delimitação do tempo de gravação, então, foi feita da seguinte forma: i) primeiramente, serão desconsiderados os primeiros 5min de cada entrevista com o objetivo de saltar o período de adaptação do participante ao gravador, diminuindo a sua monitoração linguística. Como, geralmente, os primeiros minutos são um momento de tensão, no qual o participante monitora muito sua fala e, geralmente, apenas responde perguntas feitas pelo entrevistador – *Qual sua idade? Nasceu aqui? Tem filhos?*, não se perde nenhum dado significativo, como indica este trecho do participante 1, que corresponde ao tempo de 00:45 a 02:02 da gravação.

(3) Doc.: **O senhor nasceu aqui não foi?**

Inf.: Foi, nasci e me criei. Meus pai nasceu aqui e se criou, e morreu.

Doc.: **Mas seu [Nome]²⁹ o senhor nasceu quando mesmo?** Qual a data do seu nasci...

Inf.: Mil novecentos e quarenta.

Doc.: E o ano e o mês?

²⁹ Os nomes próprios nos trechos transcritos serão omitidos.

Inf.: Mês de agosto.

Doc.: **E o dia? A data do seu aniversário, qual é?**

Inf.: Dez.

Doc.: Dez de agosto de mil novecentos e...

Inf.: Quarenta .

Doc.: Quarenta. Quando nasceu... **Quando nasceu foi aqui nesse lugar mesmo?**

Inf.: Nesse aqui ne.... aqui nesse lugar mesmo não, mas ali em cima. Esse terreno aqui era um só né.

[...]

Inf.: **Já... já começou a gravar, foi?**

Doc.: Já. É uma conversa não é nada.

(Participante 1).

ii) depois, as gravações serão analisadas considerando-se apenas os 25min seguintes de cada entrevista. A opção por analisar 25min das entrevistas se deu em razão do tempo de gravação da participante 9, o menor da amostra, ou seja, descartando-se os 5min iniciais e analisando-se os 25min seguintes, tem-se, no total, 30min – o tempo de gravação dessa participante.

Depois desses procedimentos, a análise dos inquéritos foi realizada tendo em vista as variáveis dependentes *sujeito nulo de referência definida X sujeito pronominal pleno de referência definida*. Após essa investigação, os dados foram codificados, considerando-se os grupos de fatores independentes linguísticos e sociais da amostra, e submetidos ao programa Goldvarb X (SAKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), que trabalha com uma análise estatística para a verificação das variáveis mais relevantes para a realização do sujeito nulo ou pronominal e, em seguida, os resultados das rodadas foram interpretados.

Portanto, em síntese, a fase de análise das amostras se desenvolveu da seguinte forma: i) levantamento das construções considerando-se a variável dependente binária presentes nos inquéritos; ii) codificação dos dados considerando-se os fatores linguísticos, fundamentados na Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY; LASNICK, 2021[1993]), e sociais, conforme a Teoria da Variação Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]); iii) submissão dos dados ao Goldvarb X (SAKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) e análise das rodadas; iv) sistematização dos resultados e sua associação às hipóteses previamente estabelecidas.

Na fase de sistematização dos resultados, apresentada na próxima seção, que se pretende cumprir o objetivo específico de *investigar a atuação do processo de Transmissão Linguística Irregular na realização ou não do sujeito pronominal* que se dará por meio da relação entre *faixa etária* e a variável dependente binária, entendendo, a partir do modelo de aquisição para a situação de contato afro-brasileira (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), que os participantes da faixa III pertencem ao *grupo 4 (afrodescendentes2-n)*, pois são os

participantes que mais lembram das histórias do período de escravização contadas pelos seus pais ou avós, indicando uma proximidade dessa época. Os participantes mais novos – faixa I – não sabem nada sobre o período de escravização de africanos na região, nem sobre o surgimento da comunidade, além de não participarem das práticas culturais, indicando um distanciamento do período escravocrata.

Inicialmente, pensou-se em controlar as redes sociais (BORTONI-RICARDO, 2011) dos participantes para verificar, a partir da densidade das relações, como a opção pelo sujeito nulo ou preenchido se comportaria na variedade linguística da Mussuca. Contudo, a partir da construção de uma revisão bibliográfica sobre a Mussuca e da revisão das transcrições das entrevistas, ficou perceptível que as relações estabelecidas entre seus moradores são densas e multiplex, não possibilitando a comparação com redes esparsas e uniplex (BORTONI-RICARDO, 2005, 2011). Portanto, a pontuação sobre as redes sociais da Mussuca, feita com base em Bortoni-Ricardo (2005, 2011) na seção 4 *Por uma história social da Mussuca – Laranjeiras (SE)*, tinha como alvo apenas a descrição das relações dos moradores da comunidade; isso é fundamental que se entenda, pois o conceito de *comunidade* que orienta este trabalho é o de *comunidade de fala*, entendida como “um grupo [de pessoas] que compartilha as mesmas normas a respeito da língua” (LABOV, 2008[1972], p. 188).

Refletiu-se sobre a possibilidade de um fator extralinguístico que controlasse a *geração*³⁰ dos participantes, ainda seguindo o modelo de aquisição para a situação de contato afro-brasileira, de Lucchesi e Ribeiro (2009), tendo como motivação a existência de relações de parentesco, pois há, na amostra, participantes que são mãe e filho, avó e neta³¹. Contudo, durante a etapa de revisão das entrevistas, verificou-se que o filho não cresceu com a mãe, mas foi criado por uma avó e que a neta não tinha tanta proximidade da avó, o que tornava inviável o controle geracional. Como a amostra já estava montada, não havia possibilidade de criar um critério de escolha durante a seleção dos participantes que controlasse a geração deles, então optou-se por trabalhar apenas com a faixa etária e relacioná-la com a TLI.

A partir dessa hipótese de proximidade/distanciamento do período escravocrata e, conseqüentemente, dos escravizados, parte-se do pressuposto de que os participantes da faixa III apresentarão uma maior oscilação em relação ao preenchimento e apagamento do sujeito pronominal em comparação com os dados de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) – tendo em

³⁰ A proposta é que, em pesquisas futuras, se grave um *corpus* com uma comunidade afro-brasileira com o objetivo de controlar o fator geracional por meio de entrevistas com membros de uma mesma família, mas de diferentes gerações: avó/avô, mãe/pai e filhos(as).

³¹ A mãe (participante 9) e o filho (participante 4) pertencem a um núcleo familiar diferente das participantes que são avó (participante 7) e neta (participante 6), ou seja, são oriundos de duas famílias.

vista a TLI, e os da faixa I tenderão a um maior preenchimento, que se aproximará das amostras dessa autora, considerando-se a finalização da mudança do PSN (DUARTE, 2020). Para compreender se a presença afro-brasileira influencia ou não o preenchimento do sujeito, comparar-se-á os dados linguísticos de realização ou apagamento do sujeito pronominal da Mussuca com os dados de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), que trabalhou com *corpora* de variedade urbana.

5.2 OS FATORES CONDICIONANTES LINGUÍSTICOS

Analisando-se a variável dependente binária *sujeito nulo de referência definida x sujeito pronominal pleno de referência definida*, examinar-se-á a amostra com o objetivo de perceber quais destes grupos de fatores linguísticos favorecem ou não a realização da variável dependente, tendo em vista os grupos de fatores selecionados como relevantes nas análises de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a):

i) pessoa gramatical do sujeito – 1ª, 2ª ou 3ª do singular/plural: os estudos têm demonstrado que a terceira pessoa é um contexto de resistência à implementação do sujeito pronominal (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a; LUCCHESI, 2009c), pois reforça os traços enfraquecidos de *Agr* (*Agreement/Concordância*) com referência a um elemento externo (DUARTE, 1995); Barbosa, Duarte e Kato (2005), comentando os dados de Duarte (1995), chamam a atenção para o fato de que a terceira pessoa, assim como a segunda, é “morfologicamente desmarcada” (BARBOSA; DUARTE; KATO, 2005, p. 21), o que deveria exigir também o preenchimento naquela, mas não é o que acontece nem no PB nem no PE. Conforme Duarte (2019a), na segunda pessoa, a opção pelo sujeito pronominal é uma mudança “praticamente concluída” (DUARTE, 2019a, p. 108), na primeira pessoa há uma média de 25% de sujeitos nulos, sendo a terceira pessoa o contexto mais resistente, mas que também já apresenta índices mais baixos de sujeitos nulos.

ii) desinência número-pessoal do verbo – [-pessoa/-plural]: Ø/-ou; [+ pessoa/-plural]: -o/-ei; [+pessoa/+plural]: -mos/-mo; [-pessoa/+plural]: -m: a simplificação do paradigma flexional do verbo, em decorrência da entrada de *a gente* e *você* no quadro pronominal do PB, acelerou a mudança na marcação do PSN (DUARTE, 1993, 1995, 2018a; ROBERTS, 2018[1993]; TARALLO, 2018a[1993]), não sendo a morfologia mais totalmente um fator de identificação do sujeito, ainda que pareça existir resquícios de sujeitos nulos identificados

pela morfologia verbal no PB (ALMEIDA, 2005). Nesse condicionante, segundo Lucchesi (2009c), aplica-se ainda o *princípio de saliência fônica* de Naro e Lemle (1976), pois o morfema número-pessoal que mais favorece o sujeito nulo é o *-mos* – algo também demonstrado por Duarte (2019a).

iii) tipo sintático da oração – independente, completiva, adjunta anteposta, adjunta posposta, raiz anteposta, raiz posposta, relativa: as orações independentes, completivas e adjuntas pospostas se mostraram fatores significantes para a realização do sujeito nulo em Duarte (1995), principalmente as primeiras, sendo as relativas as que apresentam os menores índices de nulos.

iv) traço semântico do sujeito – [+animado], [-animado]: a animacidade é um fator que contribui muito para a diferença entre sujeito nulos e preenchidos no PB (BARBOSA; DUARTE; KATO, 2005), sendo que o traço de [+animado] favorece o preenchimento do sujeito, uma vez que o traço [-animado] tem sido um fator de implementação das categorias vazias e responsável pelo retardamento da mudança do PSN no PB (DUARTE, 1995, 2019a; ALMEIDA, 2005; ALMEIDA; CARNEIRO, 2009; LUCCHESI, 2009c). Analisando atas escritas por africanos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, na Bahia do século XIX, Almeida e Carneiro (2009) obtiveram um percentual de 80% para sujeitos nulos animados e 100% para inanimados, evidenciando a importância do controle desse traço nas análises do PSN. A existência de sujeito pronominais [-animados] tem sido um exemplo da mudança paramétrica do PB, segundo Duarte (2019a), pois isso não é um traço de línguas românicas *pro-drop*, o que para a autora é um “efeito colateral da mudança” (DUARTE, 2019a, p. 107), ou seja, um encaixamento linguístico da modificação do PSN (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]). O traço [-específico] não será considerado tendo em vista que foram poucos os sujeitos com esse traço no *corpus* de Duarte (2019a).

Das amostras, os seguintes contextos serão desconsiderados:

i) sujeitos nulos expletivos com verbos inacusativos:

- (4) Ele britando. Quando entupia, ele batia a chave na emergência do motor, né? Aí... parava. Eu disse: "e agora? Qual o primeiro passo?". Ele disse: "agora a gente vai bloquear o britador, chamar o eletricista pra bloquear e fazer o processo de desentupimento". Que entupia quando Ø **chovia** muito... barro... aí o martelo deslizava (Participante 5).

- (5) Doc.: E ela era sua colega desde pequena?
 Inf.: Assim... não. Eu conheci ela \emptyset **há** uns tempo aí, mas ela se formou, se tornou uma grande amiga minha, sabe? (Participante 6).

ii) construções com verbo *ser* que possuem um sujeito nulo com valor dêitico:

- (6) Aí chamei o eletricitista, ele bloqueou. \emptyset **Foi** lá, \emptyset **olhou**, ele disse "oh tenha paciência pegue uma vara" (Participante 5).
- (7) Doc.: vai ter milho aqui no São João?
 Inf.: rum...
 Intr.: tem... tem muito milho.
 Inf.: o pessoal robá muito. Uma vez na roça da gente, \emptyset **foi** colher para vender quando chegou lá o... o [inint.] já tinha catado (Participante 8).

iii) sujeitos nulos categóricos e expressões cristalizadas:

- (8) **Sei lá** poque já é no costume assim Itaipava é boa mas sei lá... sou mais Skin (Participante 6).
- (9) Tinha um velho ontem de Riachuelo aí, um velhinho. Seu Pedro parece, seu Paulo.... **sei lá** como é o nome (Participante 4).
- (10) Doc. Mas... ela ainda é hoje?
 Inf.: óia, **má repare** se num é (Participante 3).

iv) sujeitos com pronomes lexicais categóricos que forem modificados por numeral, quantificador, etc., que estejam em construções clivadas ou sendo usados como contrastivos ou de maneira genérica:

- (11) Aí o médico tava... levaram o médico. Chegou lá o médico olhou pra mim assim... Eu em pé, meu cumpadre João em pé, co... cochilou com um filho meu assim, outro assim e eu em pé assim como tá **nós dois** aqui olhando pro médico. Aí o médico fez assim... o médico já sabia (Participante 2).
- (12) Seis pessoas já é o que? formação de quadrilha né não? Que as polícia acha. Você viu na televisão? No dia que eu tava trabalhando, passou não, mas no outro dia passou. Aí meu menino [...] disse assim: "mainha, Baby rodou". **Eu** digo: "rodou aonde?" (Participante 9).
- (13) Hoje as mulhere... a maioria trabalha e não espera por marido não. E **ela** tem o dela e **ele** tem o dele (Participante 9).
- (14) Olhe a [inint.] jenipapa porque nunca comeu, sabe, aí a pessoa não sabe o quê [inint.] que é bom, o quê que é ruim, mas **a gente que** já vivia assim (Participante 10).

v) sentenças raízes com verbos epistêmicos:

(15) **Eu** acho que se eu dissesse... se eu tiver grávida, **eu** acho que eu corro nua por aí doida desesperada (Participante 3).

(16) Aí nessa vez agora ele foi preso lá ni Propriá, minha filha. Uma ruma de... ((RISOS)). Foi pra lá, Ø **pensa** que não... (Participante 9).

vi) Sujeitos nulos em respostas afirmativas e em contextos de pergunta-resposta que apresentem respostas curtas e nas quais o verbo da resposta seja da mesma raiz do presente na pergunta:

(17) Doc.: o senhor tá tomando remédio hoje, né?

Inf.: ah.

Doc.: tá tomando remédio agora?

Inf.: **é**, só só assim (Participante 1).

(18) Doc.: E o senhor também sambava?

Inf.: Ø sambava (Participante 2).

vii) o verbo *ser* em contextos de hesitação e/ou construção de pensamento:

(19) Aí a ambulância, **é...** o táxi quando a am... não vem a ambulância não vem, tem que chamar um táxi ou então o carro próprio de casa quando [inint.] quando tem em casa né? o caso é esse (Participante 6).

(20) Assim, **é...** Silvio Santos é difícil **a gente** assistir, sabe? **A gente** assiste mais assim Rodrigo Faro, assim, de tarde, dia de domingo (Participante 10).

viii) contextos nos quais exista um elemento ininteligível ([inint.]) antes do verbo, na gravação, sem qualquer pausa marcada:

(21) Meu avô, o pai de minha mãe, tinha uma casa grande naquele tempo que eles tiveram por ser **[inint.]** tinha muito filho, e dentro de casa ele fez uma mesa grande dessa [inint] aqui, negócio aí da mesa (Participante 1).

(22) Num bula com ela não, meu fio. Psiu! **[inint.]** Venha (Participante 2).

ix) Sujeitos pronominais *a gente* e *você(s)* com referência [-definida/+genérico]:

(23) E Perguntava como era o nome daquelas covinha, aí algum deles dizia **é... a gente** faz a Mussucazinha, uma mussuquinha pra plantar essa mandioca (Participante 1).

(24) Circ.: Mas aqui... assim né? **é** um negócio assim um uma coisa que ninguém respeita ninguém né? Inda mais com essa folia aqui.... **a gente...** se o dono falar ainda morre. Part.: **É, cê** pode até ver quem foi, mas não pode falar (Participante 5).

x) orações coordenadas que tenham sujeitos correferentes não serão computadas a partir da segunda oração:

(25) Aí foi quando, graças a Deus, eu não saí, **Ø** fiquei e todo mundo foi se admirando de mim porque **eu** passei [falando sobre uma seleção na empresa onde trabalha] (Participante 1).

(26) Então, amanheceu o dia, ele veio pr'aquí, ninguém sabia, **ele** morava lá e veio pra aqui e eu moro aqui do outro lado (Participante 2).

xi) Sujeito nulos em verbos que funcionam como marcadores discursivos:

(27) Doc.: é e [Falando sobre o tempo que eles estão juntos] Deu certo num foi?
Part.: Deu... graças a deus deu, **Ø viu?** (Participante 2).

(28) Pesco de rede, de milongo, numa rede, **Ø tendeu?** (Participante 4)

(29) Assim, é... Silvio Santos é difícil a gente assistir, **Ø sabe?** (Participante 10).

5.3 OS FATORES CONDICIONANTES SOCIAIS

Como afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), é a interação entre fatores linguísticos e sociais que impulsionam a mudança – e, de certa forma, intensificam os processos de variação. Dessa forma, o controle de fatores condicionantes sociais aponta para a relação entre língua e sociedade, pois, através deles, pode-se perceber que as variações linguísticas carregam as marcas das diferentes características sociais do falante (COELHO *et al.*, 2019), além de ser um elemento que pode acelerar ou retardar o processo de mudança. Para Labov (2008 [1972], p. 21), “dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo”.

Por exemplo, a aplicação de uma maior regra de CV padrão pelos falantes menos escolarizados é um indicador de que há algo social atuando sobre a variedade linguística da Mussuca, que por sua vez é influenciado pela compreensão de que a CV não padrão é avaliada socialmente de maneira negativa. Isso faz com que os menos escolarizados, que são, em sua maioria, os representantes das práticas artísticas da comunidade, pois saem para apresentá-las em outras cidades, apliquem mais a regra de CV padrão. A compreensão da importância do controle dos fatores sociais demonstra que apenas os fatores internos/linguísticos “difícilmente pode contar toda a história” (LABOV, 2008[1972], p. 20) dos processos de variação e mudança.

Diante disso, neste trabalho, os fatores condicionantes sociais que serão controlados são os tradicionais da sociolinguística: faixa etária, sexo e escolaridade. O controle da faixa etária possibilita compreender em qual estágio a mudança está, principalmente porque o PSN

não é avaliado de maneira negativa no PB. No caso deste trabalho, um estudo em tempo aparente (LABOV, 2008[1972]; PAIVA, 2020), que compreende que a aquisição da linguagem se dá na infância (PINTO; ANDRADE, 2019) e que os descendentes de escravizados aprenderam o português a partir de uma variante linguística bastante alterada (COUTO, 1996; LUCCHESI; BAXTER, 2009; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), esse condicionante social ajudará a verificar se a mudança paramétrica do PSN foi acelerada ou não pelo processo de TLI.

Essa compreensão será possível por se entender que os participantes da faixa etária III são os mais próximos das gerações de escravizados – podendo ser colocados no Grupo 4 das gerações de Lucchesi e Ribeiro (2009) – e aqueles que sofreram uma menor pressão da normatização da escola, pois a maior realização de CV padrão desse grupo é decorrente da sua participação nas práticas sociais da comunidade. Portanto, como aponta Paiva (2020, p. 27), “o construto do tempo aparente envolve admitir um sistema linguístico estável no indivíduo e mutável na comunidade de fala”.

Nos dados de Duarte (1995), o sexo e a idade se mostraram “fatores importantes na implementação da mudança” (DUARTE, 1995, p. 50). Na tese da autora, os participantes da faixa etária mais alta foram selecionados como fator mais significantes para a ocorrência do sujeito nulo (.62) e os do sexo masculino foram os que se mais se destacaram (.55) (DUARTE, 1995). Na Mussuca, no entanto, o resultado do fator sexo pode ser um pouco diferente, já que são as mulheres as que mais saem da comunidade em razão das apresentações do samba de roda. Contudo, os homens também possuem papéis sociais relevantes na comunidade e trabalham fora, em indústrias.

Por fim, o fator escolaridade pode indicar se a mudança em fase final (DUARTE, 2020) resiste até mesmo ao processo de escolarização, tendo em vista que a presença ou ausência do sujeito não é estigmatizado socialmente (DUARTE, 1995; LUCCHESI, 2009c; 2015). Dessa forma, o grau de escolaridade pode indicar se a implementação do sujeito é realizada mesmo em contextos nos quais a gramática normativa não prevê, como é o caso de orações subordinadas encaixadas e coordenadas correferenciais não iniciais:

(30) Ih, tá com três ano já que **eu** tô assim, só em casa assim. Saio daqui pra ali vou (Participante 1).

(31) Tinha a sexta série, né?... que eu tenho. Aí quando entrei lá, eu tinha sexta série, aí lá, dentro da VC, **eu** concluí o ensino médio (Participante 5).

Os estudos sociolinguísticos procuram demonstrar que a variação e a mudança são

processo que correlacionam fatores sociais e linguísticos, isto é, eles se encaixam dentro do sistema da língua, mas também podem ser implementados de forma rápida ou não em razão de questões sociais. Assim, busca-se descrever o comportamento do PSN na comunidade de fala da Mussuca, objetivando perceber quais fatores condicionantes são relevantes no compartilhamento das regras a respeito do fenômeno (LABOV, 2008[1972]).

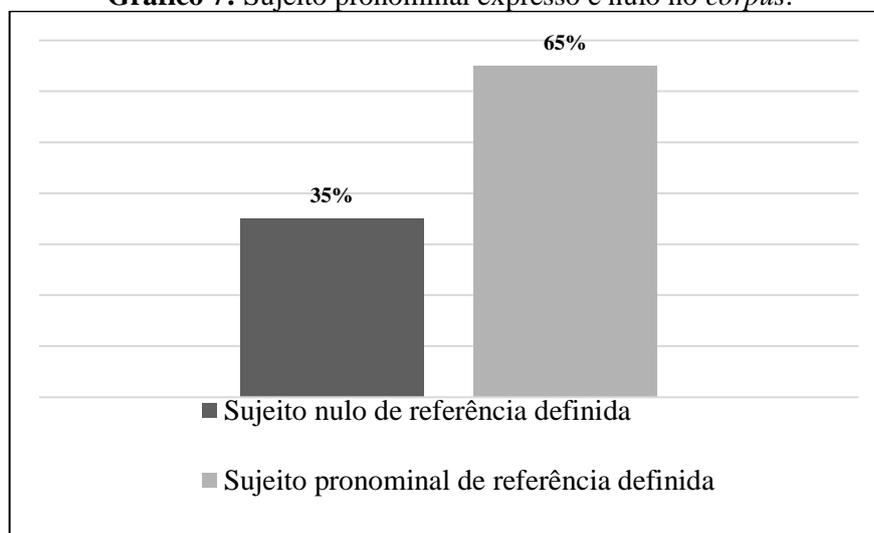
6 O SUJEITO PRONOMINAL NA COMUNIDADE MUSSUCA

[...] o trabalho quantitativo não é um substituto, mas apenas um acessório para a análise linguística. [...] [O programa] não nos diz o que os números significam, muito menos faz linguística por nós. Se estamos perguntando: “Qual seria a melhor generalização linguística?”, a resposta vem de nossa teoria linguística, não de um programa estatístico (GUY, 2007, p. 65)

As contribuições empíricas desta pesquisa, com o objetivo de expor novas informações sobre o PB (BORTONI-RICARDO, 2021), são apresentadas nesta seção, na qual se discute, a partir de uma análise quantitativa, quais fatores linguísticos e socioculturais são relevantes para a realização ou não do sujeito pronominal no português afro-brasileiro falado pela comunidade quilombola Mussuca (Laranjeiras/SE), com a finalidade de contribuir para o processo de descrição e análise do português afro-brasileiro em Sergipe (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b) e de perceber os contextos de maior favorecimento e de resistência no preenchimento do sujeito considerando a finalização da remarcação paramétrica (DUARTE, 2020), já que a amostra é de uma variedade sincrônica, o que permite descrever o estágio da mudança no PB atual.

De forma geral, no português falado na Mussuca, seguindo o quadro de mudança na realização do sujeito no PB, a preferência é nitidamente pelo preenchimento do sujeito pronominal, apresentando um baixo índice de nulos:

Gráfico 7: Sujeito pronominal expresso e nulo no *corpus*.



Fonte: Elaboração do autor (2023).

A preferência pelo uso do pronome na posição de sujeito, 687/1056 realizações (65%),

evidencia que o PB tem preenchido cada vez mais o sujeito, como mostraram diversos estudos (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a; ALMEIDA, 2005; LUCCHESI, 2009c), e que não tem se tornado uma língua de sujeito nulo parcial (DUARTE; MARINS, 2021), pois os dados do PB sempre mostram a prevalência do sujeito pronominal exposto e índices cada vez mais baixos de sujeitos nulos, e não uma igualdade de preferência entre a forma preenchida ou nula. Ou seja, como apontou Duarte (1993, 2018a), no PB, no *input* oferecido à criança, há poucas evidências de uma opcionalidade na representação fonética do sujeito, pelo contrário, os aprendizes encontram quase uma obrigatoriedade de preenchimento, restando apenas alguns contextos de resistência, resquícios de uma língua *pro-drop* nesse processo final de remarcação paramétrica (DUARTE, 2020), sendo esses resquícios decorrentes do processo de mudança paramétrica e não de uma língua de sujeito nulo parcial.

Entretanto, a defesa do PB como uma língua de sujeito nulo parcial ainda é uma posição assumida por alguns autores como Holmberg, Nayudu e Sheehan (2009). A própria Duarte (1995) apontou para a necessidade de se considerar línguas nas quais as propriedades de marcação do sujeito pronominal não se revelam como totalmente positivas ou negativas e, juntamente com Mary Kato, propôs que o PB fosse uma língua de sujeito nulo parcial (KATO; DUARTE, 2014). Mas, como apontou Duarte (1995), o PB poderia ser analisado dessa forma por estar passando por um período de mudança no seu sistema flexional/pronominal. Recentemente, Duarte (2020) assumiu a posição de que o PB tem se torna uma língua *não pro-drop*, que está no final da remarcação, momento no qual a mudança fica mais lenta.

Portanto, a variedade sincrônica da Mussuca indica que a gramática que atua na comunidade não é mais de uma língua *pro-drop*, mas apresenta características de uma remarcação do valor do PSN.

O fator *pessoa gramatical* apresentou os seguintes percentuais:

Tabela 1: Percentuais de sujeitos nulos com relação às pessoas gramaticais separadamente.

Pessoa Gramatical	n.	t.	%
1ª pessoa do singular (eu)	161	433	37
2ª pessoa do singular não distintiva (tu)	-	-	-
2ª pessoa do singular distintiva (você)	20	32	62
3ª pessoa do singular (ele/ela)	106	307	34
1ª pessoa do plural (nós)	16	52	23
1ª pessoa do plural (a gente)	48	175	27
2ª pessoa do singular não distintiva (vós)	-	-	-
2ª pessoa do singular distintiva (vocês)	1	1	100
			Nocauté
3ª pessoa do singular (eles/elas)	17	40	42

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Como apontou Macêdo (2022), a tabela acima demonstra uma preferência pelo uso de *a gente* em vez de *nós*, o que favorece o uso da desinênciça zero (\emptyset) no português afro-brasileiro da Mussuca. O contexto de primeira pessoa do plural, seja com *nós* ou *a gente*, apresenta-se como o mais favorável à realização do sujeito pronominal exposto – 23% e 27%, mesmo em construções com *nós* nas quais o verbo não apresenta as marcas de CV padrão; a desinênciça zero que acompanha os pronomes *a gente* e *ele/ela* favorece o preenchimento do sujeito, sendo os contextos de terceira pessoa do singular e primeira pessoa do plural com o *a gente* os que apresentam baixos percentuais de sujeitos nulos no *corpus* – 27% (*a gente*) e 34% (*ele/ela*).

- (1) **Nós** morava no meio da mata, fazia o roçado no meio e fazia a casa ali escondido (Participante 1).
- (2) **A gente** aqui num tem muita oportunidade pra muitas coisa não e vida que segue (Participante 4).
- (3) **Ele** [professor de história] fala lá e **a gente** vai entender o quê? (Participante 6).
- (4) A minha relação no samba de pareia começou, assim, porque meu pai era (pratão) do grupo São Gonçalo e era tirador de samba de pareia... noite de São João, meu pai... Tendeu? E **ele** tinha também o reisado, que hoje em dia eu tô recolhendo né? (Participante 7).
- (5) Doc.: Quer dizer que passam o dia catando?
Part.: Não, **nós** passamos assim a semana toda. Quando tem a semana toda, a gente passa a semana toda cantano (Participante 10).

Contudo, na variedade mussuquense, os dados demonstram um comportamento diferente na segunda pessoa (singular/plural), como a tabela abaixo apresenta:

Tabela 2: Percentuais de sujeitos nulos com relação às pessoas gramaticais.

Pessoa Gramatical	n.	t.	%
1ª pessoa	225	676	33
2ª pessoa	21	33	64
3ª pessoa	123	347	35
Total	369	1056	35

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Na amostra, não foi encontrada nenhuma ocorrência de *tu/vós*, formas distintivas de segunda pessoa, de referência definida ou indefinida; e houve apenas uma ocorrência de *vocês*, sem marca de CV padrão, gerando um nocaute na primeira rodada dos dados – por isso optou-se por apresentar as pessoas gramaticais juntas:

- (6) Part.: do terreiro, eu gosto muito.
 Doc.: E aqui tem, dona Nadi me falou chama nangô, nagô... xangô né?
 Part.: xangô.
 Doc.: xangô.
 Part.: o povo chama de xangô.
 Circ.: xangô.
 Doc.: na Bahia, a gente não chama assim não.
 Circ.: é nagô, né?
 Doc.: é nem é nagô...
 Part.: lá, na Bahia, Ø [vocês] chama terreiro, né?
 Doc.: terreiro, é (Participante 2).

Os resultados dessa variável mostram que os índices de sujeitos pronominais nulos estão cada vez mais baixos, mesmo na primeira pessoa, que, de forma geral, ainda conserva uma desinência número-pessoal própria em relação às demais – no caso do *eu* e do *nós*, tem se uniformizado, apresentando a menor porcentagem de nulos (33%), mesmo possuindo o maior número de realização de sujeito pronominal nulo (225/676). Esse dado corrobora os apresentados por Duarte (1993), pois, na última sincronia do seu estudo (1992), o índice mais baixo de nulos era o de primeira pessoa, seguido pela segunda e depois pela terceira. Contudo, diferente dos estudos de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), Almeida (2005) e Lucchesi (2009c), os percentuais mais altos de sujeitos nulos no *corpus* estão na segunda pessoa não distintiva (64%), sendo que a terceira pessoa *ele(s)/ela(s)* apresentou um percentual próximo da primeira pessoa, 35%, mostrando uma aproximação do contexto de resistência das demais pessoas, isto é, uma finalização da remarcação paramétrica do PB (DUARTE, 2020).

De forma geral, a ausência dessas formas e a pouca realização da segunda pessoa não distintiva *você/cê* – 32/1056 ocorrências (3%), pode ser consequência da forma como a narrativa dos informantes se desenvolveu, ou seja, com um viés mais histórico sobre a comunidade, fazendo com que pouca referência à essa pessoa fosse feita. Além disso, a própria forma de "diálogo" entre participante e documentador que, em parte das gravações, acaba assumindo uma forma de entrevista na qual há perguntas e o participante se limita apenas a responder – como é o caso da participante 9 que, aparentemente, apresentou uma resistência à gravação, pois a documentadora tinha que fazer um esforço para que a participante falasse e essa perguntou, no meio da entrevista, se já tinha acabado³², demonstrando uma espécie de pressa ou “impaciência”:

- (7) Doc.: nasceu aqui?
 Part.: foi, nasci e me criei aqui.
 Doc.: a senhora gosta daqui.
 Part.: gosto, que é um lugar quieto.

³² A gravação tem uma duração de 30min26seg e ela perguntou isso aos 16min45seg.

Doc.: quieto, né?

Part.: é.

Doc.: olhe, a gente vai conversar. Assim, pode ficar bem à vontade, é... para a gente, do que a senhora puder falar, para a gente tudo é bem vindo, não precisar ficar preocupada, é coisa simples, viu? Precisa ficar pensando que não sabe falar, é coisa normal viu?

Part.: ((RISOS)) eu não sei falar mesmo.

Doc.: ((RISOS)) é coisa nor... é... é uma bate-papo, é uma conversa.

- (8) Doc.: desses cantores, assim, da... do... do Brasil, assim, qual o que a senhora mais gosta? Assim, a música que a senhora gosta.

Part.: Roberto Carlos e Amado Batista.

Doc.: Hum... Amado Batista e Roberto Carlos.

Part.: é sim, que é umas músicas sadias, uma música que tem letra, né?

Doc.: é codorna ali? Um... um passarinho não, né? Sei lá... Lá...

Part.: pronto, acabou?

Doc2.: é uma rolinha.

Doc.: está terminando.

(Participante 9)

Outro elemento que pode contribuir para essa ausência é o fato da variável dependente ser constituída apenas de elementos com referência definida, porque, ao longo das entrevistas, o pronome *você(cê)* apareceu outras vezes, mas com referência indefinida:

- (9) Doc.: Como é a criação de galo de briga? como é?

Part.: A criação de galo de briga é você... pronto **cê** tem que tirar a sua raça, é, **cê** tem que tirar, **cê** tem que ter a sua raça (Participante 4).

- (10) Circ.: Mas aqui... assim né? é um negócio assim um uma coisa que ninguém respeita ninguém né? Inda mais com essa folia aqui... a gente... se o dono falar ainda morre.

Part.: É, **cê** pode até ver quem foi, mas não pode falar (Participante 5).

Na segunda pessoa, o contexto discursivo de interrogativas, que se aproxima do tipo *sim/não* pode explicar o alto índice de nulos, distanciando-se do esperado para o PB como apresentaram diversos estudos (DUARTE, 1993, 1995, 2018a, 2019a; ALMEIDA, 2005; LUCCHESI, 2009c), uma vez que, como apresentado por Duarte (1993, 2018a), ele é favorável para a omissão do sujeito, sendo um contexto de resistência:

- (11) Doc.: Aí dá uma infecção ali e aí...

Part.: Mata. Esse rapaz morreu com três dia que ele [mutuca(peixe)] mordeu.

Doc.: Dá uma gangrena uma coisa.

Part.: **E o miquim, Ø vê falar do miquim?**

Doc.: miquim também (Participante 1).

- (12) Part.: [A casa] Tinha um corredor. Isso agora acabou a moda, mas tinha é... ainda tem... alguma casa tem corredor, né. **Ou Ø não sabe o que é corredor?**

Doc.: Sei (Participante 1).

- (13) Part.: Senta aí.
 Circ.: Não, já vou.
 Part.: **Já vai?** [O Circ. parece sair do espaço] (Participante 2).
- (14) Part.: Hoje, daqui a pouco eles vão. Aí tem uns guaiamum. **Ø Quer ver uns guaiamum?**
 Doc.: Quero.
 Part.: Depois cê vê os guaiamum (Participante 4).

Portanto, a variedade afro-brasileira usada na Mussuca parece se comportar de maneira diferente dos dados de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), que trabalhou com uma variedade urbana, mas também dos de Almeida (2005) e Lucchesi (2009c), que estudaram comunidades afro-brasileiras e rurais, pois o maior índice de sujeitos nulos nesses trabalhos aparece na terceira pessoa, mas, no *corpus* desta pesquisa, o percentual mais alto está com a segunda pessoa – contudo, considere-se a pequena quantidade de dados encontrados, 33 ocorrências.

Como dito, esse alto índice de nulos pode ser explicado em razão do contexto de interrogativas do tipo que favorece resposta com *sim/não*, pois esse tipo de frase é um dos contextos de resistência do sujeito pronominal nulo de acordo com Duarte (1993, 2018a). Contudo, nesta pesquisa, não se controlou essa variável, mas, diante dos dados, foi feita uma contagem simples, de forma manual, sem o auxílio do Goldvarb X, apenas com a pequena quantidade de dados de segunda pessoa para controle do tipo de frase:

Tabela 3: Percentuais de sujeitos nulos com relação ao tipo de frase.

Tipo de frase	n.	t.	%
Declarativas	7	14	50
Negativas	4	4	100 ³³
Interrogativas	10	12	67
Total	21	33	64

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Excluindo o possível contexto de nocaute que dariam as negativas no Goldvarb X, o maior percentual de nulos de segunda pessoa está com as frases de tipo interrogativas, que, como demonstrado nos exemplos acima, possuem uma estrutura que favorecem a resposta de tipo *sim/não*, nas quais “o sujeito é pragmaticamente identificado” (DUARTE, 2018a, p. 96). Dessa forma, o comportamento atípico da segunda pessoa no *corpus* é explicado pela presença desse tipo de frase. Em (50), o sujeito aparece nulo quando há uma interrogativa, mas realizado em uma declarativa, evidenciando o contexto favorável ao nulo quando as ocorrências forem do primeiro tipo. Duarte (1995) já havia ressaltado isso ao comentar que a

³³ A célula dessa variável configuraria um nocaute no Goldvarb X.

segunda pessoa não é sensível ao tipo de tratamento – forma distintiva ou não distinta, mas o tipo de oração “parece mais importante na escolha da representação, com percentuais de 67 [declarativas] e 77 [interrogativas] de sujeitos nulos” (DUARTE, 1995, p. 11).

A relação entre os sujeitos nulos de segunda pessoa, tipo de frase e a faixa etária parece indicar que o contexto de resistência das interrogativas tem sido abandonado pelos mais jovens, pois das 10 ocorrências de interrogativas, apenas 2 foram realizadas por um participante da faixa II, as demais são de participantes da faixa etária III.

Diante desses dados, a hipótese que o sujeito pronominal expresso seria mais realizado nas duas primeiras pessoas gramaticais (singular/plural) não foi confirmada a partir do *corpus* analisado. Contudo, a tabela acima mostrou que o percentual de terceira pessoa se aproxima do de primeira pessoa – diferença irrelevante de 1%, evidenciando a finalização do processo de remarcação paramétrica, no qual a curva fica mais lenta, que atinge também essa pessoa gramatical (DUARTE, 2020); sendo o alto índice de nulos de segunda pessoa explicado pelas interrogativas (10/21).

Contudo, desconsiderando os dados de segunda pessoa pelas razões já apresentadas: presença de um número significativo de interrogativas com a segunda pessoa do singular (10/21) – o que explica o alto índice de nulos (20/32 – 62%) e nocaute na segunda pessoa do plural; os contextos mais favoráveis para a realização de sujeitos nulos são a terceira pessoa do plural (17/40 – 42%), a primeira pessoa do singular (161/433 – 37%) e a terceira pessoa do singular (106/307 – 34%). A terceira pessoa do singular e do plural como contextos de resistência do sujeito pronominal nulo dialogam com os estudos de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a) e de Lucchesi (2009c), sendo que, para aquela, os índices de nulos se apresentam cada vez mais baixos nessas pessoas, principalmente quando se percebe a relação do sujeito pronominal nulo com o traço de animacidade. O alto índice de sujeitos nulos de primeira pessoa foi motivado pelos informantes da faixa III:

- (15) Quando Ø saía da escola, Ø armoçava lá mesmo no Pilar, já saía pra roça (Participante 1).
- (16) Outra coisa, Ø só não sô carpinteiro e pedreiro ((RISOS)), e num tive tempo de aprender. Sabe como que é? (Participante 2).
- (17) Part.: E, pra lá pra baixo, a gente ia até perto em frente, quase Aracaju, ni canoa né, na época né... E Ø criei...
 Doc.: Pescando.
 Part.: É, pescando. E Ø criei meus fio. Eles, quando ficaram de dez, doze ano, eles ia pro mato caçar licuri, jenipapo, cajá, goiaba (Participante 7).

(18) Doc.: E baleado essas.... brincava de baleado?
 Part.: Ø Não sei o que é isso não (Participante 9).

Para Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), seguida por diversos estudos posteriores, o maior preenchimento do sujeito no PB tem uma relação com a simplificação do quadro flexional/pronominal dessa língua, motivo que pode ter acelerado a mudança na marcação do parâmetro, que se encaminha para uma finalização (DUARTE, 2020). Tendo em vista isso, tentou-se construir o quadro flexional/pronominal do português afro-brasileiro da Mussuca. Contudo, como sinalizado nas seções anteriores, a amostra utilizada neste trabalho possui uma assimetria e, considerando-se que foram analisados apenas sujeitos de natureza definida, é necessário que se entenda as potencialidades da descrição e da análise propostas aqui, mas também as suas fragilidades. Por exemplo, em razão da análise se deter nos sujeitos nulos e realizados definidos, é difícil apresentar um quadro pronominal da comunidade, principalmente pelo fato do *corpus* conter apenas 1 ocorrência de *vocês*.

E, como acontece nas variedades do PB, as formas flexionais distintas de segunda pessoa (*tu, vós*) não aparecem na amostra, o que pode ser consequência do procedimento metodológico adotado, pois a análise das entrevistas foi feita apenas até 30min – como explicado na seção anterior, o que pode influenciar essa não realização. Entretanto, se nenhum participante realizou essas formas pronominais no tempo analisado, há pouca probabilidade que o faça no restante da entrevista; e, em uma busca rápida no arquivo das entrevistas, nenhuma ocorrência desses pronomes foi encontrada. Todavia, para uma afirmação do desaparecimento da segunda pessoa distinta na variedade da Mussuca, um material maior é necessário, bem como a análise completa das amostras, pois, se as entrevistas disponíveis são poucas – um total de 13 – para essa afirmação, a não consideração de 3 entrevistas, em razão dos informantes não terem nascido na comunidade, torna mais difícil a apresentação do quadro pronominal do português afro-brasileiro da Mussuca.

Com os dados do *corpus*, tem-se este quadro flexional/pronominal:

Quadro 24: Percentuais de sujeitos pronominais nulos, desinências e pessoas gramaticais.

Pessoa Gramatical	Ø/-ou	-o/-ei	-mos/-mo	-m
1ª pessoa do singular (eu)	1/2 50%	160/431 37%		
2ª pessoa do singular (tu)				
2ª pessoa do singular (você/cê)	20/32 62%			
3ª pessoa do singular (ele/ela)	105/305 34%	1/1 100%		0/1 0%
1ª pessoa do plural (nós)	9/43		7/16	

	17%		44%	
1ª pessoa do plural (a gente)	47/174 27%		1/1 100%	
2ª pessoa do plural (vós)				
2ª pessoa do plural (vocês/cês)	1/1 100%			
3ª pessoa do plural (eles/elas)	5/13 38%			12/27 44%
Total	188/278 68%	161/432 37%	8/17 47%	13/29 44%

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Os resultados mostram uma frequente realização de construções com a presença do morfema “Ø/-ou”, sendo o contexto mais desfavorável para o sujeito pronominal nulo, mostrando a relação entre a ausência de marcas flexionais e o maior preenchimento do sujeito (LUCCHESI, 2009c). Conforme o quadro, todos os pronomes presentes no *corpus* apresentam uma relação com a desinência Ø/-ou, sendo esse grupo de desinência o que apresenta o percentual mais alto de sujeitos nulos (187/278 – 67%). Portanto, como apontam os estudos, principalmente os duartinos (DUARTE, 1993, 1995, 2018a), a indiscutível simplificação flexional do PB tornou as construções com sujeitos nulos marginais, gerando uma remarcação no valor do PSN nessa variedade (DUARTE, 2020); redução verificada também na variedade afro-brasileira da Mussuca e indicada pelo baixo índice de nulos.

Tabela 4: Percentuais de sujeitos nulos com relação à desinência número-pessoal do verbo.

Desinência número-pessoal do verbo	n.	t.	%
Ø/-ou	187	578	55
-o/-ei	161	432	37
-mos/-mo	8	17	47
-m	13	29	45
Total	369	1056	35

Fonte: Elaboração do autor (2023).

De forma geral, o sujeito pronominal nulo apresenta índices baixos em todas as desinências, apontando para o fato de as construções com esse tipo de sujeito estarem se tornando cada vez mais marginais (DUARTE, 1993, 1995, 2018a). O maior percentual de nulos aparece na desinência *-mos/-mo* em razão de uma maior realização da CV na Mussuca, mesmo que não em sua forma padrão – como é a desinência *-mos*, pois, como apontou Lucchesi (2009c), com relação à desinência *-m*, o contexto de saliência fônica parece favorecer o sujeito pronominal nulo.

- (19) Aí me botaram dentro do carro “umbora, pai! Umbora, pai!”. Aí eu disse “e o documento?”, aí Chocilo correu foi panhar o documento lá em cima. Aí me botaram dentro do carro pra eu ir pro hospital lá em Laranjeiras. Ø Cheguemo em Laranjeiras aí por umas seis e meia da noite, seis horas seis e pouco (Participante 2).

(20) Doc.: aí tinha que se inscrever então pra esse projeto [de casas populares]?

Part.: é, aí \emptyset se escrevemo, aí raramente... era assim... (Participante 3).

(21) \emptyset vamo ter que procurar um lugar melhor, tem que procurar um lugar melhor de soltar ela é, né? (Participante 4).

A saliência fonológica das desinências *-mos/-mo* e *-m* favorecem a realização do sujeito pronominal nulo na variedade linguística da comunidade, podendo se relacionar com uma maior realização de CV pelos participantes – principalmente os mais velhos (MACÊDO, 2022). A importância desse fator para o apagamento do sujeito já havia sido apontada por Lucchesi (2009c) em estudos com comunidades afrodescendentes, pois essas duas desinências número-pessoais possuem os maiores índices de sujeitos nulos no estudo desse autor:

Quadro 25: Sujeitos pronominais nulos no vernáculo de quatro comunidades rurais isoladas da Bahia segundo a flexão verbal.

Flexão	n.	t.	%
-mos	18	58	31
-m	20	63	32
-o/-ei	542	1.844	29
\emptyset	675	2.634	26
Total	1.255	4.599	27

Fonte: Adaptado de Lucchesi (2009c, p. 178).

De forma geral, em Lucchesi (2009c), há uma nítida preferência pelo sujeito pronominal exposto, pois, do total de dados, apenas 27% foram de sujeito pronominal nulo, sendo a desinência *-mos* é a que mais influencia na realização do pronominal nulo, decorrente da saliência fônica dessa desinência.

Os percentuais baixos no *corpus* mostram que a aquisição de CV padrão parece não afetar o PSN, fazendo com que o falante, ainda que adquira regras de CV padrão, continue preenchendo o sujeito. Essa questão pode estar relacionada à não avaliação social do fenômeno linguístico de preenchimento do sujeito e/ou ao quadro flexional simples também presente na variedade da Mussuca, que, apresentando uma maior uniformidade morfológica – permitindo mais de um sincretismo (ROBERTS, 2018[1993]), impossibilita a recuperação do antecedente em alguns contextos.

Nesse grupo de fatores, o maior percentual de sujeito pronominal nulo está no grupo de desinência \emptyset /*-ou*, podendo ser influenciado pela desinência *-ou*, que é distinta das demais e, por isso, pode apresentar ainda um número significativo de sujeitos nulos, como apontou Lucchesi (2009c). Porém, a desinência zero não foi controlada de maneira separada da *-ou*, fator que não permite compreender o percentual de 55%, principalmente considerando a relação de quase todas as formas pronominais com a desinência zero apresentada no quadro

flexional/pronominal da Mussuca.

No que diz respeito ao tipo sintático da oração, o *corpus* apresentou o seguinte percentual:

Tabela 5: Percentuais de sujeitos nulos com relação ao tipo de oração.

Tipo de oração	n.	t.	%
Independente	324	813	40
Completiva	8	91	9
Adjunta anteposta	12	41	29
Adjunta posposta	5	16	31
Raiz anteposta	4	9	44
Raiz posposta	14	63	22
Relativa	1	23	4
Total	369	687	35

Fonte: Elaboração do autor (2023).

As orações independentes possuem um percentual alto de ocorrências de sujeitos nulos (324/813 – 40%), mas esse continua sendo inferior a 50%, o que demonstra a preferência pelo maior preenchimento do sujeito também nesse contexto. O alto índice desse tipo de oração pode ser consequência da ausência de sentenças complexas e com inversões da ordem sujeito-verbo-objeto nos dados, ou seja, as orações independentes apresentam 77% (813/1056) do total de ocorrências no *corpus*, logo, isso gera um alto percentual. Contudo, a relevância desse tipo de construção se aproxima do de Duarte (1995) – 243/650 construções (37%), mostrando ser, de fato, esse um contexto que ainda permite um alto índice de sujeitos nulos. As sentenças raízes antepostas, que, de certa forma, aproximam-se sintaticamente das independentes, são as que têm o maior índice de nulos, diferenciando dos dados de Duarte (1995) no qual ficou entre os três tipos sintáticos com menos percentual de nulos.

- (22) **Ø Não assisto [novela, jornal] de jeito nenhum**, vou dormir, desligo [as luzes] (Participante 3) (Independente).
- (23) Eu não sei dizer se pegou, que não, sei **que ele correu**, teve medo do tiro e... Ø [o dono da casa] Marcou o cara. (Participante 1) (Completiva).
- (24) **Quando Ø [ela=máquina] entupia**, ele batia a chave na emergência do motor, né?, Ø aí parava (Participante 5) (Adjunta Anteposta).
- (25) E ele já fazia parte da família, porque ele é um tipo de um cara **que**, quando Ø tava de folga, **num saía aqui da Mussuca** (Participante 5) (Adjunta posposta).
- (26) E assim, essa maré de manhã mesmo, assim cedo, que a gente sai, porque, **quando a gente vai chegando**, que entra, ela [a maré] já tá enchendo, aí já tira mais pouco ainda (Participante 10) (Adjunta posposta).
- (27) **Nós fazia roça aqui na casa de farinha aqui de baixo mais meu pai**, quando eu

era mais novo, agora num faço roça mais não (Participante 4) (Raiz anteposta).

(28) Num dia assim, a gente... quando tem, que tem mesmo, que a gente tem, **Ø [a gente] dá para tirar um quilo** e, a maré de tarde, a gente, assim devagar ainda, dá para tirar dois quilo, dois quilos e meio, é assim (Participante 10) (Raiz posposta).

(29) Eles [os ladrões] bota uns negócio nas coisas **que a gente não sente nada** (Participante 10) (Relativa).

Na pesquisa de Almeida (2005), as localidades de Barra/Bananal – duas comunidades consideradas “gêmeas” – e Matinha, todas remanescentes de quilombos, apresentaram um percentual de 27% e 37% com orações absolutas e 24% e 33% com orações raízes, tipos de orações que se assemelham à estrutura sintática das orações independentes desta dissertação. Portanto, os percentuais de orações independentes (40%) aproximam-se do de Almeida (2005), demonstrando que esse é um contexto no qual o sujeito pronominal nulo ainda resiste:

Tabela 6: Percentuais de sujeitos pronominais nulos com relação ao tipo de oração nas comunidades de Barra/Bananal e Matinha.

Tipo de oração	Barra/Bananal			Matinha		
	n.	t.	%	n.	t.	%
Absoluta	373	1394	27	291	797	37
Coordenada	502	447	67	357	469	76
Raiz	73	305	24	133	398	33
Adjunta	28	136	21	38	132	29
Relativa	64	183	35	83	171	49
Completiva	57	191	30	53	173	31
Especial (introduzidas por porque)	13	41	32	10	49	20

Fonte: Adaptado de Almeida (2005, p. 119).

Contudo, observando-se a tabela, os sujeitos nulos apresentam os maiores índices com as orações coordenadas, porém, como Almeida (2005) ressalta, tendo como referência o estudo de Duarte (1995), esse percentual precisa ser analisado com cuidado, já que esse é um contexto no qual, mesmo línguas não *pro-drop*, permitem sujeitos nulos. Por isso, os dados dessas coordenadas não são comparáveis aos apresentados aqui, pois os sujeitos correferentes de coordenadas foram desconsiderados a partir da segunda oração – como explicado na seção de metodologia.

A polarização observada por Duarte (1995) entre orações independentes e relativas se repete aqui também, pois esses grupos representam, respectivamente, 40% e 4% das ocorrências. As orações completivas também apresentam um percentual de 9%, um índice bem inferior ao de Duarte (1995) – 21/89 (24%), mesmo a quantidade total de dados sendo bem próxima – aqui foram 91 ocorrências, o que indica o avanço da mudança em outros contextos sintáticos além das relativas.

Nos dados de Almeida (2005), os extremos entre independentes e relativas não se repetem, porque a oração que tem menor índice em Barra/Bananal é a *adjunta* e em Matinha a *especial (introduzida por porque)*. Na verdade, nessas comunidades, as orações relativas possuem ainda um número expressivo de pronominais nulos, sendo 35% e 49%, respectivamente. Como apontou Almeida (2005), a diferença significativa de nulos nas relativas com o trabalho de Duarte (1995) se deu pelo fato dela considerar qualquer pronome foneticamente realizado após o *que*, diferente dessa autora que trabalhou com categorias vazias na posição de sujeito que não tinham correferência com o núcleo da relativa. Lucchesi (2009c) não controlou o tipo sintático da oração nos seus dados.

Os 4% de orações relativas no *corpus* são referentes a 1/23 construções realizadas pela participante 10 (faixa II):

(30) Já teve muito, que Ø [eles] pegava mesmo aí à vontade, mas agora...

As relativas de Duarte (1995) também foram realizadas por um único informante, só que da faixa etária mais alta – de 59 a 74 anos, e aqui a participante 10 tem 50 anos; isso demonstra que relativas nulas são construções cada vez mais raras no PB, sendo utilizadas por falantes mais velhos. Entretanto, diferente dos achados de Duarte (1995), na Mussuca, a faixa etária mais alta (a partir de 61 anos) é a que tem mais construções com sujeitos pronominais expressos em relativas: 12/21 (57%); o grupo de informantes mais novos realiza apenas 3/21(14%) das construções com sujeito pronominal expresso.

Os participantes da faixa III também apresentaram um comportamento diferente do esperado na pesquisa de Macêdo (2022), pois, no estudo da autora, esses foram os responsáveis pelos maiores índices de CV padrão; consequência, segundo ela, das práticas sociais desses indivíduos que fazem com que saiam com frequência da comunidade, diferente dos jovens. Contudo, o elemento que pode fazer com que esses participantes tenham o maior número de sujeitos pronominais expressos é a não participação no processo de escolarização, pois nenhum deles chegou a ir à escola. Já os que estão na faixa I e II cursaram, no mínimo, até o 7º ano do Ensino Fundamental. Em outras palavras, as construções com sujeito pronominal nulo podem ser influência da escolarização, mas o percentual é baixo para permitir alguma conclusão sobre isso. Contudo, o fato de as únicas duas realizações de relativas nulas no *corpus* serem da participante 10, que cursou até o 7º ano do Ensino Fundamental, pode ser um forte indicativo da participação da escola na recuperação de formas de sujeito pronominal nulo.

De forma geral, os dados do tipo sintático de oração demonstram a preferência pelo

sujeito pronominal expreso, em todos os contextos, ao se ter índices de sujeitos nulos abaixo de 50%, sendo os mais altos os de orações raízes antepostas (44%) e de independentes (40%). A preferência pela realização do sujeito é alta inclusive em orações relativas e completivas, contextos que, geralmente, são de sujeito pronominal nulo, o que, como apontou Duarte (1993, 2018a), faz do PB uma língua com muitas opções para o preenchimento e não para a omissão do sujeito. Isso reforça a compreensão de que o PB não tem se tornado uma língua de sujeito nulo parcial (DUARTE; MARINS, 2021), pois não há uma indiferença em relação à nulidade ou preenchimento do sujeito, mas, como já apontavam os dados de Duarte (1993, 1995, 2018a), uma clara preferência pela realização pronominal do sujeito, demonstrada pelo aumento desse tipo de construção desde a segunda metade do século XIX nessa variedade.

Na segunda viagem diacrônica no PB, Duarte (2019a) refinou suas pesquisas anteriores (DUARTE, 1993, 1995, 2018a) demonstrando que a animacidade dos sujeitos de terceira pessoa, no PB, é um traço que favorece muito o preenchimento do sujeito. Nos dados do *corpus*, esse traço semântico também foi selecionado pelo programa estatístico como relevante:

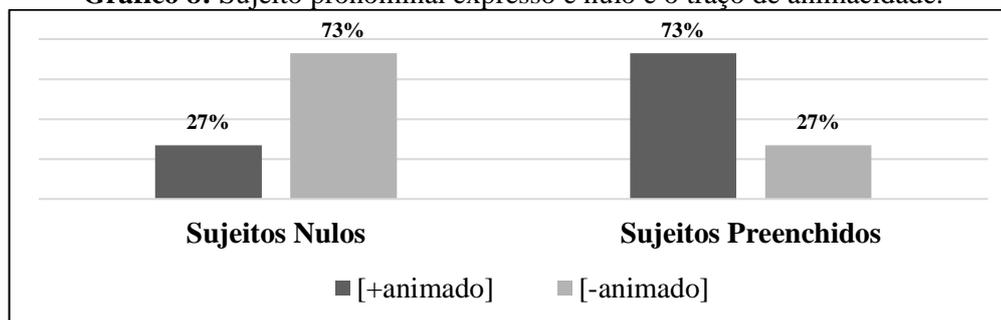
Tabela 7: Percentuais de sujeitos nulos com relação à animacidade do sujeito.

Traço semântico do sujeito	n.	t.	%
Animado	79	287	27
Inanimado	44	60	73
Total	123	347	35

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Os dados demonstram que o traço [+animado] é um contexto no qual a opção é pelo sujeito pronominal expreso ao apresentar apenas 27% de nulos – sendo 79/287 construções; enquanto, no caso de sujeitos inanimados, a opção é pelo sujeito pronominal nulo – 73%, 44/60 dados. É interessante observar que os percentuais se invertem, pois o traço [+animado] apresenta um percentual de 73% – ou seja, 208/287 construções – de sujeitos pronominais expressos, enquanto o [-animado], 73% de nulos – 44/60 dados:

Gráfico 8: Sujeito pronominal expreso e nulo e o traço de animacidade.



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Esse gráfico mostra que o sujeito pronominal nulo é favorecido pela inanimacidade e a realização pronominal pela animacidade, como apontaram Duarte (2019a), Almeida (2005), Almeida e Carneiro (2009) e Lucchesi (2009c), demonstrando que altos índices de nulos com o traço [-animado] é próprio de línguas *pro-drop*. A especificidade do sujeito não foi controlada tendo em vista que Duarte (2019a) apontou que o traço [+/-animado] se sobrepõe ao [+/-específico], sendo mais relevante o primeiro por atuar mais diretamente no processo de implementação do sujeito pronominal expresso no PB (DUARTE, 2019a).

Os efeitos da mudança na marcação paramétrica do PB têm feito com que essa língua comece a apresentar também estruturas com preenchimento de sujeito mesmo que o traço seja [-animado], efeito da remarcação paramétrica e comportamento divergente das línguas *pro-drop*:

(31) Quando foi no domingo, umas três e meia, eu vim me embora, de lá [...]. Desci. Eu digo “sabe de uma coisa, eu não vou pra casa”. Já tinha essa casa aqui, feito essa [inint]... essa casinha aqui, **ela** era daí pra cá (Participante 2).

(32) Aí vamo ter que procurar um lugar melhor, tem que procurar um lugar melhor de soltar ela [a rede]. Nós vem soltando ela, **ela** vem certinha assim óh, aí deixa ela lá, dá um tempinho, aí quando **ela** sair um pouco, aí volta, aí vem pegando ela, aí puxando e tirando (Participante 4).

(33) Doc.: é porque o cimento corta né?
Part.: corta, corta. **Ele** corta, ele afina muito o couro... da mão, a pele (Participante 5).

No que diz respeito à faixa etária, os dados não confirmaram uma das hipóteses deste trabalho: participantes da faixa III, por estarem mais próximos dos africanos escravizados que aprenderam o português de forma irregular, oscilariam mais entre o preenchimento e apagamento do sujeito pronominal; e os da faixa I optariam pela realização do sujeito pronominal expresso.

Tabela 8: Percentuais de sujeitos nulos com relação à faixa etária dos participantes.

Faixa etária dos participantes	n.	t.	%
Faixa I (até 40 anos)	154	389	40
Faixa II (41 a 60 anos)	82	239	34
Faixa III (a partir de 61 anos)	133	428	31
Total	369	1056	35

*Variável não selecionada como estatisticamente significativa.

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Os percentuais de sujeitos nulos com relação à faixa etária mostram um índice irrelevante entre as faixas II e III. A diferença de 3% entre essas faixas etárias pode demonstrar que a mudança paramétrica no PB já está bem avançada, tendo em vista que os participantes dessas faixas nasceram a partir da primeira metade do século passado, período

no qual, segundo Duarte (1993, 2018a), os índices de nulos estavam cada vez mais baixos no PB. Por exemplo, o Participante 1, mais velho da amostra, nasceu em 1940, e, segundo os estudos duartinos (DUARTE, 1993, 2018a), o percentual de sujeitos nulos passa de 78% em 1882 para 69% em 1918, chegando a 25% em 1937, ou seja, na segunda metade do século XX, houve uma redução de 44% no percentual de nulos.

Contudo, os resultados desses fatores divergem dos apresentados por Duarte (1995), no qual os maiores índices de pronominais nulos estão com o grupo 1, que é a faixa etária mais alta (59 a 74 anos) do estudo. Partindo da compreensão de que a gramática desses falantes é do final do século XIX, a diferença é explicada, pois os participantes de Duarte (1995) representam uma gramática anterior à utilizada pelos desta pesquisa, que já receberam dados de um *input* no qual os nulos estavam cada vez mais marginais (DUARTE, 1993, 2018a). Lucchesi (2009c), apesar de controlar a faixa etária, não apresentou os dados com relação a ela já que o programa não selecionou como estatisticamente relevante; isso confirma a compreensão da pouca atuação dos fatores sociais no atual estágio da mudança (DUARTE, 2019a).

Dessa forma, ainda que a hipótese de que a faixa etária III oscilaria mais entre sujeitos nulos e expressos, o que exigiria que o índice ficasse próximo de 50%, não tenha sido confirmada, os dados demonstram, corroborando os estudos de Duarte (1993, 2018a), que a implementação de um sujeito pronominal expresso no PB e, conseqüentemente, a redução na realização de sujeitos pronominais nulos já pode ser percebida no início do século passado; entendendo que a gramática dos informantes da faixa III refletem a gramática desse período.

Os 40% da faixa I podem ser consequência de uma vivência maior do processo de escolarização, pois esse muitas vezes é o responsável por recuperar algumas formas não utilizadas mais na fala coloquial. A defesa de uma influência da escola na manutenção de algumas formas gramaticais de sujeito pronominal nulo se dá em razão do aumento, ainda que não tão significativo, dos percentuais de nulo a cada faixa etária. Isso porque os participantes mais novos são aqueles que mais frequentaram a escola, uma vez que todos da faixa III são analfabetos e apenas um da faixa II concluiu o Ensino Médio, enquanto os demais chegaram no máximo ao 7º ano do Ensino Fundamental; na faixa I, os participantes concluíram o Ensino Fundamental ou Médio.

Com relação a esse processo, é interessante ressaltar que o participante 1, da faixa III, afirma na entrevista ter ensinado muitas pessoas da comunidade no tempo do *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (MOBRAL), mesmo sem saber “de nada”, segundo fala do próprio que se transcreve novamente:

Part.: Aquela pessoa que não tinha leitura de jeito nenhum, tinha um iniciozinho, ele criou uma escola pra gente lá.

Doc.: aí no vinte e oito bê cê mesmo?

Part.: no 28BC em Aracaju. E lá eu aprendi mais um pouquinho, não muito, mas pouco e desernei, e depois veio aquela história de MOBREAL, com professora, assim, de terceiro ano quarto ano quinto ano pia... fazer alguma coisa. A gente ia pra lá com ela estudar, como de fato até eu até eu sem saber de nada ainda fui professor (Participante 1).

No entanto, como dito, os índices são irrelevantes entre uma faixa etária e outra, tanto que essa variável foi colocada como irrelevante pelo Goldvarb X. Isso pode mostrar uma possível uniformização do PB com relação ao preenchimento do sujeito, ou, como defende Duarte (2020), uma finalização da mudança. Nesse processo, até mesmo os níveis de escolarização parecem ser irrelevantes, como mostram os dados com relação à escolaridade dos participantes:

Tabela 9: Percentuais de sujeitos nulos com relação à escolaridade dos participantes.

Escolaridade dos participantes	n.	t.	%
Não alfabetizado	133	428	31
Ensino Fundamental	159	387	41
Ensino Médio	77	241	32
Total	369	1056	35

Fonte: Elaboração do autor (2023).

O percentual de diferença entre os não alfabetizados e aqueles que cursaram o ensino fundamental chega a 10%, algo que pode conduzir ao pensamento da influência do processo de escolarização, que logo é derrubado com os 32% dos que frequentaram o Ensino Médio – porcentagem inferior ao do Ensino Fundamental. Ou seja, de forma geral, as variáveis socioculturais de *faixa etária* e *escolaridade* são irrelevantes para a variável estudada, consequência do apagamento dos efeitos do processo de TLI vivenciado pelos descendentes dos africanos escravizados, provavelmente em razão do processo de nivelamento linguístico – que também não tem avaliação social negativa – ocorrido no Brasil a partir de 1930, segundo Lucchesi (2017).

A variável *sexo* apresentou um comportamento um pouco diferente dos demais fatores socioculturais:

Tabela 10: Percentuais de sujeitos nulos com relação ao sexo dos participantes.

Sexo dos participantes	n.	t.	%
Feminino	173	387	31
Masculino	196	496	40
Total	369	1056	35

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Entre os dois fatores controlados nesse grupo, houve uma diferença, ainda que baixa,

de 9%. O único fator que diferencia esses grupos e que pode justificar essa diferença é o fato de os participantes com Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio completo estarem no *masculino*; as participantes, de maneira geral, não foram alfabetizadas ou estudaram, no máximo, até o 7º ano do Fundamental. A hipótese de que os homens dominam as mudanças por passarem mais tempo fora da comunidade (LUCCHESI, 2009c) não se aplica na Mussuca, pois os moradores que mais saem dela são os participantes do samba de roda, que são, em sua maioria, mulheres. Portanto, a explicação mais plausível é a recuperação de formas de omissão de sujeito via escolarização pelos homens, por frequentarem mais a escola. Contudo, esse comportamento diferente das mulheres pode se consequência também da não avaliação social do fenômeno linguístico (DUARTE, 1995; LUCCHESI, 2009c).

Quando os participantes são analisados de forma individual, não há nenhum fator sociocultural que justifique a maior realização de sujeitos nulos:

Tabela 11: Percentuais de sujeitos nulos com relação aos participantes³⁴.

Participantes	n.	t.	%
Participante 1 (Faixa III)	50	104	48
Participante 2 (Faixa III)	36	95	38
Participante 3 (Faixa I)	65	127	51
Participante 4 (Faixa I)	61	159	38
Participante 5 (Faixa II)	49	138	36
Participante 6 (Faixa I)	28	103	27
Participante 7 (Faixa III)	23	155	15
Participante 8 (Faixa II)	10	29	35
Participante 9 (Faixa III)	24	74	32
Participante 10 (Faixa II)	23	72	32
Total	369	1056	35

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Os dados por participantes mostram que o maior percentual de nulo está com uma que cursou até o 7º ano do Ensino Fundamental, mas a diferença entre a participante 3 (51%) e o 4 (38%) é de apenas 3%, fazendo com que se questione a participação do processo de escolarização na recuperação de sujeitos nulos, já que o participante 4 tem o Fundamental completo; os índices baixos de pronominais nulos nos participantes 5 (36%) e 6 (27%), que possuem, respectivamente, Ensino Médio completo e cursava o 3º ano desse mesmo nível, problematizam também a relação entre recuperação de formas de omissão de sujeito e escolarização.

Diante do percentual do participante 1 (48%), faixa etária III, e da participante 3 (51%), faixa etária I, poderia se retomar a defesa do processo de TLI, mas a participante 7

³⁴ Essa não foi uma variável controlada na análise multivariada, mas utilizada apenas para controle por participante, já que o Goldvarb X não realiza isso.

(15%), que faz parte da mesma faixa etária e é extremamente envolvida nas práticas socioculturais da comunidade, tem o índice mais baixo de sujeitos nulos (15%). Do ponto de vista sociocultural, avaliado a partir do perfil sociolinguístico apresentado por Macêdo (2022), a única coisa que aproxima os participantes 1 e 3 – que na autora citada são 9 e 12 – é o fato de ambos não saírem muito da comunidade, principalmente por não fazerem parte das práticas culturais dela. Com isso, seria possível pensar na relevância do fator social *estada fora da comunidade*, apontado por Lucchesi (2009c) como relevante para a realização do sujeito pronominal nulo, pois, no autor, os resultados de nulos são maiores quando os participantes viveram fora da comunidade, mas esse não foi controlado aqui – e talvez não fosse relevante, pois os participantes saem pouco da Mussuca, de forma geral. Contudo, observando-se a frequência da participante 6 (27%) – segundo menos percentual de nulos, que também pouco sai da comunidade, apenas para estudar, questiona-se a relevância desse fator; mas seria necessário controlá-lo para compreender a participação dele na comunidade de fala em questão.

Assim, percebe-se a pouca atuação, no atual estágio da mudança paramétrica, de fatores sociais, principalmente tendo em vista a não avaliação social do fenômeno de preenchimento ou apagamento do sujeito pronominal (DUARTE, 1995; LUCCHESI, 2009c), sendo os fatores linguísticos os mais relevantes para o preenchimento ou não da posição de sujeito. A atuação dos fatores linguísticos e a pouca relevância de fatores sociais já havia sido apontada por Duarte (2019a, p. 115) quando ressaltou “que a propagação da mudança respeita a força interna dos fatores estruturais e, em seus estágios mais avançados, como é o caso do PB, fatores sociais começam a perder sua relevância”; tanto é que o programa selecionou os fatores sociais como os dois últimos grupos de fatores relevantes.

Com isso, a importância do processo de TLI, a partir do qual os descendentes de africanos aprenderam o português afro-brasileiro (LUCCHESI, 2009b; LUCCHESI; BAXTER, 2009; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), para a mudança paramétrica não é descartado, mas o nivelamento linguístico (LUCCHESI, 2017), do qual os participantes desta pesquisa fizeram parte, pode ter apagado as marcas desse processo; isso mesmo com os participantes da Faixa III que, mesmo sendo não alfabetizados, em razão das suas práticas socioculturais, saem muito da comunidade, frequentando espaços formais, construindo perfis sociais que fazem com que aproximem de uma variedade do PB mais próxima da formal, como apontou Macêdo (2022).

De forma geral, o programa estatístico Goldvarb X selecionou os seguintes grupos de fatores como relevantes, nessa ordem:

Tabela 12: Fatores selecionados como significantes para a ocorrência de sujeito pronominal nulo.

Fator	n.	t.	%
Traço semântico do sujeito			
Animado	79	287	27
Inanimado	44	60	73
Tipo de oração			
Independente	324	813	40
Completiva	8	91	9
Adjunta anteposta	12	41	29
Adjunta posposta	5	16	31
Raiz anteposta	4	9	44
Raiz posposta	14	63	22
Relativa	2	23	9
Pessoa gramatical			
1ª pessoa	225	676	33
2ª pessoa (forma não distintiva)	21	33	64
3ª pessoa	123	347	35
Desinência número-pessoal			
ø/-ou	187	578	55
-o/-ei	161	432	37
-mos/-mo	8	17	47
-m	13	29	45
Sexo dos participantes			
Feminino	173	387	31
Masculino	196	496	40
Escolaridade dos participantes			
Não alfabetizado	133	428	31
Ensino Fundamental	159	387	41
Ensino Médio	77	241	32

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Assim, dos 7 fatores linguísticos e sociais controlados na amostra durante a análise, apenas a faixa etária não foi selecionada como relevante para as variáveis, negando, portanto, a hipótese de que os participantes da faixa III oscilariam mais na realização ou não do sujeito pronominal, apresentando índices mais altos de sujeitos nulos. Com esse resultado, a tentativa de controlar a TLI a partir da faixa etária se mostrou ineficaz, possivelmente pelo espaço temporal das sincronias em relação aos grupos de afrodescendentes (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), da convergência das variedades populares e urbanas decorrente do nivelamento linguístico iniciado no século passado (LUCCHESI, 2009c, 2015, 2017), mas também do perfil sociolinguísticos dos participantes da faixa III, que apresentaram os maiores índices de CV padrão, por saírem mais da comunidade, no estudo de Macêdo (2022) – ou seja, uma variedade mais próxima do PB urbano.

A relevância do traço [+animado] para a realização do sujeito pronominal expresso corroborou os diversos estudos desenvolvidos sobre as variedades do PB (DUARTE, 1995, 2019a; ALMEIDA, 2005; ALMEIDA; CARNEIRO, 2009; LUCCHESI, 2009c). Na contramão, o traço [-animado] caracteriza-se como uma resistência do sujeito pronominal

nulo no PB, contudo, nessa variedade, esse contexto não se enquadra em um figurino de língua *pro-drop*, como nos dados categóricos do PE apresentados por Duarte (2019a), pois essa variedade começa a apresentar sujeitos pronominais expressos mesmo com esse traço – um percentual de 27% (16/60) de sujeitos pronominais preenchidos com traço semântico de [-animado], o que nem se aproxima dos dados do PE, em Duarte (2019a), que apresentou um comportamento categórico – [-animado/-específico] – ou quase categórico – [-animado/+específico], 96,5%.

No segundo grupo de fator selecionado como relevante, as raízes antepostas foram as que apresentaram maior índice de sujeitos nulos (44%), seguidas pelas orações independentes (40%) e depois pelas adjuntas pospostas (31%). Os resultados para os três primeiros contextos oracionais mais favoráveis ao sujeito pronominal nulo divergem um pouco dos de Duarte (1995): independentes (37%), adjuntas pospostas (30%), raízes pospostas (26%). O contexto mais favorável no *corpus* desta pesquisa apresentou apenas 24% em Duarte (1993). Contudo, comparando os percentuais das independentes e das adjuntas pospostas, percebe-se diferenças pouco significativas que não ultrapassam 10%, com exceção apenas das orações completivas e das raízes antepostas:

Tabela 13: Comparação dos percentuais de nulos com relação ao tipo de oração com Duarte (1995).

Tipo de oração	Corpus			Duarte (1995)		
	n.	t.	%	n.	t.	%
Independente	324	813	40	243	650	37
Completiva	8	91	9	21	89	24
Adjunta anteposta	12	41	29	47	155	30
Adjunta posposta	5	16	31	67	286	23
Raiz anteposta	4	9	44	17	65	26
Raiz posposta	14	63	22	13	84	15
Relativa	2	23	9	7	95	7

Fonte: Elaboração pelo autor (2023).

Os extremos desse grupo de fatores, ou seja, as orações independentes e as relativas, permanecem os mesmos nos dois trabalhos, colocando as primeiras como um contexto sintático que ainda permite sujeitos pronominais nulos e as últimas como um contexto quase vencido, uma vez que, assim como em Duarte (1995), os poucos dados de pronominais nulos nesse contexto são realizações de uma mesma participante – a 10; o que demonstra que há contextos sintáticos nos quais o PB já assume completamente um comportamento de língua não *pro-drop*.

Na *pessoa gramatical*, os dados da mostra apresentaram um comportamento diferente dos estudos sobre o PB, como os de Duarte (1993, 1995, 2018a), Almeida (2005), Almeida e Carneiro (2009) e Lucchesi (2009c). Nos estudos desses autores, os contextos de primeira e

segunda pessoa apresentaram os menores índices de nulos, tanto que Duarte (1993, 1995, 2018a) pontua que são contextos nos quais a mudança já está bastante avançada, pois o sujeito pronominal expresso parece já ter vencido o nulo. No *corpus* desta pesquisa, a segunda pessoa na sua forma não distintiva apresentou os maiores índices de nulo (21/33 – 64%), enquanto a primeira e segunda pessoa se aproximaram percentualmente: 33% (225/676) e 35% (123/347). Esse índice se mostrou alto em razão do contexto de resistência das frases interrogativas, que apresentou uma porcentagem de 45% do tipo de frase, o seja, das 33 orações com a segunda pessoa gramatical, 15 eram de interrogativas e dessas 10 com sujeitos nulos.

Os índices de nulos com as desinências *-mos/-mo* e *-m* aproximam-se dos de Duarte (1995) e de Lucchesi (2009c). No entanto, o maior percentual é representado pelo grupo de desinências \emptyset /*-ou*, mas isso pode se dar por um erro metodológico, uma vez que a desinência zero deveria ter sido controlada de forma separada, pois é um contexto extremamente favorecedor do sujeito pronominal expresso (DUARTE, 1995; LUCCHESI, 2009c).

A diferença de, em média, 10% entre as variáveis dos grupos sociais demonstram a maior atuação dos fatores linguísticos na questão da implementação do sujeito pronominal expresso e a perda de força dos fatores sociais, como apontou Duarte (2019a). Entre homens (31%) e mulheres (40%) há uma diferencial de apenas 9% favorecendo os homens, possivelmente por esses terem os maiores níveis de escolaridade. Na escolaridade, os não alfabetizados (31%) produzem 10% a menos do que os participantes que frequentaram o Ensino Fundamental (41%), mas omitem menos o sujeito com relação aos do Ensino Médio (32%). Isso pode mostrar a pouca atuação do processo de escolarização, entretanto, não se pode negar que algumas estratégias ainda são ensinadas pela escola.

Dessa forma, o fato do programa estatístico Goldvarb X eliminar a faixa etária, colocando-a como irrelevante, bem como colocar os fatores sociais como os últimos grupos relevantes para o sujeito pronominal nulo e tendo em vista a compreensão de Duarte (2019a) de que os fatores sociais estão perdendo sua força no atual estágio da mudança, compreende-se que os contatos linguísticos foram um fator importante no processo de remarcação paramétrica, mas que as marcas dele não são vistas não variedades sincrônicas da língua, mesmo no português afro-brasileiro. Sendo assim, como apontou Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), foi a simplificação do paradigma flexional/ pronominal o fator com mais significância para o processo de remarcação paramétrica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) é um dos que mais têm recebido contribuições e, conseqüentemente, o que mais tem passado por refinamentos (DUARTE, 2018b, p. 29).

Como indicado na *introdução* deste texto, e considerando a pontuação de Duarte (2018b) sobre as contribuições e refinamentos sobre o comportamento do PSN no PB – repetida na epígrafe desta seção, o objetivo de aduzir novas informações sobre a variedade brasileira do português e auxiliar no processo de descrição de variedades linguísticas sergipanas (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018a, 2018b) foi realizado com êxito. Ambas as coisas foram atingidas pela descrição da variedade sincrônica usada pela Mussuca, permitindo também perceber o comportamento do *princípio “evite pronome”* na comunidade de fala, principalmente as condições, linguísticas e sociais, favoráveis ou não ao preenchimento do sujeito pronominal.

Dessa forma, a questão-problema *o processo de Transmissão Linguística Irregular é um parâmetro sócio-histórico que contribuiu para uma maior variação do traço de linguístico de realização ou apagamento do sujeito pronominal no português afro-brasileiro da comunidade Mussuca?*, a partir da exclusão da faixa etária do grupo de fatores relevantes pelo Goldvarb X, pode ser respondida de forma negativa, entendo que o nivelamento linguístico vivenciado no PB (LUCCHESI, 2017) apagou as marcas desse aprendizado irregular e que, no atual estágio da remarcação paramétrica, os fatores linguísticos são mais importantes para o preenchimento ou não do sujeito pronominal do que os fatores sociais (DUARTE, 2019a).

Entretanto, não se exclui a possibilidade de que a TLI participou do processo de remarcação do PB, uma vez que, como explicado na seção 3, é durante o processo de aquisição que as mudanças acontecem, pois o aprendiz interpreta o *input* de forma diferente, produzindo um *output* diferente do recebido (ANDRADE; PINTO, 2019) – o que gera uma remarcação paramétrica; e a criança tem encontrado poucas evidências de uma opcionalidade na representação fonética do sujeito, encontrando quase uma obrigatoriedade de preenchimento (DUARTE, 1993, 2018a).

Com isso, o objetivo geral foi atingindo apenas em parte, pois se investigou a realização ou o apagamento do sujeito pronominal na Mussuca, mas não se conseguiu compreender, dentro do limite deste texto, esse fenômeno como um traço linguístico que

possibilitasse entender as histórias dos contatos do PB com línguas africanas e o processo de TLI, uma vez que a variação entre as faixas etárias não demonstra uma diferença tão significativa entre elas, não permitindo uma compreensão do processo de variação do preenchimento ou não do sujeito pronominal na comunidade ao longo do tempo; e até mesmo o comportamento individual de cada participantes não permitem conclusões de hipóteses sem uma maior investigação, sendo necessário uma ampliação da amostra da comunidade.

Contudo, descreveu-se o comportamento do *princípio “evite pronome”* na comunidade, fazendo com que, mesmo que a hipótese não tenha sido confirmada e o objetivo geral tenha sido atingido em parte, as contribuições da análise e descrição da variedade sergipana permaneçam. Além disso, as comparações com os trabalhos de Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), principalmente, demonstram que a hipótese da autora sobre a atuação da simplificação do paradigma flexional/pronominal se confirma, pois, no atual estágio da remarcação paramétrica, esse parece ser o fator que mais altera quantitativamente a realização ou não do sujeito pronominal.

Assim, os dados desta pesquisa não se distanciam tanto dos apresentados por Duarte (1993, 1995, 2018a, 2019a), demonstrando que a variedade afro-brasileira, no atual momento, parece acompanhar o português urbano, apresentando apenas algumas construções peculiares, como é o caso do comportamento da segunda pessoa no *corpus*, que pode ter sido fortemente influenciado pelo contexto de diálogo nas entrevistas – que em alguns momentos se limitaram a respostas dos participantes – e pela forma como os participantes conduziram as respostas – apresentando muitos elementos históricos, o que faz com que se tenha pouca referência à segunda pessoa. Além disso, o trabalho com sujeitos apenas de referência definida pode ter sido um elemento que também contribuiu para esse resultado, tendo em vista que há sujeitos pronominais, realizados ou nulos, de segunda pessoa na amostra, mas com referência indefinida/genérica.

Com o alto índice de sujeitos pronominais nulos na segunda pessoa, a hipótese de que a terceira pessoa seria um contexto de resistência e o sujeito pronominal amplamente realizado nas duas primeiras pessoas não se confirmou. O controle “analógico” dos dados – no sentido de que não foi feito com o auxílio do programa estatístico – demonstrou a atuação das interrogativas do tipo *sim/não*, e situações equivalentes, como um contexto de resistência do sujeito pronominal nulo, como já havia apontado Duarte (1993, 2018a). Portanto, os dados de segunda pessoa apontaram que, no PB, persistem contextos específicos nos quais a omissão do sujeito pronominal parece ser preferida. Com isso, corrobora-se a compreensão de

Duarte (1993, 2018a) de que as interrogativas, por permitirem a recuperação pragmática do sujeito, são um contexto de resistência ainda no PB.

De forma geral, a prevalência do sujeito pronominal preenchido indica que a mudança em direção à remarcação paramétrica continua no PB, apresentando essa língua mais opções para o preenchimento do que para o apagamento do sujeito pronominal, o que indica que mudança caminha em direção ao polo *não pro-drop* do sistema e não para uma estabilização, na qual o PB adquiriria um sistema de sujeitos nulos parciais. E, considerando a irrelevante diferença percentual entre a primeira e a terceira pessoas – 33% e 35%, respectivamente, parece que a mudança tem se tornado mais lenta e as diferenças entre as pessoas gramaticais neutralizadas – com exceção dos contextos de resistência.

Portanto, como ressalta Duarte (2020), em razão do comportamento do PB, a inclusão dessa variedade entre as línguas de sujeito nulo parcial precisa ser vista com bastante cuidado, considerando com atenção os contextos que ainda licenciam os sujeitos pronominais nulos. E talvez esses contextos de resistência permaneçam durante muito tempo na língua, considerando o recente processo de remarcação paramétrica. Em outras palavras, situações linguístico-discursivas nas quais o PB parece exigir sujeitos nulos podem ser resquícios de uma gramática *pro-drop* com os quais essa variedade conviva ainda por algumas gerações de falantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. F. **Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado por três comunidades do interior da Bahia**. Orientadora: Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ALMEIDA, N. L. F.; CARNEIRO, Z. Sujeito. *In*: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). **África à vista**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 50-69.
- ALMEIDA, D. V. de. **Aspectos da escravidão urbana no Sergipe oitocentista: mercado, conflitos e poder local. (1850-1870)**. Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias. Monografia. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2017.
- AMARAL, S. P. do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe – Continguiaba, 1860-1900**. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.
- AMORIM, F. F. Povos indígenas isolados no Brasil e a política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos: avanços, caminhos e ameaças. **Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 19-39, dezembro 2016.
- ANJOS, R. S. A. dos. **Projeto mapeamento dos remanescentes de quilombos no Brasil: sistematização dos dados e mapeamento (Versão Preliminar) – Relatório Técnico (mimeografado)**. Fundação Cultural Palmares – Minc. Brasília, 1997. [Anexo planilha de dados e mapas].
- ANJOS, R. S. A. dos. **A geografia, os negros e a diversidade cultural**. Florianópolis: Série O Pensamento Negro em Educação/Núcleo de Estudos Negros, 1998. p. 93-106.
- ANJOS, R. S. A. dos. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: Primeira Configuração Espacial**. Brasília: Edição do Autor, 1999.
- ANJOS, R. S. A. dos. Cartografia e cultura - territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. *In*: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, p. 1-22, set. 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/rafaelsanzio.pdf>. Acesso em 14 jul. 2021.
- ARAÚJO, S. S. de F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti. Tese (Doutorado em Língua e Cultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- ARAÚJO, S. S. de F. A concordância verbal nos *continua* sociolinguísticos do Português Brasileiro e do Luandense. **Revista Interdisciplinar**, Sergipe, ano XI, v. 24, jan./abr. 2016.
- AVELAR, J. Expressões de Tempo Decorrente com TER e HAVER na fala carioca. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 161-180, 2011.

AVELAR, J. O. Sobre o papel do contato linguístico nas origens do português brasileiro. *In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica. Homenagem a Ilza Ribeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 57-91.*

BARBOSA, P; DUARTE, M. E.; KATO, M. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 11-52, 2005.

BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna*. A sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. Tradução Stela Maris Bortoni-Ricardo, Maria do Rosário Rocha Caxangá. São Paulo: Parábola, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Português Brasileiro: a língua que falamos*, São Paulo: Contexto, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001*. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3912.htm. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011*. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010. Brasília: Diário Oficial da União, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112382.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 7.655, de 23 de dezembro de 2011*. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Brasília: Diário Oficial da União, 2011b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7655.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

CALLOU, D. Sobre a história do português no e do Brasil: levantando questões. *In:* AVELAR, J.; ÁLVAREZ LÓPEZ, L. (org.). **Dinâmicas afro-latinas: língua(s) e história(s)**. Frankfurt: Peter Lang, 2015. p. 71-91.

CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). **História do Português Brasileiro: História Social do Português Brasileiro: da História Social à História Linguística**. vol. 9. São Paulo: Contexto, 2020.

CALLOU, D.; LUCCHESI, D. Panorama sociolinguístico do Brasil no Século XIX. *In:* CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). **História do Português Brasileiro: História Social do Português Brasileiro: da História Social à História Linguística**. vol. 9. São Paulo: Contexto, 2020. p. 258-277.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. **Linguagem e pensamento**. Brasília: UnB, 1998.

CHOMSKY, N.; LASNICK, H. A Teoria de Princípios e Parâmetros. *In:* CHOMSKY, N. **O Programa Minimalista**. Tradução Eduardo Paiva Raposo. São Paulo: Editora Unesp, 2021[1993]. p. 57-214.

COELHO, I. L. *et al.* **Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2019. (Coleção “Para Conhecer Linguística”).

CONCEIÇÃO, O. de J. **A polifonia na memória como potência da oralidade: o canto de D. Nadir, o relato de uma trajetória**. Orientadora: Profa. Dra. Inacyra Falcão dos Santos. Dissertação (Mestrado em Artes da Cena). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

COSTA, R. P. A. A historiografia da abolição do tráfico negreiro no Brasil. **Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)**, Mariana, p. 1-11, 24-27 jul. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340673194_ARQUIVO_AhistoriografiadaabolicaodotraficonegreironoBrasil4.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

COSTA, R. D. F. **Ensino religioso e cultura afro-brasileira: estudo de caso na comunidade quilombola Mussuca/Laranjeiras-Sergipe**. Orientador: Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

COUTO, H. H. do. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

COUTO, H. H. do. Um cenário para crioulização sem pidginização. **Revista Estudos da Linguagem**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 5-30, 1998.

COUTO, H. H. do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CRUZ, E. A. **Água de Barrela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

CYRINO, S.; MORAIS, M. A. T. (coord.). **História do Português Brasileiro**: mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista. Coordenação geral: Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2018.

DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 107-128.

DUARTE, M; E. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro**. Orientadora: Profa. Dra. Mary A. Kato. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. **Memorial de Promoção à Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2021/02/Memorial-Eugenia.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

DUARTE, M. E. Sociolinguística “Paramétrica”. *In*: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016. p. 33-44.

DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português Brasileiro. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2018a[1993]. p. 83-103.

DUARTE, M. E. O sujeito nulo no português brasileiro. *In*: CYRINO, S.; MORAIS, M. A. T. (coord.). **História do Português Brasileiro**: mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista. Coordenação geral: Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2018b. p. 26-71.

DUARTE, M. E. O sujeito nulo referencial no Português Brasileiro e no Português Europeu. *In*: GALVES, C.; KATO, M. A.; ROBERTS, I. **Português brasileiro**: uma segunda viagem diacrônica. Homenagem a Ilza Ribeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019a. p. 93-126.

DUARTE, M. E. A Sociolinguística “paramétrica”: desfazendo alguns equívocos. **Guavira Letras**, Três Lagos/MS, v. 15, n. 31, p. 124-140, set./dez. 2019b.

DUARTE, M. E. A remarcação em curso no valor do Parâmetro do Sujeito Nulo. **Cuadernos de la ALFAL**, n. 12, v. 2, p. 71-99, noviembre 2020.

DUARTE, M. E.; MARINS, J. E. Brazilian Portuguese: a “partial” null subject language? **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.63, p. 1-21, 2021.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder, *In*: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz.

Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola: 2010. p. 93-107.

EL PAÍS. **Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *In:* FERREIRA, C. *et al.* **Diversidade do português do Brasil.** Salvador: EDUFBA, 1984. p.21-32.

FRANÇA, E. T. **O “Jeito que o Corpo Dá”:** práticas culturais e práticas curriculares numa roda de samba de pareia. Orientadora: Profa. Dra. Jackeline Rodrigues Mendes. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) publicada no DOU de 15/06/2021.** Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-15-06-2021.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GALVES, C. Pronomes e categorias vazias em Português do Brasil. **Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP)**, Campinas, v. 7, p. 107-136, 1984.

GALVES, C. Objeto nulo e predicação: hipóteses para uma caracterização do português brasileiro. **DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 273-290, 1988.

GALVES, C. Clíticos: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe?. **DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 6, p. 255-271, 1990.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. *In:* ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** São Paulo: Contexto, 2018. p. 301-316.

GALVES, C.; KATO, M. A.; ROBERTS, I. **Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica.** Homenagem a Ilza Ribeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

GOMES, C. A. Sociolinguística e aquisição da linguagem. *In:* MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. (org.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 63-72.

GONÇALVES, A. M. **Um defeito de cor.** 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

GOOGLE MAPS. **Escola Rural Povoado Mussuca - Centro, Laranjeiras – SE para Laranjeiras - SE.** Disponível em:

10.8072052!1m5!1m1!1s0x70553eabe5d4cc3:0x224e869c5b6cbbdd!2m2!1d-37.1670732!2d-10.8047102!3e0!5i2?hl=pt-BR&authuser=0. Acesso em: 29 ago. 2021a.

GOOGLE MAPS. **Escola Rural Povoado Mussuca - Centro, Laranjeiras - SE para Centro, Aracaju – SE.** Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/dir/Escola+Rural+Povoado+Mussuca++Centro,+Laranjeiras++SE/Centro,+Aracaju++SE/@-10.8457907,-37.1650815,12z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x7055211cf37f0fd:0xc5b99af4db4c2c3b!2m2!1d-37.1373756!2d-10.8072052!1m5!1m1!1s0x71ab37a2fcc33db:0xcb19993d0f7b8ce!2m2!1d-37.0480843!2d-10.9134001!3e0?hl=pt-BR&authuser=0>. Acesso em: 29 ago. 2021b.

GUY, G. R. Varbrul: análise avançada. *In*: GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolingüística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007. p. 47-70.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolingüística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

HOLMBERG, A.; NAYUDU, A.; SHEEHAN, M. Three partial null-subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi. **Studia Linguistica**, v. 63, n. 1, p. 59-97, 2009

HUTCHEON, L. **Poética do Pós-Modernismo**: teoria, história e ficção. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KAPETULA, J. G. K. **Interpretação dos sujeitos nulos no Português Angolano**. Orientadora: Profa. Dra. Maria Lobo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro. **Veredas: sintaxe das Línguas Brasileiras**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2014.

LABOV, W. **Padrões Sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LIGHTFOOT, D. **The development of language**: acquisition, change, and evolution. Malden: Blackwell, 1999.

LOBO, T. C. F. A linguística histórico-diacrônica no Brasil pós-1980 e a questão do contato linguístico. **Diadorim**, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, p. 64–80, 2018.

LUCCHESI, D. **Sistema, Mudança e Linguagem**: um percurso na história da língua. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009a. p. 44-73.

LUCCHESI, D. Introdução. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009b. p. 27-37.

LUCCHESI, D. A realização do sujeito pronominal. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009c. p. 167-183.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedades partidas**: a polarização sociolinguística no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **D.E.L.T.A**, São Paulo, n. 33, v. 2, p. 347-382, p. 2017.

LUCCHESI, D. Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. **Revista Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 48, p. 227-255, jan.-abr. 2019.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A Transmissão Linguística Irregular. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-153.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D. CALLOU, D. Os cenários sociolinguísticos do Brasil Colonial. *In*: LOBO, T.; CALLOU, D. (coord.). **História do Português Brasileiro**: história social do português brasileiro: da história social à história linguística. Coordenação geral: Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2020. p. 156-181.

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teoria da estrutura e da mudança linguística e o contato linguístico. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 125-153.

MACÊDO, J. B. **Variação na concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural na comunidade rural afro-brasileira Mussuca – Laranjeiras/Sergipe**: uma análise sociolinguística. Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

MALAQUIAS, C. O.; SANTOS, I. L. População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX. **Resgate – Ver. Interdiscip. Cul.**, Campinas, v. 28, p. 1-30, 2020.

MARCIOLINO, M. **Pílula para o 7 de setembro**. *Facebook*. São Paulo, 02 set. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/100002391208334/posts/4287790164643981/>. Acesso em 09 set. 2021.

MATOS, H. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, Século XIX). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS E SILVA, R. V. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador, v. 1, n. 25-26, p. 253-283, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MILROY, L. **Language and social network**. Oxford: Blackwell, 1980.

MINGAS, A. A. **Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MIRANDA, F. G.; BARBOSA, M. G. Memórias das Árvores: um estudo etnoarqueológico na Mussuca (Laranjeiras/SE). Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8021/2/Fernando_Gon%C3%A7alves_Miranda.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

MUFWENE, S. S. Prefácio. In: COUTO, H. H. do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, fev. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 30 ago. 2021.

NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, S. B. *et al* (eds.). **Papers from the parasession on Diachronic Syntax**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1976. 221-241.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, São Paulo, ano 3, nº 6 e 7, p. 41-50, nov./dez. 1985. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultural%20negra.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

NURC-RJ, Projeto Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro. **Corpora**. Disponível em: <https://nurcrj.letras.ufrj.br>. Acesso em: 12 mai. 2021.

OLIVEIRA, V. M. S. **A expressão do sujeito nulo no português de Moçambique**. Orientador: Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2016.

OLIVEIRA, T. M. S. O “marco temporal” da usurpação dos direitos indígenas. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/o-marco-temporal-da-usurpacao-dos-direitos-indigenas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PAIVA, M. C. Mudança em tempo real e tempo aparente. In: MOLLICA, M. C. BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. 6ª reim. São Paulo: Contexto, 2020. p. 23-32.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. Mudança linguística: observações no tempo real. In: MOLLICA, M. C. BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. 6ª reim. São Paulo: Contexto, 2020. p. 179-190.

PETTER, M. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, C.; GERMES, H.; RIBEIRO, F. R. (org.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 158-173.

PETTER, M. Para uma história social das línguas africanas no Brasil. In: CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). **História do Português Brasileiro: História Social do Português Brasileiro: da História Social à História Linguística**. vol. 9. São Paulo: Contexto, 2020. p. 126-155.

PINTO, C. F. C.; ANDRADE, A. L. Desmistificando a Gramática Gerativa como uma teoria associal e a-histórica da mudança linguística. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 8, n. 2, p. 36-66, jul./dez. 2019.

PORTAL G1. **Caso Madalena Gordiano: primeira audiência após resgate em trabalho análogo ao escravo ocorre em Patos de Minas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/01/19/caso-madalena-gordiano-primeira-audiencia-apos-resgate-em-trabalho-analogo-ao-escravo-ocorre-em-patos-de-minas.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2021.

PREFEITURA DE LARANJEIRAS. **História do Município**. Disponível em: <https://laranjeiras.se.gov.br/historia-do-municipio>. Acesso em: 30 ago. 2021.

QUEIROZ, S. **Pé Preto no Barro Branco: a língua dos negros da Tabatinga**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RANGEL, M. Resistência cultural, criatividade e desenvolvimento na comunidade quilombola Mussuca. **Anais do XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, 27-30 jul. 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/131920.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

RAPOSO, E. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ROBERTS, I. Posfácio: o português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. São Paulo: Contexto, 2018[1993]. p. 317-329.

ROBERTS, I. Gramáticas “marginais” e mudanças sintáticas “extremas”: o inglês e o português brasileiro. In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. **Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica**. Homenagem a Ilza Ribeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 23-56.

ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. São Paulo: Contexto, 2018.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SAMARA, E. de M. A família negra no Brasil. **Revista História**, São Paulo, n. 120, p. 27-44, jan./jul. 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18590/20653>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTANA, R. N. A. **Mussuca**: por uma arqueologia de um território negro em Sergipe D'El Rey. Orientadora: Profa. Dra. Tânia Andrade Lima. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTANA, J. H. S.; ARAUJO, S. S. F.; FREITAG, R. M. Documentação do Português Falado em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras de Sergipe: Patrimônio e Memória. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, nº 28, ano 17, p. 121-138, 2018a.

SANTANA, J. H. S.; ARAUJO, S. S. F.; FREITAG, R. M. Documentação do Português Falado em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos. **Papia**, São Paulo, n. 28, v. 2, p. 219-237, jul./dez. 2018b.

SANTOS, J. A. M. **A luta do povo quilombola, Mussuca**: organização política e resistência em Sergipe. Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SESC. **Líder e mestra do Samba de Pareia da Mussuca é destaque da 5ª Mostra Sonora Brasil Sesc**. Disponível em: <https://www.sesc-rs.com.br/noticias/lider-e-mestra-do-samba-de-pareia-da-mussuca-e-destaque-da-5a-mostra-sonora-brasil-sesc/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

SLENES, R. W. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, mar./ago. 1988.

SILVA, J. S. **Participação Africana na Formação do Léxico do Português Angolano e Brasileiro**. Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, em andamento.

SILVA, J. S.; ARAÚJO, S. S. F. Léxico de Línguas Autóctones Africanas Presente no Português Falado na Comunidade de Mussuca, no Estado de Sergipe. **XI Encontro de Sociolinguística: A Sociolinguística no Nordeste**, Online [Transmissão via Doity Play], UNEB/UEFS/UFS/IFBAIANO, 01 a 03 dez. 2021. (Comunicação oral).

SILVA, G. M. O.; SILVA, R. V. M.; BORTONI, S. M. **Fotografias sociolinguísticas II**. São Paulo: Pontes, *no prelo*.

SILVA, J. **As Construções de Tópico no Semiárido Baiano**. Orientadora: Profa. Dra. Lucia Maria de Jesus Parcero. Monografia (Licenciatura em Letras/Português). Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité, 2017.

SILVA, J. Uma análise das construções de tópico em três comunidades do semiárido baiano. *In*: ANDRADE, G. da S. A. (Org.). **Estudos linguísticos**: do falado ao escrito, do texto ao discurso. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 129-153.

SILVA, J.; PARCERO, L. M. J. . Um Estudo do Português do Brasil: Construções de Tópico ou Figuras de Sintaxe? **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 67, p. 1370-1381, 2017.

SILVA, J.; PARCERO, L. M. J. Inversão na ordem canônica da sentença: possibilidades para o ensino de sintaxe. *In: CASTRO, A. S. A. et al (org.). Educação, Linguística e Literatura: múltiplas faces do ensino.* Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019. p. 123-134.

SILVA, J.; SOUZA, E. M. O Éden Invadido: a história do Brasil sob o olhar de um degredado. *In: SILVA, J.; SOUZA, E. M. (org). Literatura, História e Cultura: (des)construções.* Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020. p. 37-49.

TARALLO, F. Por uma sociolinguística românica “paramétrica”: fonologia e sintaxe. **Ensaios de Linguística**, São Paulo, 13, p. 51-83, 1987. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cltl/article/download/7205/6205>. Acesso em: 30 jun. 2022.

TARALLO, F. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o Português D’Aquém e D’Além-mar ao final do século XIX. *In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. Português brasileiro: uma viagem diacrônica.* São Paulo: Contexto, 2018a[1993]. p. 55-82.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. *In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. Português brasileiro: uma viagem diacrônica.* São Paulo: Contexto, 2018b[1993]. p. 29-53.

TARALLO, F.; KATO, M. Harmonia trans-sistêmica: variação intra e interlinguística. **Predição 5**, Campinas, p. 315-353, 1989. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/download/3849/2827>. Acesso em: 30 jun. de 2022.

TORALES, A. P. B. *et al.* Características Familiares de Quilombolas no Nordeste Brasileiro **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, Campo Grande, v. 19, n. 3, pp. 101-109, 2015.

UOL ENTREVISTA. Madalena Gordiano conta detalhes dos 38 anos de escravidão que viveu em MG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ue1qeBUq4gc&t=1661s>. Acesso em 29 ago. 2021.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VOGT, C.; FRY, P. **Cafundó: A África no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

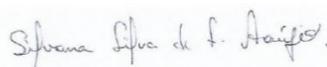
WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ANEXO**DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO *CORPUS* DA MUSSUCA
(LARANJEIRAS/SE)**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA- UEFS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES - DLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que disponibilizo para o mestrando Jacson Baldoíno Silva o *corpus* que gravei na comunidade quilombola denominada Mussuca. A disponibilização restringe-se para que o estudante execute a sua pesquisa no mestrado no PPGE/UEFS. O *corpus* é o acervo sociolinguístico do projeto de pesquisa *Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos*, coordenado por mim.



Silvana Silva de Farias Araujo
Professora do PPGE/UEFS
Matrícula: 74.442.792-4